



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 148

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1986

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 296ª SESSÃO, EM 18 DE NOVEMBRO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

Submetendo à deliberação do Senado a escolha de nome indicado para função, cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

— Nº 467/86 (nº 664/86, na origem), referente à escolha do Sr. Tarcísio Marciano da Rocha, Embaixador do Brasil junto à Jamairia Árabe Popular da Líbia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Recebimento do Ofício nº S/26/86 (nº 1.992/86, na origem), do Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, solicitando, autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo para os fins que especifica.

— Recebimento da documentação necessária para a tramitação dos Ofícios nºs S/23 e S/24/86, lidos na sessão ordinária do dia 17 do corrente.

— Extinção, em 17 do corrente, da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 22, de 1984, destinada a analisar o funcionamento do sistema financeiro e de seu principal agente financeiro, Banco Nacional da Habitação — BNH.

— Abertura de prazo, a partir de 19 de novembro, para apresentação do requerimento previsto no § 3º do art. 66 da Constituição, referente a partes do Projeto de Lei nº 3, de 1986-CN.

1.2.3 — Comunicações

Dos Srs. Senadores Roberto Campos e Severo Gomes, que se ausentarão do País.

1.2.4 — Discursos do Expediente

SENADOR HELVÍDIO NUNES — Falecimento do Sr. Waldemar de Moura Santos.

SENADOR JAMIL HADDAD — Sesquicentário de nascimento de Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

SENADOR NIVALDO MACHADO — Comentários sobre entrevista concedida à Imprensa pelo Governador Franco Montoro. Declaração do Deputado Fernando Lyra sobre a participação popular que será imprimida no Governo do Estado de Pernambuco.

SENADOR OCTÁVIO CARDOSO — Colocações sobre as eleições realizadas no dia 15 do corrente mês.

1.2.5 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 237/86, de autoria do Sr. Senador Afonso Sancho, que autoriza a criação de patrulhas mecanizadas do Exército, para a realização de trabalhos de infra-estrutura econômica no Nordeste.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 35/86, que autoriza a Prefeitura Municipal de Vilhena (RO) a elevar em Cr\$ 2.732.430.000,00 (dois bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e trinta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 80/84, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 242/85, que acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, para permitir a contagem de tempo de serviço prestado ao Serviço Público, em outro órgão, para efeito de concessão de Licença Especial. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 138/80-Complementar, que isena de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas. **Discussão sobrestada por falta de quorum para votação do Requerimento nº 508/86.**

— Projeto de Lei do Senado nº 235/84, que substitui no texto da Lei nº 6.341, de 5 de julho de 1976 e nos artigos onde constar, o termo Movimento Estudantil por Movimento Jovem, dá nova redação ao item II do art. 2º da mesma lei e revoga o parágrafo único do mesmo artigo. **Aprovado em segundo turno. À Comissão de Redação.**

1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR AFONSO SANCHÓ — Notícia veiculada pela Imprensa, segundo a qual o Senhor Presidente da República pretende introduzir modificações no Plano Cruzado, ouvindo economistas que não participam do Governo.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — REPUBLICAÇÃO

Trecho da Ata da 293ª Sessão, realizada em 17-10-86.

3 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 13, de 1986 (Retificação)

4 — ATO DO PRESIDENTE
Nº 108, de 1986

5 — PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 36, de 1986

6 — CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRO-DASEN

Ata da reunião do Conselho, realizada em 11-7-86

7 — ATAS DE COMISSÃO

8 — MESA DIRETORA

9 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

10 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

Ata da 296ª Sessão, em 18 de novembro de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Helvídio Nunes — Afonso Sancho — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Alaor Coutinho — Amaral Peixoto — Jamil Haddad — Murilo Badaró — José Fragelli — Afonso Camargo — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 12 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente

lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 467, de 1986

(Nº 664/86, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 42, item III, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Tarcísio Marciano da Rocha, Embaixador do Brasil junto à Jamairia Árabe Popular da Líbia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Malta nos termos do artigo 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

Os méritos do Embaixador Tarcísio Marciano da Rocha, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 6 de novembro de 1986. — JOSÉ SARNEY.

INFORMAÇÃO

Curriculum-Vitae

TARCÍSIO MARCIANO DA ROCHA

— Jeceaba/MG, 16 de dezembro de 1934.

Filho de João Marciano da Rocha e Marieta Maria da Conceição.

Bacharel em Filosofia, FF/UFG.

Cursos de Extensão Universitária em História e Psicologia, UFG.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Professor de Latim e Português, Academia de Comércio Visconde de Cayru, 1953/54.

Professor de Prática Consular, IRBr., 1975.

Cônsul de Terceira Classe, 15 de abril de 1961.

Segundo-Secretário, antiguidade, 3 de maio de 1965.

Primeiro-Secretário, merecimento, 31 de março de 1972.

Conselheiro, merecimento, 18 de agosto de 1975.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 12 de dezembro de 1979.

Chefe, substituto, da Divisão de Imigração, 1961.

Assistente do Chefe do Departamento Consular e de Imigração, 1971/73.

Assistente do Chefe do Departamento Consular e Jurídico, 1973/76.

Chefe da Divisão de Feiras e Turismo, 1979/81.

Agregado, 1981/85.

Genebra, Delegação Permanente, Terceiro-Secretário, 1963/65.

Genebra, Chefe do Serviço de Imigrantes, 1964/66.

Genebra, Delegação Permanente, Segundo-Secretário, 1965/66.

Genebra, Encarregado de Negócios, 1966.

Tóquio, Segundo Secretário, 1966/68.

Tóquio, Chefe do Serviço de Imigrantes, 1967/68.

Tóquio, Encarregado de Negócios, 1967, 1968, 1969 e 1970.

São Salvador, Segundo-Secretário, 1968/71.

São Salvador, Encarregado de Negócios, 1968, 1969 e 1970.

Genebra, Cônsul, 1976/79.

Tripoli, Embaixador, 1986.

Grupo de Trabalho de Exame de Legislação sobre o Tratamento Alfandegário das Bagagens de Imigrantes, 1961, (Secretário).

XVIII Sessão do Comitê Executivo e XV Sessão do CIME, Genebra, 1961 (membro).

Conferência Geral da AIEA, Viena, 1962 (Representante do MRE).

VII Sessão do Comitê de Orçamento e Finanças, XXI Sessão do Comitê Executivo e XIX Sessão do Conselho do CIME, Genebra, 1963 (membro).

XXII, XXIII e XXV Sessões do Conselho do CIME, Roma e Genebra, 1964 (membro).

XI, XII e XIII Sessões do Comitê Executivo do ACNUR, Genebra, 1964 (membro).

X, XI, XII e XIII Sessões de Finanças do Comitê Executivo do CIME, Washington e Genebra, 1964 e 1965 (delegado).

XIV Sessão do Subcomitê de Orçamento e Finanças do CIME, Genebra, 1966 (delegado).

II Reunião da Comissão Consultiva da OIT, San Salvador, 1969 (delegado).

XXXIX Sessão do Comitê Executivo e XXXIV Sessão do Conselho do CIME, Genebra, 1971 (delegado).

Coordenadoria de Assuntos Internacionais, Ministério da Fazenda, 1981/85 (coordenador).

Reunião das Juntas de Governadores do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Toronto, 1982 (delegado).

XXXVIII Sessão Anual das Partes Contratantes do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, Genebra, 1982 (delegado).

XXXVIII Reunião Anual Conjunta das Assembleias de Governadores do Fundo Monetário Internacional do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e dos Comitês Interinos e de Desenvolvimento, Washington, 1983 (delegado).

Conferência Especializada Extraordinária da OEA sobre Financiamento Externo, Caracas, 1983 (delegado).

Reuniões no Âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, do Grupo "ad hoc" sobre Im-

plementação do Acordo sobre Práticas "Anti-Dumping", do Grupo de Peritos sobre Cálculo de Subsídios e do Comitê sobre Subsídios e Direitos Compensatórios, Genebra, 1983 (delegado).

O Embaixador Tarcísio Marciano da Rocha se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto à Jamairia Árabe Popular da Líbia.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, de 1985. — Paulo Monteiro Lima, Chefe do Departamento do Pesosal.

(A Comissão de Relações Exteriores.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência recebeu o Ofício nº S/26, de 1986 (nº 1.992/86, na origem), do Governador do Estado de Minas Gerais, solicitando, nos termos do item IV do art. 42 da Constituição, autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo para os fins que especifica.

A matéria ficará aguardando, na Secretaria Geral da Mesa, a complementação dos documentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Na Sessão Ordinária do dia 17 de outubro do corrente, foram lidos os Ofícios nº S/23 e S/24, de 1986, do Governo do Estado do Ceará, solicitando autorização do Senado para que aquele Estado possa realizar operações de empréstimo externo, para os fins que especifica.

As matérias ficaram aguardando, na Secretaria Geral da Mesa, a complementação dos documentos necessários.

Tendo a Presidência recebido os referidos documentos, despachará as matérias às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 77, inciso II, combinado com o art. 178, do Regimento Interno, pelo término do respectivo prazo, extinguiu-se, em 17 do corrente, a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 22, de 1984, destinada a analisar o funcionamento do Sistema Financeiro e de seu principal agente financeiro — Banco Nacional da Habitação — BNH.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Nos termos do art. 97, "caput", do Regimento Comum, e uma vez que já foram distribuídos os autos dos pareceres, esta Presidência abre o prazo de 5 dias, a partir de amanhã, 19 de novembro, para apresentação do Requerimento previsto no § 3º do art. 66 da Constituição, no que diz respeito às seguintes partes do Projeto de Lei nº 3, de 1986-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1987:

— Presidência da República
— Encargos Gerais — Encargos Financeiros e Encargos Previdenciários da União e
— Receita e texto da Lei.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Em 17 de novembro de 1986

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no art. 43, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei do País a partir do dia 20 de novembro até 22 de novembro, em viagem de estudos ao exterior, em caráter particular.

Atenciosas saudações, Roberto Campos.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, nos termos do que determina o art. 43, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 16 a 30 de novembro do corrente ano, com destino a Nova Iorque, Estados Unidos da América do Norte.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 1986. — Severo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — As comunicações lidas vão à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes.

O SR. HELVÍDIO NUNES (PDS — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Faleceu anteontem em Teresina e foi sepultado na manhã de ontem em Picos, sua cidade natal, o Dr. Waldemar de Moura Santos.

Filho de Francisco de Souza Santos, que durante muitos anos exerceu influência na vida social, comercial e política da região, e que hoje é nome de cidade da constelação picoense, o coronel Chico Santos, casado com Dona Balbina de Moura Santos, foi ainda, ao lado de Luiz de Sousa Santos, pioneiro da industrialização de Picos, pois que na cidade instalou, no princípio da década de 30, fábrica destinada ao beneficiamento do algodão, ainda hoje uma das principais culturas daquela área do Piauí.

Farmacêutico de profissão, formado na tradicional Faculdade de Farmácia da Bahia, o Dr. Waldinho Santos, como era largamente conhecido, marcou durante longo tempo a paisagem esportiva, empresarial, social e política de Picos.

De menino guardo na lembrança os períodos de fim de ano, quando chegava à terra o atacante Waldinho, a comandar as ações do nosso clube do coração — o Picoense. Com jogadas desconcertantes vencida a marcação cerrada que lhe faziam e, cabeceador exímio, vezes sem conta vencida a defesa adversária. A camisa amarela e preta era a camisa da minha paixão, de meus sonhos de criança.

Instalada a Farmácia São Francisco, que ainda existe no mesmo local, o Dr. Waldinho Santos passou a exercer também a atividade política, a exemplo do pai e seguindo o mesmo caminho de Adalberto e de João de Moura Santos.

Nas eleições de 1950, convocado a participar diretamente da campanha política, foi candidato a suplente de senador, na chapa encabeçada pelo saudoso piauiense Arêa Leão. E em princípio de 1958, em face do falecimento do titular, Waldemar Santos ocupou, em caráter definitivo, uma das cadeiras da representação do Piauí no Senado Federal, que à época tinha sede no Rio de Janeiro.

O extinto foi ainda responsável pela instalação e primeiro Presidente da Caixa Econômica Federal do Piauí, em Teresina, à qual serviu com dedicação, competência, zelo e grave senso de responsabilidade administrativa.

Casado com Dona Otília Neiva de Moura Santos, que lhe sobrevive, o extinto deixou os filhos Waldília, casada com Francisco de Moura Santos, Waldélia, casada com o médico Dr. José Antenor Neiva, Waldília, casada com o engenheiro Luiz Carlos Cordeiro, Warton Moura Santos, médico-cirurgião, eleito no último pleito Deputado Estadual, Waldson de Moura Santos, médico anestesista, Wilton de Moura Santos, engenheiro civil, atualmente chefe do 18º Distrito Rodoviário Nacional, em Teresina, Weimar de Moura Santos, médico oftalmologista e Waldemar Júnior, bioquímico analista.

Nesta oportunidade desejo homenagear a memória do homem, do chefe de família, do profissional liberal, do administrador, do político, do Senador Waldemar Santos.

Exalto, por igual, o cidadão de muitas virtudes, um dos ídolos da minha infância.

E presto a Waldemar Santos, também, o preito de admiração pela sua constante, invariável e profunda picoensidade, pelo amor que sempre dispensou à terra comum — Picos.

À esposa amantíssima, aos genros, filhas, filhos e noras, envio abraços de condolências, na certeza, porém, de que, se todos passam, todos também permanecem. É que, como as palavras, os homens autênticos jamais passarão.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores,

Chegados mais dois novembro, o Brasil estará comemorando o centenário da Proclamação da República. Os fatos que dizem respeito à História serão lembrados nas comemorações com que o País celebrará a data.

Quero, hoje, nesta sessão, reverenciar a memória de um dos vultos mais notáveis dos albores republicanos. Refiro-me a Benjamin Constant Botelho de Magalhães, cujo sesquicentenário de nascimento transcorreu aos 18 de outubro findo.

Os merecimentos dos pró-homens não podem ficar sepultados com eles — precisam ser conservados no altar da nacionalidade, para conhecimento e respeito das gerações que se sucedem.

De origem humilde, órfão de pai aos treze anos, Benjamin Constant começou a vida como pedreiro. Entrou no Exército, depois de fazer o curso da Escola Militar. Aprimorou-se na Matemática. Interessou-se pela Física e pela Astronomia.

Dedicou-se aos cegos, dirigindo, por muitos anos, o Instituto que cuidava dos mesmos, entidade que se tornou famosa e que viria a receber, em justa homenagem, o nome do benemérito brasileiro.

Na Escola Militar, ele era considerado professor eminente e a sua aura de intelectualidade na classe permitiu-lhe propagar as idéias positivistas que professava e os ideais republicanos que o impulsionavam.

Homem de ação, participou da fundação do Clube Militar, no ano de 1887, e nessa entidade os historiadores registram que a propaganda republicana se desenvolveu fartamente.

O Marechal Deodoro, que era o Ministro da Guerra, tinha a seu lado, como homem de confiança precisamente, Benjamin Constant, a essa época tenente-coronel. Era ele quem fornecia informações ao velho Marechal a respeito da situação geral, sobretudo no Rio de Janeiro. A sua influência sobre o ânimo do chefe foi realmente decisiva no dia 15 de novembro de 1889. Foi a ele que Deodoro falou na ocasião, depois de escutar-lhe um relatório: "Pois diga ao povo que a República está feita".

Sr. Presidente, Srs. Senadores, proclamado o novo regime, Benjamin Constant, mesmo tenente-coronel, foi nomeado para ocupar a Pasta da Guerra, o que, por si só, está a mostrar o real prestígio de que desfrutava entre os seus companheiros.

No ano seguinte, assumiu o Ministério da Instrução Pública, introduzindo importantes reformas no ensino.

Morreu em janeiro de 1891, quando a República estava nos seus primeiros tempos e enfrentava problemas para consolidar-se.

Deve-se à sua iniciativa o lema que o pavilhão nacional acolhe — Ordem e Progresso. A sua memória está, pois, indissolúvelmente, ligada ao nosso maior símbolo.

Senhor Presidente, como Senador da República, registro, com orgulho o transcurso desse sesquicentenário, mas devo confessar que, representante nesta Casa do Estado do Rio de Janeiro, o faço, também, pela particularidade sentimental de que Benjamin Constant nasceu no Rio de Janeiro e foi essa minha Cidade o cenário de toda a sua existência benemérita em favor da Pátria.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nivaldo Machado.

O SR. NIVALDO MACHADO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Octávio Cardoso — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Octávio Cardoso.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Penso que ainda é cedo para fazermos uma análise bastante profunda do quadro político nacional, resultante das últimas eleições, porquanto os resultados conhecidos se referem mais aos cargos majoritários do que propriamente à representação popular na Assembleia Nacional Constituinte. Em todo o caso, as urnas indicam a ampla vitória do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido de V. Exª, Sr. Presidente, na quase totalidade dos Estados brasileiros e elegendo, praticamente, todos os representantes no Senado Federal, com poucas exceções. Entretanto, um fato já se pode registrar, sem perigo de erro: foi a enorme manifestação cívica que representou a eleição nacional, com uma frequência de eleitores bastante animadora, na maioria dos Estados da

Federação, como que a demonstrar o grande desejo dos brasileiros de participar nas decisões da sociedade e, mais do que isto, a sua vocação democrática.

Não vale citar as exceções; as exceções da violência física, onde alguns tombaram sem vida; nem vale citar as exceções da violência verbal que, embora seja um processo condenável, é perfeitamente aceitável que ocorra no calor da discussão política, quando afloram, em toda a sua intensidade, as paixões humanas.

Outro fato, também, não se pode deixar de ressaltar, Sr. Presidente; a enorme, a perniciososa presença do poder econômico e do desmando administrativo no processo eleitoral. Não precisamos ir longe: aqui, em Brasília, apresentaram-se pelo menos, três candangos doirados a derramar dinheiro para eleger-se Senador — uma coisa nunca vista na História política do País. Felizmente, o dinheiro não foi capaz de comprometer a livre decisão do eleitorado de Brasília. Falo em Brasília, aqui, tão perto de nós e, que participava da primeira eleição com uma afluência bastante grande de candidatos ao Senado onde pelo menos, três deram uma demonstração requintada da deformação do poder econômico no processo eleitoral. Alguém dirá: mas um candidato teve seu registro cassado por abuso do poder econômico. Muito bem, bravo! Saúde-se a justiça por isso! Mas a justiça ainda está a dever algumas decisões, que são muito importantes para a pureza do processo político e eleitoral brasileiro.

Não se pode deixar de registrar também, Sr. Presidente, a enorme influência do poder público, do poder administrativo nestas eleições. O que representou essa influência, em matéria paga nos jornais e televisões, a propaganda sub-reptícia, a propaganda que parecia ter outro objetivo, mas que não conseguia ocultar o seu verdadeiro desiderato, que era a propaganda dos candidatos governistas, na maioria do PMDB, mas não só do PMDB. Foi a deformação do processo político brasileiro, através do poder econômico individual do candidato, através do poder econômico daqueles que transacionam com o poder público, as empreiteiras e outros órgãos, através da deformação do poder, como poder, do poder administrativo e do poder de dinheiro do órgão público. Todos esses fatos temos de registrar pelo seu requinte, pela sua presença desavergonhada, como nunca, no processo político brasileiro. Veja V. Ex^a que não estou a dizer que a vitória do Partido de V. Ex^a se deve a isso.

Penso que o PMDB ganhou as eleições. Teria ganho até sem esse tipo de influência do poder público, porque afinal era uma hora de renovação, era a hora da virada em que se começou a conhecer homens desde a sucessão presidencial — homens que à medida em que determinando candidato ia crescendo, homens que iam mudando a sua trincheira. Mas não foi só no processo da sucessão presidencial.

O Sr. Helvídio Nunes — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Em seguida ouvirei V. Ex^a

Ainda agora, em São Paulo, se viu quando Antônio Ermírio ponteeava na pesquisa muitos correligionários de V. Ex^a que estavam se manifestando favoráveis a essa candidato, e retrocederam à medida em que a pesquisa indicava a supremacia do candidato, afinal, vitoriosos Orestes Quêrcia ao Governo do Estado.

São episódios que considero deprimente para o homem público e para o processo eleitoral brasileiro.

Ouçõ V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Helvídio Nunes — Eminente Senador, vários aspectos das colocações que ora V. Ex^a faz mereceriam uma referência especial. Mas desejo fixar-me apenas naquela em que V. Ex^a afirma a presença dos empreiteiros na campanha política há pouco realizada. Nobre Senador, breve ocuparei esta tribuna para exibir as principais páginas dos dois jornais de Teresina, e vou exibir aqui, neste plenário, as seguintes manchetes: "Empreiteiros lançam candidatos ao Senado, no Piauí".

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Prossigo, Sr. Presidente, e volto a uma afirmação que já fiz. Não quero dizer que a vitória do Partido de V. Ex^a se deva a esse tipo de deformação. O que quero registrar e lamentar é que ocorra ainda esse tipo de deformação no processo eleitoral brasileiro.

Sei que não estamos numa sociedade de anjos. Sei que a imperfeição, o defeito e o vício acompanham todos os atos, todas as atitudes humanas. Mas devíamos Sr. Presidente — e certamente o futuro Congresso, os futuros legisladores irão preocupar-se com isso — tentar encontrar alguns mecanismos para a purificação do processo eleitoral brasileiro. Já aprovamos uma vez o voto distrital, que não sei por que acabou sendo revogado. Uns dizem que não adiantará, que o poder econômico, embora seja restrito ao distrito, portanto, mais identificável e mais controlável, ele até se mostra mais eficiente pela redução do território em que deva atuar.

Os defensores do processo dizem, entretanto, que é possível uma fiscalização, porque a justiça, o eleitor, fica mais perto do infrator da lei e com maior capacidade de visualização e de inibição do processo deformativo.

O problema, também, do horário gratuito na televisão, que os governos anteriores foram tão criticados, porque o candidato mal podia mostrar a sua foto ou declinar o seu nome e o seu número e já o seu tempo estava esgotado. Pois bem, agora, vem aí a nova maioria, o Partido que sempre se insurgiu contra isso, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Então, esperamos que nas próximas eleições todos tenham maiores oportunidades de participar dos rádios e da televisão; Tenham mais acesso, seja mais democrático o processo político brasileiro.

Existem, também, Sr. Presidente, os que temem a ditadura do partido único, do grande partido, o partido que não admite as contradições dentro da sociedade e dentro do parlamento. Realmente seria lamentável que o Partido vitorioso nas últimas eleições, que alcançou o seu lugar, que obteve a sua vitória depois de vinte anos de pregação, pregação pela liberdade e pela representação das minorias, que esse Partido viesse a arrogar-se agora em representante de toda a sociedade quando, na verdade, representa uma parte e, assim mesmo, uma parte minoritária da sociedade brasileira. Porque embora os candidatos vitoriosos tenham alcançado ampla vitória, os que chegam a mais chegam a pouco além de quarenta por cento, não sei se alguém chegará a número superior a cinquenta por cento, mas se chegar, ainda será a maioria do eleitorado e não a maioria da sociedade brasileira, embora o eleitorado seja representativo desta sociedade.

O Sr. Jamil Haddad — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Jamil Haddad — Senador Octávio Cardoso, V. Ex^a levanta enfoques muito bem colocados sobre o processo eleitoral ora findo. Lembra V. Ex^a que fui daqueles que lutou com veemência dentro deste Plenário, quanto ao critério da distribuição do horário gratuito. Queriam e impuseram que fosse proporcional às Bancadas no Congresso a distribuição do tempo. V. Ex^a se manteve no seu Partido, V. Ex^a era do PDS com o é até hoje. Pergunto; quem se elegeu pelo PDS e hoje está no PFL, representava, na realidade, os pensamentos daqueles eleitores que haviam dado o seu voto na eleição anterior? O PFL não havia concorrido a nenhum processo eleitoral até o presente momento. Tivemos o PMDB com um afluxo enorme de elementos de outros partidos que se somaram à sua legenda e como queriam que os partidos organizados constitucionalmente, a partir de novembro do ano próximo passado, pudessem, na realidade, ter alguma bancada, se não tinham concorrido a nenhum pleito eleitoral? Mais um casuísmo foi jogado para a distribuição do tempo gratuito na televisão vimos essa propaganda subliminar, massificante, em que o PMDB nacionalmente, em duas horas, dispunha praticamente de uma hora diária para os seus programas. Votamos nesta Casa projeto não permitindo a propaganda paga nos jornais, foi permitida apenas a manutenção da Lei Etelvino Lins, permitindo santinhos com um pequeno currículo. Pois vimos páginas inteiras de jornais publicando propaganda eleitoral de determinados candidatos, num flagrante abuso do poder econômico, sem que ninguém tivesse a sua candidatura impugnada pelo Tribunal. Nobre Senador Octávio Cardoso esperamos que daqui para frente não sejam feitas, às vésperas de eleições, leis casuísticas de interesse de determinados partidos para aquele processo eleitoral e, sim, que haja a partir desse momento uma consciência nacional no sentido de que todos os partidos legalmente constituídos pos-

sam dispor do mesmo tempo e do mesmo recurso para apresentar as suas idéias perante o eleitorado. Não deixou de ser um avanço democrático o processo eleitoral hora findo porque em quase cem anos de República muito pouco tempo de democracia tivemos. Esperamos que daqui para frente, mais e mais se repitam os pleitos eleitorais com a lisura e sem o abuso do poder econômico. Vimos também que a União Democrática Ruralista declarou, e saiu em vários jornais publicados, que usaria recursos para a eleição de cento e cinquenta congressistas numa flagrante colocação do uso e do abuso do poder econômico para influir na futura Constituição do nosso País. Congratulo-me com a colocação que V. Ex^a vem fazendo a respeito do programa eleitoral e sei que V. Ex^a é daqueles que pretendem, na realidade, um processo eleitoral a partir do exemplo desta eleição, mais limpo e muito mais democrático do que ora presenciamos.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Sou muito grato à participação de V. Ex^a, nobre Senador Jamil Haddad, e sou testemunha, como todo o Senado, e a Nação, dos esforços de V. Ex^a no que diz respeito à divisão do tempo eleitoral.

Mas dizia, Sr. Presidente, que embora alguns temam, a Nação espera que o PMDB não pretenda arvorar-se em árbitro único da consciência e dos interesses nacionais, embora eu não possa dizer que realmente é o Partido mais representativo das aspirações nacionais, mas não o seu único veículo.

O Sr. Nivaldo Machado — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Já ouço V. Ex^a

Sr. Presidente, seria de todo desejável que não se estabelecesse no Brasil o processo de "mexicanização", em que há cinquenta anos o PRI, Partido Revolucionário Institucional, detém o poder com o esmagamento total, sem a perspectiva de nascimento de outros partidos, para que se possa estabelecer a contradição, o diálogo entre as mais diversas correntes de pensamento da sociedade. Naturalmente, o PMDB, como sabemos, tem as suas contradições internas. É o PMDB de Arraes, como dizia Tancredo; é o PMDB de Tancredo; o PMDB de Fernando Lyra; o PMDB de Roberto Cardoso Alves; o PMDB daqueles que estão mais à esquerda e dos que estão mais à direita e que, naturalmente, na Assembleia Nacional Constituinte terá de encontrar o seu denominador comum para a coesão interna e, talvez, aí resida também a linha de ação para a melhor representação da sociedade brasileira.

Ouçõ V. Ex^a, nobre Senador Nivaldo Machado.

O Sr. Nivaldo Machado — Senador Octávio Cardoso, não precisaria dizer que ouço V. Ex^a com o maior interesse. Isso é um procedimento normal de minha parte com relação a todo e qualquer companheiro de representação popular, mesmo porque todos nós aqui, sempre que prendemos a atenção do Senado, o fazemos com o propósito de oferecer alguma colaboração. V. Ex^a é daqueles que oferecem sempre a melhor colaboração. Na hora em que o nobre companheiro analisa a eleição que se realizou no dia 15 último e faz considerações em torno do processo eleitoral, registrando fatos que maculam a legitimidade da representação popular, eu desejo trazer aqui o meu assentimento às suas considerações e às suas conclusões. Sem dúvida, muito ainda há que se fazer no sentido do aprimoramento das instituições democráticas. Acontece e isso é óbvio: cada eleição marca um passo à frente no aperfeiçoamento das instituições. Foi o que ocorreu em relação a esse último pleito; mas, sem analisar mais detidamente as conclusões de V. Ex^a, diria que a presença do poder econômico foi tão esmagadora — e isso tem sido de tal maneira ostensivo que, daqui a alguns anos o homem da classe média será um ente em extinção; ele não poderá mais participar da vida pública. Aqueles que têm dinheiro abastardam o regime democrático, maculando e desfigurando a vontade popular. Será o domínio da plutocracia. Há muitos candidatos, Senador Octávio Cardoso, que vestem a camisa de populista, mas que gastam milhões na eleição e ainda posam de progressistas e defensores de reformas avançadas. Conheço muitos deles no meu Estado, inclusive onde se abusa do povo, mistificando-o e enganando-o com promessas inexequíveis, cortejando-se a popularidade, desdoradamente. Essa pregação infelizmente, encontra

eco e dá resultados. Tanto dá, que durante muitos anos, a oposição, à época, faturou alto, eleitoralmente. Agora, pretende-se negar ao Presidente da República o prestígio que ele tem, pela sua firme e inabalável decisão de manter a reforma econômica em curso, embora se reconheça a necessidade de correções. E se quer atribuir só ao PMDB o êxito obtido nas eleições de 15 de novembro p. findo.

Nós queremos dizer, quando V. Ex^a aborda a pretensa posição hegemônica desse partido, que o Presidente dispensa tutelas e vem repelindo pressões de quem quer que seja, no cumprimento dos seus deveres de Chefe de Estado, a partir do momento histórico, difícil para a nacionalidade, em que assumiu o alto cargo que vem desempenhando de modo competente e patriótico. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Sou muito grato à participação de V. Ex^a nesta desprestigiada análise que faço e que, como disse no começo de minha intervenção, seria muito superficial porque ainda são desconhecidos os resultados do pleito.

Mas alguma coisa já se pode comentar.

O aspecto do respeito, Sr. Presidente, à honra e à dignidade das pessoas e o aspecto da moralidade. Houve um candidato, neste País, Sr. Presidente, que foi execrado pelos meios de comunicação, como sendo um homem sem a necessária ética, e sem a necessária moralidade para ser Presidente da República. Pois esse homem me parece que agora foi absolvido, pelo menos no seu Estado. É preciso se cuidar disso, Sr. Presidente. Porque ou a imprensa publica inverdades, e precisa ser responsabilizada, ou o que ela diz é verdadeiro. E eleger um homem com todas as pechas apontadas pela imprensa representa um rebaixamento no nível de exigência e de moralidade da sociedade brasileira. Todo mundo que lê *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* tomou conhecimento do que se disse de um candidato em São Paulo, que acabou sendo vencedor. Então, de duas uma: a imprensa não tem credibilidade, o eleitor não dá importância ao que se publica; ou o eleitor acredita no que diz a imprensa, mas não dá importância para o aspecto da moralidade, e eleger, igualmente, a pessoa, sem se importar se enriquecimento ilícito é crime, se tirar vantagem na função pública representa fato censurável ou não.

São esses aspectos que me parecem que a eleição passada, recentemente, trouxe à análise e à consideração da sociedade brasileira. São fatos que não podemos deixar de registrar, nem podemos esquecer, também, os exemplos recentes da história política brasileira. Ganhar uma eleição não é tudo. A ARENA também ganhou, em 1977, ganhou amplamente. O MDB de então, que é o PMDB de hoje, com alguns acréscimos, pensou até em auto-extinguir-se; e a ARENA não soube administrar a sua vitória, ou não tinha condições, ou as circunstâncias não eram as mesmas. Em todo caso, o que quero dizer é que ganhar não é tudo. É preciso saber administrar essa vitória em consonância com as melhores aspirações da sociedade brasileira, que é uma sociedade que quer renovar-se, quer ter presença, que quer ter participação no processo político brasileiro e no delineamento dos seus grandes destinos.

Sr. Presidente, não falo como uma pessoa que não se saiu bem nas eleições. Eu não disputei. Somente me saí mal porque o meu Partido se saiu mal, mas a minha análise é fria, não tem nada de pessoal. Apenas faço alguns registros, algumas reflexões, para dizer da importância que me parece que tem o tema para o futuro Congresso, o disciplinamento do processo eleitoral, a possibilidade de responsabilizar pessoas e órgãos pela difamação, pela calúnia e pela injúria, pelo fato de alguém, dispondo de um veículo, se achar no direito de denegrir a honra e a dignidade de qualquer pessoa.

O Sr. Amaral Peixoto — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — Com o maior prazer.

O Sr. Amaral Peixoto — Ilustre Senador, neste momento devemos penitenciar-nos, porque somos responsáveis pela feitura de uma lei eleitoral inadequada ao País. No momento em que demos o direito de voto ao analfabeto, fizemos um sistema de votação complicado, difícil de ser cumprido, tendo como resultado esse espantoso número de votos em branco e nulos. Demos voto ao

analfabeto e fizemos uma legislação eleitoral para a Suíça. Infelizmente, não tive o prazer de ouvir o discurso de V. Ex^a desde o início, mas quero concordar com V. Ex^a num ponto: é uma coisa deplorável o abuso do poder econômico nesta campanha. Em 40 anos de vida pública não vi igual. É lamentável. Se continuarmos assim, se os partidos continuarem a agir desta maneira, estarão comprometendo a democracia no Brasil.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO — V. Ex^a não só me honrou com o seu aparte, nobre Senador Amaral Peixoto, senão que trouxe a esta Casa um depoimento de sua longa experiência no Executivo e no Legislativo, da sua longa vivência da vida política brasileira. E V. Ex^a até me fez lembrar uma coisa de que me ia esquecendo; a responsabilidade, da confecção da lei é nossa. Mas não só nossa. Parece que não há ninguém imune no processo de deformação do processo eleitoral brasileiro. Nós, do Legislativo, certamente não fizemos a melhor lei, mas também o Judiciário não deu a melhor interpretação à lei que se fez nesta Casa. Eu vi decisões que, para evitar o abuso do poder econômico, alguém que tivesse um painel, um outdoor, deveria dividi-lo em quatro para que outros candidatos dele participassem. Agora, se tivesse dez veículos não precisava dividir, se tivesse um jornal para nele escrever páginas e páginas a seu favor não precisaria dividir espaços. Decisões assim eu vi: o Tribunal, por exemplo, cassar um registro de um candidato por abuso do poder econômico. Mas vi no jornal que outro candidato transferiu o seu domicílio eleitoral para um lugar aonde a sociedade brasileira sabe que esse candidato nunca morou, com contrato de locação falso, com marido que se sabe que vive em outro lugar, não estando o casal separado. Então a fraude é notória. Agora, o Tribunal não decidiu. Se tivesse decidido antes da eleição decidiria contra a fraude. Decidindo agora depois da eleição, vai decidir contra o povo, porque vão dizer que o Tribunal desrespeitou o voto popular, quando, na verdade, deveria ter decidido pela lei não importando de quem fosse filho o candidato — e não venham-me dizer que em homenagem ao santo se beija o altar? Não é o caso. O caso é de aplicação da lei.

Então, todos não cometemos os nossos erros neste processo político, neste processo eleitoral brasileiro: nós do Legislativo; o Judiciário sendo rigoroso nuns pontos e complacente e complicado em outros; e o Poder Executivo não coibindo o uso da máquina administrativa. Imagino o que não terá custado essa eleição na Bahia, onde os dois candidatos têm presença de padrinhos no Governo Federal. Então, uma parte do dinheiro vai com o trem do PFL e a outra parte do dinheiro vai com o trem do PMDB. Não sei quanto custou essa eleição, mas posso imaginar, porque o processo político brasileiro foi deformado nessa eleição como não se tem notícia na História do Brasil. Agora registro: não há de ser só por isso que o PMDB obteve a sua grande vitória; certamente era a hora da virada, era a hora de o PMDB eleger os seus candidatos, a hora em que a sociedade espera que ele, no Poder Executivo, realize o seu programa e a sua pregação de 20 anos de oposição.

Sr. Presidente, não posso ir além porque faltam ainda muitos números. É preciso fazer, ainda, muitas reflexões, mas uma coisa é certa: precisamos purificar a representação dos partidos políticos, fazer com que os partidos sejam, realmente, os instrumentos para a realização da democracia. Talvez, agora que já foram exorcizados os demônios do regime discricionário, pode ser que agora já a fidelidade partidária esteja purificada e ela venha a ser adotada não como uma coisa da ARENA, não coisa do PDS, não como uma coisa dos militares para cabrestear os políticos. Pode ser que, agora, a fidelidade seja adotada por uma necessidade de decência dos partidos e de autêntica representação partidária em que alguém, eleito por um partido, não possa trocar de partido e continuar usufruindo do mandato.

Não censuro ninguém, Sr. Presidente, porque falar nisto é como falar de corda em casa de enforcado, mas acho que no futuro nós temos de tratar da pureza e da representatividade dos partidos políticos. Não se pode formar um partido político quando meia dúzia de pessoas assinam um manifesto e o levam ao Tribunal para um registro provisório. Depois, não é possível fazer o que quer o nobre Senador Jamil Haddad: dividir o tempo com todos. Aí se pede para o legislador que faça uma coisa ma-

terialmente impossível. É preciso um certo cuidado, é preciso um conjunto de requisitos para que se forme um partido; é preciso que o partido não seja uma coisa escusa, que ele possa ter recursos do Fundo Partidário, ter sua sede, o seu jornal, os seus veículos de divulgação, que os participantes com recursos materiais do esforço partidário possam declarar publicamente que são participantes, deduzir essas verbas do seu Imposto de Renda. É preciso que o partido seja uma coisa limpa. Mas é preciso, também, que o político militante do partido dignifique o seu partido, tenha fidelidade ao seu programa e, então, talvez, as coisas venham a ser melhores.

Muito obrigado a V. Ex^a (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 1986

Autoriza a criação de patrulhas mecanizadas do Exército, para a realização de trabalhos de infraestrutura econômica no Nordeste.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar nas Unidades de Engenharia do Exército Brasileiro, localizadas na região compreendida pelo Polígono das Secas, no Nordeste do País, PATRULHAS MOTOMECANIZADAS, para a construção de açudes e barragens.

Parágrafo único. A direção, o pessoal, o material e equipamento infra-estruturais serão atribuídos aos Batalhões de Engenharia do Exército, que executarão as obras do plano geral de construções de açudes e barragens elaborado por uma Comissão constituída pelos Ministérios Cíveis e seus respectivos órgãos regionais, especialmente criada com esta finalidade.

Art. 2º Os recursos logísticos serão propiciados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, pelo Banco do Nordeste, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento, além de órgãos estaduais, podendo a União recorrer aos recursos do FINSOCIAL e dos alocados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Art. 3º Os trabalhos referentes ao aproveitamento de recursos hídricos, de distribuição em superfície ou de extração do subsolo, para efeitos de ampliar a área irrigada da região, serão administrados pelo Ministério da Irrigação, em articulação estreita e com o Ministério do Exército.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Muitas experiências têm sido feitas para a recuperação do Nordeste, pecando, de um lado, pela falta de continuidade, de outro, por um equacionamento que não contempla as forças vivas que devem ser mobilizadas no sentido da multiplicação da açudagem, da utilização de reservas hídricas do subsolo e da irrigação em larga escala, aproveitadas as terras ricas e agricultáveis do semi-árido, onde dezenas de espécies vegetais resistem a uma quadra pluviométrica anual inferior a duzentos e cinquenta milímetros.

Abundantes recursos materiais têm sido ali desperdiçados. Porque sua aplicação vale pouco sem o contingente humano. E nós temos mais de meio milhão de jovens, na idade militar, anualmente disponíveis, que são dispensados do serviço obrigatório, nem sempre por deficiências sanitárias evidentemente curáveis.

Queremos lembrar, a propósito, a Proposta de Emenda à Constituição nº 82, de 1985, que empresta a seguinte redação ao art. 92:

“Art. 92. Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou ao serviço agrícola, ou outros encargos necessários à segurança e desenvolvimento nacionais, nos termos e sob as penas da lei.

§1º Lei Complementar disporá sobre o serviço agrícola que será prestado alternativamente com o serviço militar, gerando os mesmos efeitos legais.

§ 2º As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar em tempo de paz e do serviço.

agrícola, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir."

Essa proposição se reveste do maior significado e de certo facilitaria a efetivação do resultado que estamos propondo para o Nordeste. Nunca perdemos a convicção de que o Brasil é um País essencialmente agrícola, apesar de sua recente e vitoriosa vocação industrial. No entanto, estamos importando alimentos e tudo indica que, de maneira crescente, enquanto aumenta nossa exportação de manufaturados. Entretanto, precisamos reverter essa expectativa tanto mais quanto cresce, anualmente, a fome do mundo.

Temos excelentes condições de solo e clima para nos transformarmos no segundo produtor mundial de gêneros. O que nos falta é explorar milhões de hectares vazios, inclusive no Nordeste, onde o solo é rico e exige, apenas, melhor distribuição de água.

Não se pode negar que sua estrutura fundiária contribua para agravar a penúria nordestina, mas não é menos certa a existência, lá, de terras ociosas.

Assim, o serviço agrícola obrigatório, incorporando o esforço anual de meio milhão de rapazes às tarefas da produção agrícola no Nordeste, seria tanto mais eficiente quanto se mobilizassem preciosos contingentes das nossas Forças Armadas, em patrulhas mecanizadas, para a realização de trabalhos de infra-estrutura na região.

Por outro lado, a incorporação de parte do excesso de contingente nas Patrulhas Mecanizadas habilitaria milhares de brasileiros, incorporando-os ao contingente de mão-de-obra especializada e voltada para a solução dos problemas da região.

Tal objetivo do nosso projeto, que, convenientemente regulamentado pelo Poder Executivo, mobilizados os serviços infra-estruturais e os recursos materiais necessários, apressaria o processo de redenção de uma das regiões mais pobres, embora plena de potencialidades, do País.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 1986. — Afonso Sancho.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Regionais, de Segurança Nacional e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O projeto será publicado e remetido às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum para deliberação

Em consequência, as matérias da Ordem do Dia em fase de votação, constituída do Projeto de Resolução nº 35/86; Projetos de Lei do Senado nºs 80/84 e 242/85, ficam com a sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passa-se ao Item 4:

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 1980 — Complementar, de autoria do Senador José Sarney, que isenta de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas, tendo

PARECER, sob nº 232, de 1984, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido, em separado, do Senador Aderbal Jurema.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 508, de 1986

Nos termos do artigo 310, alínea "B", do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do Projeto de

Lei do Senado nº 138, de 1980 — Complementar (apreciação preliminar da constitucionalidade), a fim de que seja encaminhado ao reexame da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 1986. — Nivaldo Machado.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Não havendo quorum, fica adiada a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Item 5:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 1984, de autoria do Senador Henrique Santillo, que substitui no texto da Lei nº 6.341, de 5 de julho de 1976 e nos artigos onde constar, o termo Movimento Estudantil por Movimento Jovem, dá nova redação ao item II do art. 2º da mesma lei e revoga o parágrafo único do mesmo artigo, tendo

PARECER, sob nº 44, de 1986, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável.

Em discussão o projeto, em segundo turno. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, o projeto é dado como definitivamente aprovado, nos termos do art. 315 do Regimento Interno.

O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 1984

Substitui no texto da Lei nº 6.341, de 5 de julho de 1976 e nos artigos onde constar o termo, Movimento Estudantil por Movimento Jovem, dá nova redação ao item II do art. 2º da mesma lei e revoga o parágrafo único do mesmo artigo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os Partidos Políticos poderão organizar Movimentos Jovem e Trabalhista, com direito a representação nos Diretórios Municipais, Regionais e Nacionais, com órgãos de ação partidária.

Art. 2º

II — Se jovem, a prova de ser maior de 16 anos e ter idade máxima de 27 (vinte e sete) anos.

Art. 3º Caberá aos Movimentos Jovem e Trabalhista, através da ação partidária, impugnar pela realização de seus ideais e objetivos.

Art. 10. O mandato dos integrantes de órgãos dos Movimentos Jovem e Trabalhista terá duração igual ao dos membros dos Diretórios Partidários.

Art. 11. As Comissões Executivas dos Partidos providenciarão o registro nos Tribunais Regionais, dos Diretórios Municipais e Regionais e no Tribunal Superior Eleitoral, dos Diretórios Nacionais dos Movimentos Jovem e Trabalhista.

Art. 13. Para indicação dos candidatos, os Movimentos Jovem e Trabalhista reunir-se-ão, em assembleias gerais, observados os registros do art. 34, da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1979 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), até 10 (dez) dias antes da correspondente convenção partidária, podendo votar.

Art. 15. Os Partidos Políticos deverão promover a adaptação de quaisquer órgãos de atuação jovem ou trabalhista existentes às normas fixadas nesta Lei.

Art. 19. Os Diretórios Nacionais dos Partidos designarão uma Comissão Provisória Jovem e uma Comissão Provisória Trabalhista, cada uma composta de 9 (nove) membros, as quais terão, também, a atribuição de constituir Comissões Provisórias Regionais incumbidas de organizar os respectivos Movimentos nos Estados e Territórios.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está finda a Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Afonso Sancho.

O SR. AFONSO SANCHO (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejo fazer um registro, desta Tribuna, com referência ao Plano Cruzado, cuja execução ora aventada, com amplas consultas, persigo desde o início de sua implantação.

Como líder empresarial do Ceará, há cerca de 40 anos, tenho uma consciência relativa de problemas econômico-financeiros e sempre entendi que estes assuntos não devem ser tratados dentro do espírito de emoção e exagerado otimismo.

Estranho não ter lido ou ouvido nada que se referisse a um encontro do Presidente Sarney, ou de seus Ministros da Área Econômica, com outros colegas da Economia, que já passaram por aquelas posições, para aferir os acertos ou desacertos do Plano Cruzado.

Ressalte-se que, mesmo no tempo do autoritarismo, o então Presidente Médici sempre consultava diversos economistas sobre medidas de choque que desejava adotar na área econômica. Atitudes essas que não representavam nenhum menosprezo aos seus Ministros; refletia, isto sim, desejo de lançar, com acerto, medidas fundamentadas em conhecimentos múltiplos do assunto.

Ao analisarmos o grande País do Norte — Estamos Unidos — encontraremos um belo exemplo de compreensão e desejo de acerto quando o Governo ao tomar uma medida de ordem política, ou de segurança nacional, convida ex-Presidentes e grandes experts no problema para ouvi-los, demonstrando com isso, à Nação, que a decisão foi em benefício do País.

O Plano Cruzado, que sem dúvida nenhuma, é um plano de solução nacional, e nenhum brasileiro, de sã consciência há de posicionar-se contra, pecou pela falta de comunicação, mesmo depois de decretado.

Os setores mais representativos do mundo empresarial brasileiro não foram ouvidos e nem consultados, e, por isso, muitas distorções necessitam ser corrigidas para que aquela corajosa e oportuna providência do Presidente Sarney, juntamente com sua valorosa equipe econômica, não sofra nenhuma solução de continuidade. Os seus reajustes deveriam ter sido programados na sua implantação global, como o cambial, que deve ter vindo já atrasado.

Hoje, com alegria, vimos estampada, na Imprensa, a notícia de que o Presidente da República, nas modificações do Plano, vai ouvir outros economistas que não os do Governo — estes últimos, embora bem intencionados, muitas vezes ficam obcecados por posições, não as melhores.

Quando da Reunião de Carajás, tivesse o Presidente Sarney levado para aquele encontro um Mário Henrique Simonsen, Delfim Netto, Afonso Celso Pastore, uma Carlos Rischbieter e tantos outros economistas de renome nacional e internacional, para promover um debate com a sua equipe econômica, acreditamos teria saído daquele seminário mais alertado e consciente da grande obra que lançou. Alcançaria maiores êxitos nos seus desideratos, sem as falhas que hoje presenciemos, onde, em muitos casos, auxiliares seus, mesmo bem intencionados, estão teimando em "tapar o sol com a peneira" confundindo custos com medidas autoritárias.

Antes tarde do que nunca, Presidente, porque Vossa Excelência sabe muito bem que o povo brasileiro não deseja, nem em sonho, assistir à repetição daquela inflação galopante que a tudo corroía, inclusive a consciência nacional. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 35, de 1986 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 409, de 1986), que au-

toriza a Prefeitura Municipal de Vilhena (RO) a elevar em Cr\$ 2.732.430.000,00 (dois bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e trinta mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada, tendo:

PARECERES, sob nºs 410 e 411, de 1986, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

2 PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 1984

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 195, I, do Regimento Interno)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho, tendo

PARECER, sob nº 889, de 1986, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;

PARECER ORAL, favorável, proferido em Plenário, da Comissão de Legislação Social.

3

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 1985, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, que acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, para permitir a contagem de tempo de serviço prestado ao Serviço Público, em outro órgão, para efeito de concessão de Licença Especial, tendo

PARECER, sob nº 442, de 1986, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

4

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 1980-Complementar, de autoria do Senador José Sarney, que isenta de Impostos Federais, Estaduais e Municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas, tendo

PARECER, sob nº 232, de 1984, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido, em separado, do Senador Aderbal Jurema.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 508, de 1986, de autoria do Senador Nivaldo Machado, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Constituição e Justiça.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 58 minutos.)
TRECHO DA ATA DA 293ª SESSÃO, REALIZADA EM
17-10-86, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM
INCORREÇÕES NO DCN (SESSÃO II) DE 18-10-86

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 1986

Altera a redação do artigo 58, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e os artigos 1º, 3º e 7º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, instituindo em 40 horas semanais a duração máxima de trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 58, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 58. A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de oito horas diárias e quarenta horas semanais, desde que não seja fixado expressamente outro limite.”

Art. 2º Os artigos 1º, 3º e 7º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Todo empregado tem direito ao repouso semanal remunerado de quarenta e oito horas consecutivas, preferentemente aos sábados e domingos, nos limites das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local.”

“Art. 3º O regime desta lei será extensivo àqueles que, sob forma autônoma, trabalhem agrupados por intermédio de Sindicatos, Caixa Portuária ou entidade congênere. A remuneração do repouso obrigatório, neste caso, consistirá no acréscimo de 2/5 (dois quintos) calculados sobre os salários efetivamente percebidos pelos trabalhadores e pago juntamente com os mesmos.”

“Art. 7º A remuneração do repouso corresponderá:

- a) para os que trabalham por dia, semana, quinzena ou mês, à de dois dias de serviço, não computadas as horas suplementares;
- b) para os que trabalham por hora, à de duas jornadas normais de trabalho, excluindo as horas complementares;

c) para os que trabalham por tarefa ou peça, o equivalente ao salário correspondente às tarefas ou peças feitas durante a semana, no horário normal de trabalho, dividido pelos dias de serviços efetivamente prestados ao empregador e multiplicado por dois;

d) para o empregado em domicílio, o equivalente a 2/5 (dois quintos) da importância total da sua produção na semana.

§ 1º Os empregados cujos salários não sofram descontos por motivo de feriados civis ou religiosos são considerados já remunerados nesses mesmos dias de repouso, conquanto tenham direito à remuneração dos sábados e domingos.”

§ 2º Consideram-se já remunerados os dias de repouso semanal de empregado mensalista ou quinzenalista cujo cálculo de salário mensal ou quinzenal, ou cujos descontos por faltas sejam efetivados na base do número de dias do mês ou de 30 (trinta) e 15 (quinze) diárias, respectivamente.”

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do dia de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 13, DE 1986

RETIFICAÇÃO

Na publicação feita no DCN (Seção II), de 22-10-86, na página 3697, em seu art. 1º,

Onde se lê:

Art. 1º O Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

Leia-se:

Art. 1º O Ato da Comissão nº 42, de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

ATO DO PRESIDENTE Nº 108, DE 1986

O Presidente do Senado Federal, no uso das suas atribuições regimentais e de acordo com o que determinam as Resoluções nºs 146, de 1980, 50, de 1981 e 360, de 1983,

Resolve conceder Progressão Especial e Ascensão Funcional aos servidores aprovados no processo seletivo interno para provimento de vagas existentes nos Quadro Permanente e CLT, na forma do Anexo do presente Ato, vigorando seus efeitos a partir de 1º de setembro de 1986.

Senado Federal, 10 de novembro de 1986. — José Fragelli, Presidente do Senado Federal.

1. CATEGORIA FUNCIONAL DE TÉCNICO LEGISLATIVO

PROGRESSÃO ESPECIAL (34 vagas sendo: 33 para Progressão Especial + 1 para Ascensão Funcional, remanejada na forma do Art. 45, § 1º da Res. nº 146/80).

QUADRO PERMANENTE

NOME	SITUAÇÃO					
	ANTERIOR			NOVA		
	Categoria	Classe	Referência	Categoria	Classe	Referência
1. Tarcísio Barroso de Pinho	Adjunto Legislativo	Única	NS-17	Técnico Legislativo	C	NS-18
2. Francisco das Chagas Medeiros	Adjunto Legislativo	Especial	NS-19	Técnico Legislativo	C	NS-20
3. Cláudia Maria May de Castro	Adjunto Legislativo	Única	NS-16	Técnico Legislativo	C	NS-17
4. Rubem dos Santos Oliveira	Adjunto Legislativo	Especial	NS-19	Técnico Legislativo	C	NS-20
5. Maria Clara Cruz Marcondes	Adjunto Legislativo	Única	NS-14	Técnico Legislativo	B	NS-15
6. Maria Elizabeth B. Mendonça	Adjunto Legislativo	Única	NS-17	Técnico Legislativo	C	NS-18
7. Ângela Ribeiro de Castro	Adjunto Legislativo	Única	NS-16	Técnico Legislativo	C	NS-17
8. Marcos Nogueira Magalhães	Adjunto Legislativo	Única	NS-17	Técnico Legislativo	C	NS-18
9. Gisele Ribeiro de T. Camargo	Adjunto Legislativo	Única	NS-15	Técnico Legislativo	B	NS-16
10. José Alexandre G. Mota da Silva	Adjunto Legislativo	Única	NS-17	Técnico Legislativo	C	NS-18
11. Vera Lúcia Menezes Fariña	Adjunto Legislativo	Especial	NS-19	Técnico Legislativo	C	NS-20
12. Genivaldo Fernandes Mendonça	Adjunto Legislativo	Especial	NS-19	Técnico Legislativo	C	NS-20
13. Álvaro Leonardo D. S. Martins	Adjunto Legislativo	Única	NS-16	Técnico Legislativo	C	NS-17
14. Alvirino Neto Ribeiro	Adjunto Legislativo	Especial	NS-19	Técnico Legislativo	C	NS-20
15. Francisco Guilherme Thees Ribeiro	Adjunto Legislativo	Única	NS-17	Técnico Legislativo	C	NS-18
16. Gasparina Gonçalves	Adjunto Legislativo	Única	NS-17	Técnico Legislativo	C	NS-18
17. Ronald Cavalcante Gonçalves	Adjunto Legislativo	Única	NS-16	Técnico Legislativo	C	NS-17
18. Gercira de Souza Leal	Adjunto Legislativo	Única	NS-17	Técnico Legislativo	C	NS-18
19. Mônica Miranda Cruz Ribeiro	Adjunto Legislativo	Única	NS-17	Técnico Legislativo	C	NS-18
20. Carlos Roberto S. Muniz	Assistente Legislativo	C	NM-33	Técnico Legislativo	A	NS-10
21. José Marcos de Freitas	Adjunto Legislativo	Única	NS-16	Técnico Legislativo	C	NS-17
22. Clayton Zanlörncf	Adjunto Legislativo	Única	NS-17	Técnico Legislativo	C	NS-18
23. Achemar Cavalcanti Mendes	Adjunto Legislativo	Única	NS-17	Técnico Legislativo	C	NS-18
24. Celso Antony Parente	Adjunto Legislativo	Única	NS-16	Técnico Legislativo	C	NS-17
25. Gilson Vianna	Insp. de Seg. Legislativa	Única	NS-17	Técnico Legislativo	C	NS-18
26. Cibele Hammes	Adjunto Legislativo	Única	NS-14	Técnico Legislativo	B	NS-15
27. Maria Onélia Alencar	Assistente Legislativo	C	NM-33	Técnico Legislativo	A	NS-10

QUADRO PERMANENTE

1. CATEGORIA FUNCIONAL DE TÉCNICO LEGISLATIVO
PROGRESSÃO ESPECIAL

NOME	SITUAÇÃO					
	ANTERIOR			NOVA		
	Categoria	Classe	Referência	Categoria	Classe	Referência
28. Maria Verônica A. P. Santana	Adjunto Legislativo	Única	NS-17	Técnico Legislativo	C	NS-18
29. Carlos Eduardo Campos Abrego	Adjunto Legislativo	Única	NS-17	Técnico Legislativo	C	NS-18
30. Carlos Augusto C. de Almeida	Adjunto Legislativo	Única	NS-17	Técnico Legislativo	C	NS-18
31. Maria Lúcia Ferreira de Mello	Adjunto Legislativo	Única	NS-17	Técnico Legislativo	C	NS-18
32. Vitória Régia Martins Mello	Adjunto Legislativo	Única	NS-17	Técnico Legislativo	C	NS-18
33. Doralice Barbosa da Silva	Adjunto Legislativo	Única	NS-17	Técnico Legislativo	C	NS-18
34. Marian Miranda Cruz Pereira	Adjunto Legislativo	Única	NS-16	Técnico Legislativo	C	NS-17

2. CATEGORIA FUNCIONAL DE TÉCNICO LEGISLATIVO
ASCENSÃO FUNCIONAL (32 vagas para 2 candidatos habilitados)

NOME	SITUAÇÃO					
	ANTERIOR			NOVA		
	Categoria	Classe	Referência	Categoria	Classe	Referência
1. Ana Graziela F. F. Kronenberg	Bibliotecário	Especial	NS-21	Técnico Legislativo	Especial	NS-22
2. Mônica M. Parente Costa	Assistente Social	Especial	NS-21	Técnico Legislativo	Especial	NS-22

3. CATEGORIA FUNCIONAL DE ASSISTENTE LEGISLATIVO
PROGRESSÃO ESPECIAL (02 vagas para 02 candidatos habilitados)

NOME	SITUAÇÃO					
	ANTERIOR			NOVA		
	Categoria	Classe	Referência	Categoria	Classe	Referência
1. Antonio Pereira da Silva	Assist. de Plenários	C	NM-22	Assistente Legislativo	A	NM-23
2. Hilda Rodrigues Soares	Assist. de Plenários	D	NM-26	Assistente Legislativo	B	NM-27

4. CATEGORIA FUNCIONAL DE ASSISTENTE LEGISLATIVO
ASCENSÃO FUNCIONAL (08 vagas para 07 candidatos habilitados)

NOME	SITUAÇÃO					
	ANTERIOR			NOVA		
	Categoria	Classe	Referência	Categoria	Classe	Referência
1. Dejalir Carvalho Reis	Agente Transp. Legisl.	C	NM-27	Assistente Legislativo	C	NM-28
2. Douglas Schiotti R. Martins	Agente Transp. Legisl.	C	NM-27	Assistente Legislativo	C	NM-28
3. Iara Alves Lepletier	Art. Eletr. Comun. Mestre	O	NM-27	Assistente Legislativo	C	NM-28
4. Acrião Soares Barbosa	Agente Transp. Legisl.	C	NM-27	Assistente Legislativo	C	NM-28
5. Hilton Paulo Souza	Agente Segur. Legisl.	B	NM-21	Assistente Legislativo	A	NM-22
6. Osmair Henrique da Silva	Agente Transp. Legisl.	B	NM-23	Assistente Legislativo	B	NM-24
7. Joaquim Pinto	Agente Segur. Legisl.	D	NM-33	Assistente Legislativo	Especial	NM-34

5. CATEGORIA FUNCIONAL DE MÉDICO
ASCENSÃO FUNCIONAL (01 vaga para 01 candidato habilitado)

NOME	SITUAÇÃO					
	ANTERIOR			NOVA		
	Categoria	Classe	Referência	Categoria	Classe	Referência
1. Galdino Ribeiro M. Sobrinho	Adjunto Legislativo	Especial	NS-19	Médico	C	NS-20

6. CATEGORIA FUNCIONAL DE AGENTE DE SEGURANÇA LEGISLATIVA
ASCENSÃO FUNCIONAL (02 vagas para 01 candidato habilitado)

NOME	SITUAÇÃO					
	ANTERIOR			NOVA		
	Categoria	Classe	Referência	Categoria	Classe	Referência
1. Loroísio F. de Paulo	Art.Estr.Obras Metal.	B	NM-16	Agente de Segur. Legisl.	A	NM-17

7. CATEGORIA FUNCIONAL DE ASSISTENTE DE PLENÁRIOS
ASCENSÃO FUNCIONAL (02 vagas para 01 candidato habilitado)

NOME	SITUAÇÃO					
	ANTERIOR			NOVA		
	Categoria	Classe	Referência	Categoria	Classe	Referência
1. Francisco José Cavalcante	Art.Carpint. Marcenaria	C	NM-22	Assistente de Plenários	C	NM-23

8. CATEGORIA FUNCIONAL DE AGENTE ADMINISTRATIVO
ASCENSÃO FUNCIONAL (03 vagas para 02 candidatos habilitados)

NOME	SITUAÇÃO					
	ANTERIOR			NOVA		
	Categoria	Classe	Referência	Categoria	Classe	Referência
1. José Luiz Vieira Xavier	Agente Transp. Legisl.	D	NM-33	Agente Administrativo	Especial	NM-32
2. Manoel da Paixão P. Cruz	Art. Eletr. Comunic.	C	NM-19	Agente Administrativo	A	NM-20

QUADRO DE PESSOAL CLT

1. CATEGORIA FUNCIONAL DE CONTADOR
ASCENSÃO FUNCIONAL (02 vagas para 02 candidatos habilitados)

NOME	SITUAÇÃO					
	ANTERIOR			NOVA		
	Categoria	Classe	Referência	Categoria	Classe	Referência
1. Maria das Graças Costa Coelho	Datilógrafo	Especial	NM-22	Contador	A	NS-05
2. Nanci Peres Pereira	Datilógrafo	Especial	NM-21	Contador	A	NS-05

2. CATEGORIA FUNCIONAL DE AGENTE DE SEGURANÇA LEGISLATIVA
ASCENSÃO FUNCIONAL (16 vagas para 01 candidato habilitado)

NOME	SITUAÇÃO					
	ANTERIOR			NOVA		
	Categoria	Classe	Referência	Categoria	Classe	Referência
1. Aloísio João Paulo	Art.Estr.Obras Metal.	D	NM-27	Agente de Segur. Legisl.	D	NM-28

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 36, de 1986

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Regulamento Administrativo do Senado Federal e consultados os Diretores respectivos, resolve designar os servidores Osvaldo Maldonado Sanches, Assessor Parlamentar; Flórian Augusto C. Madruga, Técnico Gráfico; e Olívia de Melo Sousa, Contadora; para, sob a direção do primeiro, coordenarem a elaboração dos relatórios pelos órgãos setoriais e sua consolidação no "Relatório da Primeira-Secretaria — 1986", observadas as diretrizes fixadas pelo Excelentíssimo Senhor Primeiro-Secretário do Senado Federal.

Senado Federal, 10 de novembro de 1986. — **Lourival Zagonel dos Santos**, Diretor-Geral.

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN

Aos onze dias do mês de julho de mil novecentos e oitenta e seis, às dezenove horas, na sala de reuniões da Diretoria Geral do Senado Federal, reúne-se o Conselho de Supervisão do PRODASEN, sob a Presidência do Exmº Sr. Senador Enéas Faria. Presentes os Conselheiros Dr. Lourival Zagonel dos Santos, Vice-Presidente, Dr. Jaime Luiz Colares, Dr. Caio Torres e Dr. Rui Oscar Dias Janiques, Diretor-Executivo do PRODASEN. Também presente, a convite do Senhor Presidente, o Dr. Jair Pedro de Oliveira, Diretor da Divisão Administrativa e Financeira do PRODASEN. Ausente, por motivo de viagem a serviço, o Conselheiro Dr. Yamil e Sousa Dutra. Antes de que fosse iniciada a discussão dos itens constantes da pauta, o Senhor Presidente submeteu, aos demais membros do Conselho de Supervisão proposta no sentido de que fosse consignada em Ata uma menção de louvor e agradecimento a Dr. Waldwin Bueno Netto e ao Dr. Sinval Senra Martins Júnior, os quais, no exercício da função de Diretor-Executivo do PRODASEN demonstraram alta capacidade de liderança, organização e probidade, permitindo o desenvolvimento e continuidade de importantes programas e projetos relacionados às atividades do órgão, além de terem dado início e implementação ao primeiro Plano de Ação Integrado, solicitado e apreciado pelo Conselho de Supervisão. Os Senhores Conselheiros aprovam, por unanimidade, a proposta do Senhor Presidente. Iniciando a reunião, o Senhor Presidente dispensa a leitura da Ata da 67ª Reunião, por ter sido distribuída com antecedência aos senhores Conselheiros, os quais a aprovam por unanimidade. A seguir, é colocado em apreciação o processo PD-0201/86-3 relativo ao Convênio entre o PRODASEN e o Partido dos Trabalhadores — PT. O Diretor-Executivo, encaminha proposta do Partido dos Trabalhadores para que seja firmado Convênio semelhante aos já existentes com os Partidos do PMDB, PDT e PDS. O Senhor Presidente solicita ao Conselheiro Caio Torres para ler o parecer do Conselheiro Yamil e Sousa Dutra. O Relator sugere que, principalmente, a forma de ressarcimento de custos, prevista no Convênio em pauta e em outros Convênios já assinados com outros partidos políticos, seja apreciada pelo Senhor Consultor-Geral do Senado Federal, de modo a que não seja descumprida a legislação pertinente ao assunto. A sugestão é acatada por todos os presentes, decidindo-se, também, que os Processos PD-0205/86-9 e PD-296/86-4 que tratam, respectivamente, de convênios entre o PRODASEN e os Partidos PFL e PDT e que constam como terceiro e quarto itens da pauta, sejam encaminhados, pela mesma razão, à Consultoria Geral para emissão de pareceres sobre os mesmos. A seguir, é colocado em apreciação o Processo PD-0245/86-0, quinto item da pauta, referente ao Convênio entre o PRODASEN e a Empresa Brasileira de Notícias — EBN. O Relator da matéria, Conselheiro Caio Torres, lê o seu parecer, manifestando-se favorável à aprovação do Convênio, na forma proposta e em vista de que o Convênio prevê, como contrapartida, o uso pelo Senado Federal dos serviços da EBN. Em vista do parecer os Senhores Conselheiros aprovam o Convênio nos termos propostos, por unanimidade. O sexto item refere-se aos Convênios entre o PRODASEN e o Ministério da Justiça e entre o PRODASEN e a Fundação Petrônio Portella (PD-0064/78-3). Explica o Diretor-Executivo sobre a necessidade da celebração dos dois convênios, devido a mudança na estrutura do Ministério da Justiça que resultou na subordinação da biblioteca daquele Ministério à Fun-

dação Petrônio Portella. Assim, a Cláusula Segunda do Convênio foi desdobrada, a fim de determinar as responsabilidades de cada conveniente quanto à cooperação na alimentação dos bancos de dados do PRODASEN em áreas específicas de suas atividades". A palavra é concedida ao Conselheiro Caio Torres, que lê o parecer do Conselheiro Yamil e Sousa Dutra, concluindo favoravelmente à assinatura dos Convênios citados, afirmando que "ambas propostas seguem o padrão normal dos Convênios que têm sido assinados pelo PRODASEN com órgãos Públicos." Consta do parecer, também, que são de valia para o Congresso Nacional as informações a serem implantadas pelo Ministério conforme previsto no Convênio. O parecer obtém a aprovação de todos os senhores presentes. Prosseguindo, o Senhor Presidente coloca em apreciação o sétimo item, Processo PD-0696/80-1, relativo a concessão de auxílio-moradia ao servidor Rui Oscar Dias Janiques, conforme previsto na contratação inicial do referido servidor e mantido durante os últimos cinco anos por decisão do Conselho de Supervisão. O Senhor Rui Oscar Dias Janiques solicita permissão ao Senhor Presidente para retirar-se do recinto, uma vez que é parte interessada no assunto a ser tratado. O Senhor Presidente e os demais Conselheiros discordam sobre a necessidade de tal providência determinando a sua permanência na Reunião. O Sr. Rui Oscar permanece então na reunião, ficando todo o período da discussão sem emitir qualquer opinião. O assunto foi analisado pelo Conselheiro Yamil e Sousa Dutra, pelo Senhor Consultor-Geral do Senado Federal e pelo Conselheiro Jaime Luiz Colares. Após longa exposição, o Relator conclui que se deve acatar o parecer da Doutra Consultoria Geral do Senado Federal, ou seja, de que o salário utilidade-habitação é devido ao servidor. O parecer é aprovado por unanimidade pelos Senhores membros deste Conselho. Passa-se ao oitavo item, Processo PD-0708/84-4, que trata do Plano Integrado de Saúde dos servidores do PRODASEN e de seus dependentes. Através do expediente CT-DEX/SEN-244/86, o Diretor-Executivo solicita aprovação deste Conselho para a implantação do Referido Plano. Com a palavra o Relator da matéria, Conselheiro Caio Torres, manifesta-se favorável à proposta e à minuta do Ato apresentados, bem como dos anexos relativos as Tabelas de Participação Financeira dos servidores. Após a análise pelos Senhores Conselheiros, o assunto é aprovado por unanimidade, constituindo, assim, o Ato de nº 007, de 1986, do Conselho de Supervisão do PRODASEN, o qual é assinado pelos senhores membros, devendo ir à publicação. O nono item, Processo PD-0291/85-4, refere-se à rescisão do contrato de trabalho do ex-servidor do PRODASEN Sérgio de Otero Ribeiro. O referido servidor pleiteia os recebimentos pecuniários do aviso prévio e da licença por dedicação excepcional à título indenizatório. A matéria foi objeto de análise do Senhor Consultor-Geral do Senado Federal e, no momento, passa-se a ouvir o Parecer do Relator da matéria, Conselheiro Caio Torres. Este opina "não ter o servidor direito a qualquer vantagem de ordem pecuniária a título de indenização trabalhista, pelo fato de tratar-se de servidor do quadro permanente do Senado Federal, pois a percepção do aviso prévio, redundaria em percepção proibida de vencimento e salário, decorrentes de acumulação de cargo e emprego, o que não é permitido pela Constituição Brasileira" e, do mesmo modo, opina contrariamente "à percepção pecuniária da parcela relativa a licença por dedicação excepcional, pois ela é inacumulável com a licença especial prevista no Regulamento do Senado Federal, cabendo esclarecer que o tempo relativo ao PRODASEN já foi averbado na ficha funcional do recorrente no Senado Federal". O parecer é aprovado por unanimidade pelos presentes. O décimo item, Processo PD-0913/85-5, trata do Convênio entre o PRODASEN e a Fundação Universidade de Brasília — UnB para acesso ao Sistema de Informações Legislativas do Congresso Nacional — SICON. O Senhor Presidente designa o Conselheiro Caio Torres para emitir parecer sobre a matéria na próxima reunião. A seguir, é colocado em apreciação o décimo primeiro item, Processo PD-0442/86-0, que trata de pedidos da Secretaria de Ação Comunitária da Presidência da República, do CENAGRI — Ministério da Agricultura e do Ministério das Minas e Energia, no sentido de fornecer-lhes cópia em fita magnética, do cadastro de endereçamento alimentado pelo PRODASEN e que contém nomes e endereços de autoridades nacionais. O Se-

nhores Conselheiros aprovam a solicitação por unanimidade, devendo ser assinado um acordo, o qual determinará a forma de utilização do referido cadastro. Esta autorização poderá estender-se a outras entidades públicas semelhantes desde que seja para idênticos fins. Dando continuidade, passa-se à apreciação do décimo segundo item, Documento CT-DEX/SEN-252/86, que trata do Projeto para automação da Subsecretaria de Taquigrafia do Senado Federal. O Senhor Presidente designa o Conselheiro Yamil e Sousa Dutra para emitir parecer sobre a matéria numa próxima reunião. O décimo terceiro item, Processo PD-0717/84-3, refere-se ao Convênio a ser firmado entre o PRODASEN Assembleia Legislativa de Pernambuco e o Centro de Prestação de Serviços Técnicos de Pernambuco — CETEPE. O Senhor Presidente designa o Conselheiro Caio Torres para emitir parecer sobre o assunto numa próxima reunião. Prosseguindo, é apreciado o Processo PD-0443/86-7, décimo quarto item da pauta. Através do expediente CT-DEX/SEN-269/86 o Diretor-Executivo solicita autorização do Conselho para, uma vez mais, isentar a Universidade de Brasília dos custos decorrentes de serviço a ela prestado. No serviço anteriormente realizado, autorizado por este Conselho em reunião realizada em 26-6-86, sem ônus para aquela Universidade, foram constatados erros no conjunto de listas emitidas, não sendo possível aproveitá-las, devido, segundo ofício daquela entidade, a "falha única e exclusiva desta Universidade". Assim sendo, a UnB solicitou ao PRODASEN nova emissão das referidas listagens, pedindo que fosse considerada a possibilidade de ser autorizada nova gratuidade. Após analisar o assunto, o Conselho decide aprová-lo nos termos propostos pelo Diretor-Executivo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião. E, para constar, eu, Ana Maria Merlo Marengo, Secretária do Conselho de Supervisão, lavrei a presente Ata que, após aprovada, vai assinada pelo Senhor Presidente e demais membros do Conselho. Brasília-DF 11 de julho de 1986.

Senador Enéas Faria, Presidente do Conselho de Supervisão do PRODASEN. — **Lourival Zagonel dos Santos**, Vice-Presidente — **Jaime Luiz Colares**, Conselheiro — **Caio Torres**, Conselheiro — **Rui Oscar Dias Janiques**, Diretor-Executivo do PRODASEN.

ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a investigar a gestão das sociedades de economia mista nas quais a União detenha maioria acionária.

29ª REUNIÃO, REALIZADA
EM 17 DE ABRIL DE 1986

Às nove horas e cinquenta minutos do dia dezessete de abril do ano de mil novecentos e oitenta e seis, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Srs. Senadores César Cals, Presidente; Carlos Lyra, João Calmon, Relator; Milton Cabral, Roberto Campos e Virgílio Távora, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária". Comparece ainda, o Senhor Senador José Fragelli, Presidente do Senado Federal.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada. Inicialmente o Sr. Presidente solicita ao Sr. Fernão Carlos Botelho Bracher, Diretor Presidente do Banco Central do Brasil, que proceda o juramento de praxe.

Com a palavra o depoente apresenta sua exposição relativa às atividades do Banco Central e, em seguida, coloca-se à disposição dos Srs. Parlamentares para quaisquer esclarecimentos.

Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem os Srs. Senadores Carlos Lyra, Virgílio Távora, José Fragelli, Milton Cabral, Jorge Kalume e Roberto Campos.

Finalizando, o Sr. Presidente agradece a presença do Sr. Fernão Carlos Botelho Bracher, e determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 29ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1986, DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA ACIONÁRIA, A FIM DE OUVIR O ESPOIMENTO DO SR. FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER, DIRETOR-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Cesar Cals
Relator: Senador João Calmon

(Integra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Havendo número regimental e honrado com a presença do Presidente do Senado, declaro abertos os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a Gestão das Empresas Estatais em que a União é Majoritária.

Esta Comissão decidiu ouvir as empresas holdings dos vários sistemas econômicos. Ouvimos a PETROBRÁS, com algumas subsidiárias; ouvimos a Vale do Rio Doce, também com algumas subsidiárias; e iniciamos agora a parte bancária com o Banco Central.

Devemos dar sequência com a ELETROBRÁS e a SIDERBRÁS, as holdings que estão pautadas para serem ouvidas ainda neste semestre.

Hoje, então, ouviremos o Dr. Fernão Carlos Botelho Bracher, Diretor-Presidente do Banco Central desde 1985. S. S. é formado em Direito pela Universidade de São Paulo, tem curso de especialização na República Federal da Alemanha, escritório de advocacia, foi Diretor do Banco na Bahia de 1962 a 1973, Diretor do Banco Central de 1974 a 1979, teve atividades na iniciativa privada e, em 1985, assumiu a presidência, conforme foi dito.

Convido o Dr. Bracher para, de pé, proferir o juramento.

O SR. FERNÃO BRACHER — “Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga a gestão nas Sociedades de Economia Mista nas quais a União detém a Maioria Acionária.”

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao Dr. Fernão Carlos Botelho Bracher.

O SR. FERNÃO BRACHER — Sr. Presidente, agradeço muito a oportunidade que me é dada de vir aqui a esta Casa, para expor a posição do Banco Central sobre assuntos de interesse desta Comissão.

Na realidade, Sr. Presidente, a parte estritamente ligada, ao Banco Central, a dos bancos estaduais, está, como as demais agências do sistema financeiro, sob a sua supervisão.

No que concerne aos demais itens desta Comissão, não vejo claramente qual seria a nossa interferência, mas, de qualquer maneira, acho que essa é uma oportunidade muito boa, pela qual agradeço, para me colocar à disposição dos membros desta Comissão para quaisquer perguntas ou inquirições relativas às atividades do Banco Central.

Nestas condições, então, estou à inteira disposição.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Desejaria, então, que o Dr. Fernão Bracher definisse o relacionamento do Banco Central com os bancos em que o Governo Federal é majoritário, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, os bancos regionais em que o Governo é majoritário, o BNDES, o relacionamento do Banco Central, na fiscalização e controle das dívidas dos bancos estaduais e, inclusive, se o Banco Central tem alguma ingerência sobre algumas dificuldades administrativas que bancos privados recentemente apresentaram, que são de pleno conhecimento público e do Congresso, uma vez que foram objeto de mensagem do Executivo sobre o assunto, como é o caso do Banco Sulbrasileiro, COMIND etc.

O SR. FERNÃO BRACHER — Pois não, Sr. Presidente.

O Banco Central basicamente tem a sua estrutura normativa fixada pela Lei nº 4.595. Entre outras atribuições que lhe conferiu esta lei que o criou, está a de supervisionar e fiscalizar o sistema. Dentro dessa supervisão, não há distinção entre a rede privada e a rede estadual, ou mesmo a rede dos bancos nos quais o Governo Federal tem a maioria acionária. O Banco Central exerce a sua função de fiscalização sobre toda essa rede com maior ou menor grau de intensidade. Por exemplo, no caso do Banco do Brasil, esse grau de intensidade é sensivelmente menor, dada a própria condição do referido Banco. Já com os demais componentes da rede a fiscalização se exerce normalmente.

No momento atual, tivemos uma fase de consolidação do sistema bancário como um todo, sobretudo evidenciada no ano passado. O ano passado foi um ano muito pesado, em que mais de uma vez o Banco Central se viu obrigado a intervir em instituições de crédito.

— Naturalmente, me parece que isso é representativo do duro período de recessão por que o País passou, sobretudo em função dos distúrbios ocorridos no cenário internacional a partir de 1980, com a alta da taxa de juros e a segunda crise do petróleo, que culminaram na ruptura do mercado financeiro internacional em 1982. Tudo isso trouxe uma forte necessidade de adaptação do País às novas circunstâncias, nós vivemos períodos recessivos nunca antes experimentados pela História nacional, períodos recessivos onde não só a atividade econômica diminuiu, mas também vimos expressivo aumento da taxa real de juros. A consequência, seja da recessão, seja do aumento real de juros, foi o enfraquecimento de várias empresas, de vários agentes econômicos e, consequentemente, o enfraquecimento dos ativos dos bancos.

Aqueles bancos que já apresentavam sinais ou deficiências administrativas de capitalização ou outras, foram mais duramente atingidos por essa crise, e, consequentemente, apesar dos esforços do Banco Central, tiveram a sua liquidação decretada.

Os bancos estaduais não fizeram exceção à regra de dificuldades. Para os bancos estaduais foi possível ao Banco Central fazer um plano especial de emergência. O plano especial consolidou-se praticamente em 84/85, está em pleno funcionamento e temos a registrar, como um todo, um funcionamento satisfatório — evidentemente, aqui e ali há providências suplementares a serem tomadas, há admoestações, enfim, encaminhamentos a serem seguidos. Mas para isso, a supervisão do Banco Central se faz de perto, e acreditamos que satisfatoriamente.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Vamos iniciar a lista de inscrições.

Com a palavra o Senador Carlos Lyra.

O SR. CARLOS LYRA — Na realidade, as minhas perguntas não vão referir-se muito ao passado. Todos nós conhecemos o drama que o Brasil passou por diversos motivos: inflação, modelo econômico distorcido — principalmente na área bancária, houve um período de muita distorção no país, principalmente feito por uma concentração bancária — fato ao qual diversas vezes tenho-me referido. Acredito também que esse processo, que culminou, no último ano, principalmente com intervenções no sistema bancário, foi proveniente, em parte, de toda essa conjuntura.

Sr. Presidente do Banco Central, falarei mais daqui para frente. As perguntas serão feitas não sobre o passado, mas sobre o futuro, e, como tal, trago um recorte do *Jornal do Brasil*:

“Bancos deverão reduzir suas agências em metade.”

Esta, a primeira pergunta que dirijo ao Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Dr. Fernão Bracher.

O SR. FERNÃO BRACHER — Senador, obrigado pela deferência da pergunta.

Após as medidas de reforma econômica de 28 de fevereiro, temos uma nova realidade no País. E, por essa nova realidade, deixou de existir o lucro inflacionário — esse lucro inflacionário normalmente beneficiava certos

setores da economia, ao tempo em que penalizava outros.

Entre os setores da economia, um dos que mais se beneficiava disso eram os bancos. E essa vantagem os bancos repassavam aos seus clientes, em grande parte. Todos nós, que somos clientes de bancos, nos beneficiamos de uma série de serviços grátis, que era justamente o repasse que os bancos faziam aos seus clientes das vantagens que recebiam.

Dentro da conjuntura inflacionária em que vivíamos, a captação de recursos não onerosos era de primordial importância para os bancos, pois era através deles que obtinham a totalidade do seu lucro inflacionário.

Diante de uma nova situação em que não há mais o lucro inflacionário, em que um depósito não remunerado que o banco recebe, ao invés de ter sobre a parte livre de aplicação que ele tinha, uma remuneração igual à inflação e mais alguma coisa, provavelmente, digamos, de 15%, ele passa a ter uma remuneração de apenas 2%. Evidentemente, isso obriga o sistema a um reequacionamento, a uma reanálise dos seus investimentos.

Justificam-se esses investimentos à luz da nova realidade? É necessário verificar.

No nosso entendimento, que é um entendimento de mercado, é que não cabe ao Banco Central dizer aos estabelecimentos se devem ou não abrir ou fechar agências. A cada banco incumbirá fazer essa verificação, a cada banco incumbirá cuidar dos seus lucros e perdas como dentro de uma economia de mercado, que é aquela em que vivemos. O que cabe ao Banco Central, neste caso, no nosso entender? No nosso entender cabe-nos acompanhar de muito perto a situação, exigir que os balancetes retratem com grande clareza a realidade, de modo que ninguém se engane sobre o que está acontecendo e propiciar, por todas as medidas, a possibilidade de adaptação, e pôr de lado qualquer norma que seja impeditiva da adaptação à nova realidade.

Por exemplo, havia um receio de que a carta patente de uma agência fechada perdesse validade depois de certo tempo. Já foi indicado que ela não perderá a validade, continuará o banco com a possibilidade de reabrir a qualquer momento. Havia uma necessidade de se definir qual seria o valor de uma carta patente para trocar de uma cidade para outra. Foi feito um critério de pontuação, pelo qual, com facilidade, pode o banco deslocar uma agência de uma praça para outra. Enfim, há várias medidas neste sentido. Estamos inteiramente atentos e acompanhando o sistema bancário em sua adaptação.

Outra coisa que era também necessário dar uma parâmentação, pelo menos na questão das tarifas. Uma vez que se verificou — como foi dito há pouco — que dentre os clientes do banco só se pagava a conta de todos, que era o tomador de dinheiro, e que isso era uma situação inconveniente para a economia nacional e não convinha que assim continuasse, já se cuidou então de se fazer uma parâmentação dos custos que podem ser cobrados aos outros clientes, num princípio básico da economia “que deve pagar aquele que usa do serviço” e que não era conveniente se persistir naquela situação de que todos os clientes do banco tivessem serviços grátis e apenas um pagasse.

É essa a atuação que, nos parece, cabe ao Banco Central, que é a de não roubar a iniciativa dos agentes privados da economia, mas estará junto deles para, por estímulos, acompanhamentos e por normas, dar o suporte para a adaptação que eles deverão fazer.

O SR. CARLOS LYRA — Sr. Presidente, gostaria de formular perguntas. (Assentimento da Presidência).

Nesse raciocínio global, V. S. acha que o Governo decretará uma reforma bancária ou deixará que os bancos se acomodem? E, como tal, ouço falar que haverá bancos regionais, bancos nacionais, bancos estaduais. É a primeira pergunta.

A segunda é que V. S. falou em carta patente. Faço a seguinte pergunta: acha V. S. que tem valor a carta patente, que ela deve ser monetarizada, ou é uma coisa meio cartorial? Estas, as duas perguntas que formulo a V. S.

O SR. FERNÃO BRACHER — Quanto à reforma bancária os Bancos regionais existem, os Bancos nacionais existem, os bancos médios existem, os pequenos existem e dentro de toda essa realidade nacional é que nos devemos movimentar. Parece-me que há enormes

quantidades de dinheiro e de trabalho envolvidas no Sistema Bancário Nacional, tal como está hoje, e que seria muito perigoso procurarmos fazer uma reforma bancária de cima para baixo, já porque essas medidas, dificilmente, têm o êxito a que se propõe porque elas cuidam, exatamente, da liberdade do comércio e da necessidade que têm os agentes de definirem as suas próprias necessidades.

De modo que, o que podemos e faremos será definir prioridades do Governo nesta área. Certamente, uma das prioridades é a defesa da existência dos bancos pequenos e médios; certamente uma das prioridades é a de defesa dos Bancos regionais que existem, e certamente, a prioridade, também, é o reforço dos bancos grandes que existem. É muito importante, para a economia nacional, a existência de grandes bancos que possam financiar as grandes indústrias brasileiras, porque, como os Srs. sabem, é necessário, dentro da boa técnica bancária, que o empréstimo a um só cliente não exceda um determinado percentual do capital de reservas do banco. E as nossas empresas, hoje, já são grandes e por isso têm necessidade de grandes bancos para financiá-las e para satisfazer as suas necessidades de financiamento.

Então, dentro deste contexto global o que me parece que se deve entender por reforma bancária é essa redobrada atenção do Banco Central no atendimento das prioridades já acertadas. É essa atenção grande que nós devotamos a todo sistema e com maior cuidado agora, quando notamos que há um repensar do sistema. É intenção do Banco Central proceder as reformas que vierem a ser necessárias, depois de cuidadosamente tê-las analisado com a sociedade e com os participantes do sistema.

Este é o primeiro tema.

Com referência ao segundo tema, Sr. Senador, temos o problema das cartas patentes. É um problema extremamente profundo e no qual já fez a economia nacional grandes investimentos. Nós tivemos, no ano passado, a venda de fundos de comércio dos bancos intervindos: COMIND, AUXILIAR e MAISONAVE, fundos de comércio aos quais vinha acoplada uma autorização de funcionamento de uma agência bancária. A alienação desses fundos de comércio permitiu que reforçássemos o valor das massas liquidantes e diminuíssemos as despesas do erário público e os prejuízos dos depositantes, de sorte que há um grande investimento do sistema, investimento do qual o próprio Governo, de certa maneira, se aproveita.

Por outro lado, a não existência de cartas patentes significaria a não existência de autorização governamental para funcionar e significaria, necessariamente, a liberdade total de entrada, de quem quisesse, no sistema. Embora sempre tenhamos tido, no Brasil, ou ao menos na história dos últimos cinquenta anos, um sistema de cartas patentes e tivemos períodos de maior facilidade ou de dificuldade na concessão de cartas patentes. E o que se verificou, tanto assim que havia tempos que talvez se pudesse dizer: sim, há uma autorização obrigatória do Ministro da Fazenda, da SUMOC ou de quem fosse autoridade no momento, mas essa autorização se conseguia com tal facilidade que era quase como se fosse automática. Os resultados não foram os melhores. Há um grande risco em se admitir, indiscriminadamente, novos capitais no mercado de bancos onde há uma tal necessidade de tradição e onde há uma tal necessidade de conhecimento do mercado.

De modo que, tenho alguma dificuldade em dar-lhe uma resposta conclusiva. Acho que militam muito razões em favor da manutenção do sistema atual, o qual deve ser, certamente, repensado, como tudo, e deve ser melhorado, e onde eu poderia imaginar que o melhor ao invés de se abolir o sistema de cartas patentes seria, talvez, dar uma certa flexibilidade, permitindo uma graduação de instituições de menor porte para a de maior porte. De modo que, aqueles que já se tivessem demonstrado aptos no mercado financeiro, com uma boa tradição, uma boa capacidade de investimento, pudessem aos poucos ir aumentando a gama de atividades financeiras que exercem. É alguma coisa nesse sentido que creio devemos caminhar, mas sempre respeitando as forças e as realidades de mercado.

O SR. CARLOS LYRA — Para finalizar, agradeço ao Sr. Presidente do Banco Central as palavras e as respostas. Tenho apenas mais uma pequena pergunta. Faria

apenas uma pequena pergunta que será a final. O Sr. Ministro Dilson Funaro declarou aqui no Senado, que, por um estudo — parece-me que do Economista Munhoz — a apropriação do agregado financeiro representava 12% do PIB brasileiro. Minha pergunta é: qual o número que V. S.ª consideraria razoável para o agregado financeiro participar dentro do PIB brasileiro?

O SR. FERNÃO BRACHER — Senador Carlos Lyra, eu preferia ficar lhe devendo esta resposta, porque aí há tantos elementos a se levar em consideração, que talvez fosse melhor deixarmos para uma resposta mais ponderada.

O SR. CARLOS LYRA — Está certo. Muito agradeço a V. S.ª

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Concedo a palavra ao Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Inicialmente, é um prazer tornarmos a nos encontrar.

As nossas primeiras palavras são até de congratulações, porque algo que estava a nos preocupar foi bem explicado por V. S.ª, pois um país em desenvolvimento, como o nosso, ao fazer uma opção só por bancos regionais, como à primeira vista pareceria das declarações dos dias iniciais do Plano de Estabilização Econômica seria, parece-nos, insultar todas as leis da economia. Mas estamos vendo que V. S.ª, aqui deixou isso bem esclarecido.

Sobre este assunto, apenas como uma resposta optativa, — não conclusiva, está claro —, qual o número de grandes bancos que V. S.ª acha que ficará reduzido — porque realmente vários deles vão-se transformar em bancos regionais, não temos a menor dúvida — esse conglomerado financeiro, após um, dois anos do Programa de Estabilização Econômica? Qual a opinião de V. S.ª, ou alguma consideração que pudesse fazer a respeito?

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Concedo a palavra ao Sr. Presidente do Banco Central.

O SR. FERNÃO BRACHER — Senador Virgílio Távora, é uma pergunta mais difícil ainda do que aquela que há pouco me fez o Senador Carlos Lyra.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Às perguntas fáceis, nós respondemos. As difíceis são para V. S.ª responder.

O SR. FERNÃO BRACHER — É difícil responder o que significa grande banco, o que significa um banco médio, se o banco médio é necessariamente regional, ou se pode ser também nacional, etc. De modo que vemos que é difícil de se responder a isso.

A Suíça, por exemplo, é um país pequeno com três grandes bancos; na Alemanha é clássico se falar em três grandes bancos; na Inglaterra temos quatro, que são os normalmente citados; nos Estados Unidos já não há essa classificação, existem os *money center banks*, que são os bancos dos centros financeiros, em que predominam aqueles de Nova Iorque — normalmente se citam sete para Nova Iorque, dois para o Centro-Oeste e dois para a Costa do Pacífico; no Canadá temos quatro bancos grandes. No Brasil se dissermos quatro, cinco, seis, fica um pouco difícil. Quais daqueles que hoje estão na categoria dos grandes, aí permanecerão, ou quais são aqueles que desta categoria...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Não, não pedimos nominar.

O SR. FERNÃO BRACHER — Também é difícil de se dizer. O que eu acho que é importante, Senador, é realmente se atribuir a responsabilidade ao empresário. É o empresário — bancário —, o responsável executivo do banco que vai arregaçar as mangas e vai fazer ou não do seu um grande banco. Tenho a impressão de que a situação atual está conclamando todos os empresários — bancários — a examinar quais são os nichos de mercado que cada um pode aproveitar, qual a melhor tática empresarial para eles. Um dirá que tem agora, por paus e por pedras, que se afirmar como banco grande ainda que isso, eventualmente, lhe custe um pouco mais. Então, mantém a rede de agências; outro dirá não, que nessa situação mantém e talvez expanda a sua rede de agências; e um outro dirá não, que agora tem que, definitivamente, se regionalizar, pois, já sendo forte em determinada região, vai-se regionalizar e optar por transferir agências dessa para aquela parte do País. Outro, ainda, dirá que

vai preferir concentrar-se mais nas grandes Capitais. Portanto, não ser regional, mas ser um banco nacional de médio porte.

Então, esta estratégia é que deve ser traçada à luz da análise da conta de lucros e perdas e à luz da análise da clientela já hoje existente. Há um banco, por exemplo, de médio porte, que já optou definitivamente por ter só clientes de médio porte, e também para alto. Portanto, vai ter uma estratégia inteiramente voltada para isto: "Este é o nicho de mercado que vou apanhar".

De modo que, a se julgar pela experiência internacional, provavelmente os grandes bancos brasileiros vão ser quatro a cinco, se formos pelos parâmetros internacionais. O que não significa que os outros serão menores e piores, porque, às vezes, o banco médio pode ter uma rentabilidade maior do que o grande, sendo que o importante para o acionista é a rentabilidade e não o tamanho do banco. Já para a economia as duas coisas vão juntas: para nós, Banco Central, é importante a solidez e também a sua rentabilidade.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Parabéns muito mais ao Advogado do que ao Presidente do Banco. Saiu-se brilhantemente, embora tenha conseguido trabalhar muito mais no raciocínio da profissão de origem.

Passaríamos, então, a um problema um pouco diferente do anteriormente visado. Seria possível V. S.ª nos explicar aqui, Dr. Fernão Bacher, como Presidente do Banco Central e como Membro do Conselho Monetário Nacional, umas certas divergências que existem de opinião, pelo menos traduzidas em declarações.

Recebemos, logo no início de fevereiro, uma declaração de S. Ex.ª, o Sr. Ministro da Fazenda — no que pertence ao Banco de V. S.ª, portanto —, dizendo que até maio não haveria nem emissão de moeda nem recursos ou lançamento de títulos no mercado. O déficit estaria praticamente "xizado".

V. S.ª sabe que a Oposição só pode ter conhecimento, fora as pequenas relações particulares com o segundo, terceiro, quarto e quinto escalões aí da Situação, do que lê na imprensa. Portanto, vamos dar como verdadeiro não só o fato desta declaração como depois as notícias posteriores.

Vem agora a notícia — e ontem lemos nos jornais especializados de economia — de que justamente houve déficit em março, há um pedido de cinqüenta e cinco trilhões de cruzeiros — porque vamos — nos referir ao orçamento passado — ou, atendendo aqui aos ilustres Senadores, 55 bilhões de cruzados, que, somados àqueles 10,6 que já estavam autorizados quando da votação do orçamento para 1986, perfazem 65.

Temos conhecimento de que aqueles — vamos dar em números redondos — 8 milhões de LTNs que foram recolhidos no mês anterior, neste mês são lançados. Temos conhecimento, por outra via, com justificativas que aqui não vamos nem discutir, de diminuição de receita e de IPI, etc., quando o IPI, como V. S.ª sabe, tem 45 dias de prazo praticamente, em média, para ser recolhido da receita de lá.

Então, perguntamos a V. S.ª pois estamos discutindo muito mais para nos informar do que para travar polêmica, o que houve que, em lugar de zerar saldos e déficits, tivemos déficit? O que houve, que foi necessário — e aí lhe dizemos com toda a sinceridade para tomar cuidado, porque já há várias explicações a respeito, de autoridades da Situação — por que foi necessário pedir — e a autorização do Congresso já está feita aí — toda essa emissão de moeda, para garantir uma liquidez de um mercado que está monetarizado? Vamos explicar isso aqui direitinho?

O SR. FERNÃO BRACHER — Pois não, Senador Virgílio Távora, com todo o prazer.

Aquilo de que se tinha certeza eram declarações do Ministro de antes de 28 de fevereiro. Os números que expúnhamos de que o déficit governamental estava praticamente zerado, com a reforma, depois de 28 de fevereiro, criou-se uma situação nova em várias circunstâncias, inclusive naquela relativa à qualificação do Banco do Brasil, uma autoridade monetária que levou com que os impostos recebidos pelo Banco do Brasil não se contasse como entradas na autoridade monetária quando do recebimento do Banco do Brasil, mas apenas quando da sua transferência para as contas do Tesouro.

Esses elementos trouxeram uma situação de mudança no mês de março, o que nos leva a dizer que estamos verificando as contas, estamos refazendo as contas, porque mais nos parece como tinha-se certeza da situação anterior, que houve agora este balanceamento, estamos a verificar se este balanceamento é oriundo da nova situação reinante após a reforma e quais são as suas verdadeiras causas. De modo que, fico a dever ao Senhor uma resposta exata de quais são essas causas.

O que se pode fazer é dar as razões... (inaudível). Em todas as empresas, dentro da economia nacional, houve um reajuste de prazo, houve um reajuste de pagamento e isso tudo traz, então, esta situação... (inaudível)... essa com referência à primeira parte.

Com referência à segunda parte, o que se fez foi apenas para evitar a sobrecarga de trabalho contida nas solicitações adicionais de emissão, pediu-se um montante maior, calculando-se esse montante maior de acordo com as necessidades decorrentes da economia nos países em que se lançou um programa antiinflacionário, mais recentemente como o da Argentina, inclusive os depósitos bancários à vista já dobraram num único mês. De modo que isso, então, nos leva a fazer a previsão que foi feita. É um novo comportamento da economia que se prevê, não nos vamos enganar, para isto temos a evidência do comportamento dos depósitos à vista nos bancos.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Ainda bem que V. S^a acha que pode ser que estejamos enganados, e ainda vamos verificar com o correr do tempo. A este respeito, queremos fazer um apelo ao Aníbal, que é o funcionário do governo mais graduado no setor bancário.

Quanto ao Líder do Governo anterior, nos conhecemos por acaso. Para esses assuntos econômicos sempre a nobre Oposição recorria a nós para o fornecimento de documentação, os Anais do Congresso estão cheios das interpretações, principalmente de Humberto Lucena e Itamar Franco, solicitando dados e informações e criamos quase que um canal oficioso e elas serão entregues. Os célebres acordos de 83/84 no plano internacional, todos esses chegaram às mãos da Oposição ao mesmo tempo que às da situação.

Então, fizemos um apelo para que o Banco Central não se tornasse tão impenetrável agora, pelo menos até o recebimento daqueles documentos oficiais como as publicações mensais, é ao gabinete do Presidente da Oposição, que também a ele fosse enviado, porque isso tudo é do domínio público, e só temos acesso muito tempo depois, e aqui o nosso interesse é justamente a verdade.

Como disse a V. Ex^a, realmente, há disparidades bem grandes nessas informações. V. Ex^a deu uma explicação, e acredito que honesta, não em termos de agradar ou desagradar, já nos conhecemos há bastante tempo para isto, uma explicação honesta, mas realmente baseada em que foi calculado, e aí, naturalmente, esperamos que eles nos sejam fornecidos baseados em que foi calculada essa necessidade de 65 trilhões da (inaudível) porque 55 (inaudível) aqui discute-se economia, agora matemática não, matemática eu não admito que ninguém venha a discutir, porque dois com dois só dão quatro, 10,6 são já autorizados pelo orçamento, se eu não tinha que pedir licença a ninguém este 55 é que foi feito o pedido. Baseado em que esse cálculo de 65? Se V. Ex^a não tiver os dados, podíamos fornecer, não há dúvida nenhuma. Queremos é nos esclarecer, justamente porque...

O SR. FERNÃO BRACHER — Talvez nosso Assessor, o Sílvia, aí até possa...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Ouçamo-lo, vai-me explicar essa aritmética aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Pedimos ao Assessor do Ministro que dê o nome completo.

O SR. SÍLVIO RODRIGUES ALVES — Meu nome é Sílvia Rodrigues Alves. Sou Chefe do Departamento Econômico do Banco Central.

Como o Presidente já disse, esse pedido de 55 trilhões de cruzados adicionais para emissão, este ano, foi feito com base num estimativa, e numa estimativa de comportamento de outras economias que passaram por essa experiência que nós estamos passando agora, de uma inflação alta para estabilidade de preço. Mas, na realidade, isso é uma estimativa, como qualquer outra. Se nós estamos botando 65 trilhões, nós estamos imaginando que os

meios de pagamento se triplicaram este ano, passariam, mais ou menos, de um nível de 100 bilhões de cruzados para 300 bilhões de cruzados, e que neste período a participação da moeda, do papel-moeda, que é mais ou menos um terço, se manteria. Evidentemente que, se ocorreu um comportamento diferente do público, que preferia reter menos moeda em relação aos depósitos à vista, ou vice-versa, esse número poderá ser diferente, mas nós imaginamos que este número seria o limite que poderia ser alcançado. E nós estamos torcendo para que não seja alcançado, que fique menor. Mas isto não tem grande importância, porque o que está ocorrendo agora, se a moeda voltou a ter a sua característica de reserva de valor, as pessoas estão retendo mais moeda por uma preferência. E à medida em que estão retendo mais moeda, estão tendo menos aplicações em títulos, **overnight**, caderneta de poupança, apenas por uma preferência pessoal.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Está dada uma explicação. Aguardamos o desenrolar do ano 1986, para verificar se estes prognósticos se confirmam.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Pergunto ao Dr. Fernão Bracher se faz suas as palavras do Dr. Sílvia Rodrigues Alves.

O SR. FERNÃO BRACHER — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Dr. Fernão Bracher, vamos a outro assunto.

V. Ex^a é parte magna, justamente, nas nossas negociações com os nossos credores internacionais. O que não fira o sigilo aqui — não queremos extorpir segredos oficiais, já pertencemos ao Governo e sabemos que em muita coisa engolimos em seco, por não poder dar a verdade nua e crua sem prejuízo dos interesses nacionais —, em que ponto estão as negociações com o Clube de Paris, face à nossa negativa, claro, aliás parece que endossada por quase todos os brasileiros, de submissão às regras do Fundo Monetário Internacional, e, digamos assim, de um melhor entrosamento com esse órgão, que, durante tanto tempo, aqui nos castigou?

O SR. FERNÃO BRACHER — Nós estamos, no momento, com dois altos funcionários do Banco, do Governo brasileiro, o Chefe da Divisão Internacional do Ministério da Fazenda, Ministro Álvaro Alencar, e o Diretor do Banco Central, Antônio Seichas, tendo conversas com o Clube de Paris, neste momento. Melhor dizendo, eu suponho que já estejam já de volta hoje. Não tive comunicação telefônica com eles ontem, de modo que a notícia que vou transmitir é velha, de dois dias, não posso lhe dizer o final. Mas, pelas declarações constantes do Comitê Interino do FMI, reunido recentemente em Washington, na semana passada, temos algum encorajamento, uma vez que constam lá, na declaração de imprensa desse Comitê, que os governos deveriam dar apoio a países que tivessem seguidos programas de recuperação econômica, de reordenamento econômico, ou de ajustamento econômico adequado, sem fazer aí menção ao Fundo Monetário Internacional. É verdade que essa menção ao Fundo Monetário Internacional consta do relatório à imprensa do Comitê dos Dez. Mas no Comitê Interino, onde participam os vinte e dois diretores ou ministros do Fundo, não consta esta exigência do Fundo Monetário Internacional. Aliás, a ausência dessa exigência parece que se coaduna bem com o espírito dos países credores, que desejam imprimir ao tratamento da dívida um tratamento caso a caso. Portanto, é um tratamento que verifica a necessidade dos remédios de cada um dos casos individuais. No caso brasileiro, parece que não há uma necessidade imediata de um **stand by**, de um recurso em dinheiro, a fundos do Fundo Monetário Internacional. Eu acreditaria que, provavelmente, as nossas dificuldades com o Clube de Paris não deveriam estar primordialmente ligadas à exigência ou não exigência do Fundo Monetário Internacional. Este é o meu entendimento. Pode ser que estejam, não tenho, como lhes disse, a última notícia a respeito. Mas, talvez mais ao tipo de financiamento e ao montante, as parcelas financiadas que venhamos a desejar ter.

Foi com estas instruções de negociar que para lá seguiu a nossa Missão, e sobre o resultado da qual não tenho ainda elementos para informar.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Antes de passar para outro assunto, V. S^a tem idéia, naturalmente algum dos seus assessores poderá fornecer, agora ou após, face à diversidade dos dados apresentados, e daí sempre a razão de pedir os documentos oficiais, o que realmente o Brasil deve a esses órgãos oficiais, objeto das negociações não extra do conjunto do Clube de Paris e aquilo que devemos aos banqueiros particulares, ordem de grandeza só em percentagem.

O SR. FERNÃO BRACHER — Ordem de grandeza posso-lhe dar já, estou falando em grandes números. Nós devemos aos bancos comerciais, a médio prazo, 67 bilhões de dólares; devemos ao Clube de Paris 8 bilhões de dólares, somando 75 bilhões de dólares; devemos aos organismos multinacionais 10 bilhões de dólares, somando 85 bilhões de dólares; e devemos, a curto prazo, entre o projeto 3 e 4, 15 bilhões de dólares, somando 99 bilhões de dólares em dívidas. De sorte que a dívida bancária é essa de 67 bilhões de dólares, e, desses 67, talvez, 7 sejam relativos a bancos brasileiros no exterior. De modo que a comunidade bancária, aliada, de certa maneira, a uma dupla contagem, assim deveríamos tirar 7 do total.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Esses organismos internacionais são os mais fáceis de nós passarmos o blefe neles.

O SR. FERNÃO BRACHER — Não é não, pelo contrário.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Estão apertando mais!

O SR. FERNÃO BRACHER — Também não é bem assim. É que eles têm "uma inteligência do problema", no nosso caso ao menos, talvez não se aplique a todos os países, melhor do que dos bancos comerciais, que, por sua própria estrutura, têm que ter uma visão de curto prazo. Na realidade, eles estão-nos emprestando para projetos, que analisam e verificam produtivos, mais do que repagamos anualmente. De tal sorte que o nosso interesse justamente é continuar servindo totalmente, uma vez que anualmente flui o balanço, e o líquido de recursos é positivo, é a nosso favor.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — A esses organismos internacionais nós não temos a idéia de estar pagando alguma coisa que não juros?

O SR. FERNÃO BRACHER — Pagamos o principal e os juros, mas o principal e os juros que lhes pagamos anualmente é inferior...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — A pergunta não foi bem esta — V. S^a me conhece a muito tempo — de uma "casca de banana", porque anunciado pagamos só juros. Era essa declaração que eu queria realmente, porque há uma negociação toda especial aqui, neste caso; nos outros, nós estamos pagando juros de há muito. Inicialmente os juros foram até, com o auxílio 83, 84, — V. S^a estava fora do Governo neste tempo, mas sabia perfeitamente daquela estratégia do projeto 1 e 2, e que dificuldade —, depois fazem uma fase 2. Mas, quanto aos organismos internacionais, eu achava interessante o povo saber. Não estamos assim tão maus devedores, porque eles estão nos emprestando, mas estamos pagando também. É isso que eu gostaria de oficialmente ter ouvido aqui. Muito interessante! Não veja aqui opositorista, mas o brasileiro que está vendo que alguma coisa precisa ser explicada, porque 99% deste Congresso, acho, que não sabem disso.

Finalmente, um assunto desagradável, mas apenas para ser explicado: o Sr. pode dar alguma informação, no que toca ao Banco Central, sobre o **affair SUFRAMA**? Porque fomos surpreendidos — o Sr. sabe que fomos muito ligados à SUFRAMA, na briga da SUFRAMA, porque, merecida ou imerecidamente, fomos o Relator desse Projeto de Informática, até o Dr. Ângelo nos liga muito a esse setor, e uma coisa puxa a outra, e, agora, fomos surpreendidos inclusive com as declarações de pessoas da terra, acusando o Banco Central; de maneira que o Sr. podia citar alguma coisa, dar algum esclarecimento, citar alguma informação que nos baseasse, para formarmos um valor de juízo?

O SR. FERNÃO BRACHER — Pois não, Senador. Naturalmente, as informações que eu vou-lhe dar têm um caráter precário, porque o assunto ainda está sendo objeto de investigação. Mas as evidências que nós colhemos já são tais que nos permite dizer que há muita coisa a ser investigada. Antes de tudo, apenas para conceituar, a SUFRAMA é o órgão responsável por uma série de atividades em Manaus, na Região Amazônica. E, entre outras atividades, é sua incumbência autorizar a importação, dentro da quota atribuída à Zona Franca. Essa quota, que foi de 500 milhões de dólares no ano passado, este ano foi de 550 milhões de dólares. De modo que, então, o importador dirige-se primeiro à SUFRAMA, tem um carimbo adequado ao seu pedido de importação, ou não tem. Tendo deferido o seu pedido, vai à CACEX e a CACEX, observadas as demais regulamentações, os demais requisitos, autorização, então, a importação. Efetuada a importação, vai o importador a um banco autorizado para levar o contrato, dá os cruzeiros, recebe os dólares e paga ao importador no exterior. Então, este é o trâmite normal. Então aonde verificou o Banco Central a ocorrência de irregularidades? O Banco Central verificou a ocorrência de irregularidades no fechamento do câmbio, nos bancos. Portanto, junto, no fechamento de câmbio nos bancos, verificou-se que foi fechado o câmbio e entregues divisas a pessoas que não haviam importado. De modo que, então, é uma maneira de receber dólar à taxa oficial e vendê-lo, depois, ou fazer o que quiser com ele. Mas, enfim, não havia a operação correspondente de pagamento no exterior. Pelo menos, pelos documentos que se teve, não havia, ou seja, a empresa que aparecia como fechando o câmbio declarava que nunca teve uma relação com esse banco. De modo que então, a assinatura do contrato de câmbio era falsificada, aqui era falsificado, enfim vários tipos de irregularidades. Portanto, as irregularidades apuradas pelo Banco Central, até agora, visam mais diretamente aos bancos que fecharam esses câmbios. Entretanto, as evidências levantadas frontais que levaram também a se julgar que parte dessas irregularidades estavam com a SUFRAMA ou de lá partiam. E daí, então, ter-se instalado essa Comissão de Inquérito, para apurar o envolvimento da SUFRAMA nessas irregularidades.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Satisfeito, Sr. Presidente, agradecemos aí a paciência de V. Ex^a, porque já vimos que ultrapassamos o tempo, mas acreditamos que esses assuntos todos deveriam ser esclarecidos e ninguém melhor para isso do que o Dr. Fernão Bracher.

O SR. FERNÃO BRACHER — Obrigado.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Agradecido, Satisfeito.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Senador Cesar Cals, gostaria também de fazer uma colocação.

A questão que vou por é uma recordação da minha experiência do tempo de Governador.

Quando assumi o Governo de Mato Grosso, em 1971, o Banco do Estado de Mato Grosso estava fora de compensação. Estava fora de compensação — se eu errar em alguma coisa, peço que me corrija — porque o Governo do Estado havia sacado contra o Banco do Estado 4 milhões de cruzeiros, sem ter o correspondente lastro. Fez um primeiro convênio, ou outro nome que tenha, não me lembro se com o Ministério da Fazenda ou Banco do Brasil, se não me engano com o Banco Central. O Governo do Estado não só não pagou os 4 milhões como, dentro de algum tempo, já tinha sacado 8 milhões.

O SR. FERNÃO BRACHER — No seu Governo?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Não. No Governo anterior. Por isso que vou chegar a V. S^a

Depois, não cumpriu e sacou 12 milhões de cruzeiros. Parece uma quantia ínfima, mas naquele tempo era muito dinheiro. Finalmente, sacou 16 milhões. Foi então que o Banco Central, o Banco do Brasil tirou o Banco do Estado de Mato Grosso da compensação.

Dessa forma encontrei a situação do Banco do Estado de Mato Grosso.

Essa situação permaneceu durante vários meses no início do meu Governo, até que fui ao Ministro Delfim Netto solicitar recursos para pagar o que o Banco devia, inclusive a particulares — o Banco de Mato Grosso,

para atender aos seus compromissos e aos seus movimentos, havia pedido empréstimo até a agiotas em São Paulo. Banquinho bom!

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Mas acho que não foi o único no Brasil.

O SR. FERNÃO BRACHER — Não, já falamos que qualquer semelhança é mera coincidência.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — É justamente aí que quero chegar.

Afinal, lhe foram propiciados esses recursos e pudemos recuperar o Banco do Estado do Mato Grosso.

A questão que coloco é justamente esta: saber se o Banco Central, hoje, tem um modo de controlar os bancos estaduais e se o tem feito. Temos verificado que os bancos estaduais vão bem, vão normalmente ou vão mal, de acordo com o governador que têm. Então, é esta a situação. Não me quero referir, mas um grande Estado tem bancos também em Mato Grosso. Recordo-me perfeitamente que, a certa altura, esse banco não emprestava mais dinheiro, porque dizia que não tinha recursos para fazer empréstimos aos seus clientes. No Governo anterior esse grande banco, de um grande Estado, ia muito bem, mas, naquele período, ia muito mal, porque o governador tinha dado a sua orientação, o banco fazia grandes empréstimos ou facilitava. Desejo saber se essa política ainda continua ao sabor dessa influência política da força do governador de Estado ou se, daqui para diante, o Banco Central ou o Governo adotará uma política para evitar que os bancos estaduais sofram esses altos e baixos ao sabor da política de um governador mais ou menos consciente, competente, ou até mesmo não pratica um mínimo de austeridade na sua administração.

É esta a colocação que faço agora.

Tenho um projeto que passa as dívidas em dólares dos Estados para o Governo Federal, exceção feita àqueles empréstimos externos para metrô, para as empresas estaduais estatais, etc.

Conversei a respeito com o Ministro João Sayad e S. Ex^a me disse o seguinte: Fragelli, se você fizer isso apenas vamos dar mais dinheiro aos governadores para que eles coloquem mais servidores, tenham maior número de empregos nos Estados. S. Ex^a não está errado.

De agora em diante, a orientação do Governo, o Ministério da Fazenda, o Banco Central, é de fazer um controle dos bancos estaduais, para que esses altos e baixos não venham a se verificar consoante a competência, a consciência, etc., do respectivo governador de Estado? Pergunto: os Senhores podem fazer esse controle? Acredito que sim, e se há disposição de fazê-lo.

Agora, por exemplo, o meu Estado, Mato Grosso do Sul, graças a Deus, até agora não tem banco, o Governador quer criar e sou contra, porque as maiores dores de cabeça que tive no meu Governo foi com o Banco do Estado de Mato Grosso. Se viesse a ser um governador, não queria ter um Banco do Estado. Esta é a questão que coloco.

O SR. FERNÃO BRACHER — Presidente José Fragelli, muito obrigado pela sua pergunta, que permite entrar num campo de muita importância para nós.

Realmente, o problema dos bancos estaduais está continuamente a exigir da nossa capacidade de aperfeiçoamento dos métodos e da sistemática de supervisão e de cooperação. Posso dizer que a partir de maio de 1985, que foi quando fizemos o último contrato de consolidação com os bancos estaduais, não mais tivemos necessidade de auxiliar qualquer banco estadual com recursos extraordinários. Ocasionalmente, com qualquer outro banco, poderão aqui, ali, acolá, solicitar um redesconto. De modo que a situação está sendo acompanhada de perto e apresenta boas características. Entretanto, é um problema — como bem diz V. Ex^a — pois grande parte do êxito de um banco estadual depende da autonomia e da seriedade como aja o governador desse Estado. É uma tentação extraordinária de fazer de caixa do banco a caixa do governador estadual, e, por via de consequência, de a caixa do banco passar para a caixa do Banco Central, que é a caixa do Governo Federal, porque havia a Câmara de compensação. Uma das melhores defesas que temos e que desenvolvemos ao longo do tempo é o cuidado com que se verifica a constituição da direção desse banco estadual, de tal maneira que seja composta

sempre por profissionais competentes e que tenham uma responsabilidade pública em relação ao trabalho que executa, que tenha capacidade e resistência às solicitações políticas que venham, porventura, a serem feitas. E, além do mais, uma vigilância constante do Banco Central sobre essas instituições.

De modo que é, sem dúvida nenhuma, um trabalho grande.

Ainda anteontem tivemos a oportunidade de participar de um almoço onde estavam presentes praticamente todos os presidentes de bancos estaduais. E tive oportunidade de comentar que eles tinham efetivamente um trabalho mais difícil em relação aos seus colegas de bancos comerciais privados, porque eles, por sobre as exigências, as demandas da técnica bancária, tinham que levar em consideração as exigências da política. Um banco estadual bem administrado merece maiores elogios do que um banco comercial bem administrado, porque esse banco estadual tem efetivamente um ônus, uma tarefa e maior dificuldade adicional. É para isso que o Banco Central deve estar junto com o conselho e com a supervisão necessária.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Antes de passar a palavra ao Senador Milton Cabral sobre o assunto de bancos estaduais e alguns bancos oficiais da área federal, parece ao grande público — e já tenho ouvido muitos comentários a esse respeito — que há uma divulgação enorme desses bancos na televisão, patrocinando programas, etc. Não parece muito simpática a idéia ao grande público que o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, BERGE, Banco do Estado de Minas Gerais, BANERJ, Banco de São Paulo e tantos outros tenham necessidade de investigar tanto na televisão, nos programas tipo *Jornal Nacional* e outros jornais noticiosos das várias estações. Ao grande público parece que isso tudo leva ao encarecimento do dinheiro, que deve sair de alguém.

Seria possível, dentro da sistemática do Banco Central, da estrutura do Banco Central, haver certo tipo de fiscalização a esse desperdício, porque consideramos que bancos como os citados aqui não têm nenhuma necessidade de patrocinar Copa do Mundo, programas noticiosos. Qual o benefício do custo? Seria possível, dentro da sistemática do Banco Central, traçar alguma norma, porque esse tipo de divulgação tão intensa dos sistemas bancários choca o povo brasileiro.

O SR. FERNÃO BRACHER — Senador Cesar Cals, o Sr. tem toda razão. O problema não é de fácil solução, porque proibir a propaganda seria entrarmos na seara da administração direta do banco e, amanhã, sermos acusados de impedir o crescimento dos bancos, impedir a utilização da propaganda, que, no fim das contas, é uma prática reconhecida em todos os países do mundo, além do Brasil.

Quanto à observação de V. Ex^a, que acho inteiramente procedente, também participo do seu mal-estar. Ocorre-me que nós deveríamos estudar no Banco Central alguma coisa parecida com a correlação entre as despesas de propaganda e as demais despesas bancárias e estabelecer, talvez, alguma regra nesse sentido. De modo que eu aproveitaria a sua pergunta como um estímulo para estudarmos a possibilidade de estabelecer algum parâmetro, dizendo que as despesas de propaganda não poderão ser maiores do que tal ou qual elemento, de maneira que eles não tenham um banco pequeno fazendo uma propaganda completamente desmesurada com o seu tamanho, com as suas necessidades e com as suas conveniências.

Portanto, também comungo com a sua preocupação, com a sua idéia de que nós deveríamos explorar essa trilha. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Agradeço a V. Ex^a. Realmente, o sentido da pergunta era para colocar junto ao Presidente do Banco Central que cremos seja necessário ter algum parâmetro para mensurar essa propaganda.

Concedo a palavra ao nobre Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL — Sr. Presidente, Senador Cesar Cals, ilustre Presidente do Banco Central, Fernão Bracher.

Inicialmente, peço desculpas pelo atraso da minha presença nesta Comissão, porque estava tratando de interesses do Governo da Paraíba e, nessa altura, quando temos interesses de governo de Estado — do nosso Estado, evidentemente — damos a prioridade.

Tinha grande interesse de estar hoje aqui para satisfazer duas curiosidades: conhecer a opinião do Presidente FERNÃO BRACHER sobre dois assuntos, que não sei se já foram tratados antes, mas, em todo o caso, se já tiverem sido tratados, me conformaria apenas com a informação, porque o assunto já foi debatido. Caso contrário pediria a S. Ex^a que me explicasse bem a questão.

A primeira questão que eu gostaria de ouvir do Sr. Presidente do Banco Central é a seguinte: dentro da necessidade de reorganização da estrutura governamental, que é evidente, estamos hoje praticando essa reforma monetária, mas, na realidade, é o próprio Governo quem precisa ser reformado, a estrutura do Governo precisa ser reformada. Alguns órgãos do Governo estão envelhecidos e com uma legislação de mais de 30 anos, entre os quais se inclui o Banco Central.

Já tivemos a oportunidade de debater este assunto da tribuna do Senado, sobretudo seguindo aquela velha questão da dependência do Banco Central ao Ministério da Fazenda, ou da falta de autonomia política do Banco Central para que ele pudesse exercer, com a máxima plenitude, as suas funções. Realmente, é um assunto que vem sendo abordado, vez por outra, na imprensa, aqui no Congresso, etc.

Gostaria de ouvir a opinião do Presidente FERNÃO BRACHER sobre este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Antes de passar a palavra ao Dr. FERNÃO BRACHER, devo dizer que também participo da preocupação do nobre Senador Milton Cabral. O Banco Central de um país não pode estar sujeito a flutuações políticas. A minha opinião é esta. Passo a palavra ao Dr. FERNÃO BRACHER.

O SR. FERNÃO BRACHER — O nobre Senador Milton Cabral está-se referindo à independência do Banco Central em relação às autoridades políticas do nosso País, a conceituação do Banco Central como órgão técnico. Aliás, foi esta a origem, a raiz de raciocínio do legislador ao criar o Banco Central pela Lei nº 4.595. Infelizmente, após o Governo Castelo Branco, não foi respeitada esta independência e o Presidente do Banco Central, que naquela época ainda tinha mandato por cumprir, sentiu que era do melhor interesse da Nação resignar, e assim o fez. Após isto, estabeleceu-se o princípio consuetudinário, primeiramente de uso, em que toda a Diretoria do Banco Central e, conseqüentemente, o Banco Central como um todo seria um cargo de confiança, como é hoje, legalmente — um funcionário ou uma pessoa encarregada, demissível *ad nutum*.

Sobre a conveniência ou não de o Banco Central ser um órgão independente, nós podemos ter várias opiniões. A praxe internacional nos países desenvolvidos é de o Banco Central ter independência em relação ao poder político. Parece que estabelece um certo contrapeso, que é útil no manejo dos negócios, que auxilia a uma apreciação melhor dos assuntos financeiros. O Banco Central nunca pode ser totalmente independente do poder político, evidentemente, porque nada é independente do poder político, e tudo deve subordinar-se ao poder político, porque tudo se subordina à vontade do povo através das eleições.

O que ocorre é que pelo deslocamento das datas de indicação da Diretoria do Banco Central, e pela circunstância de se dar à Diretoria do Banco Central um mandato fixo e, portanto, não passível de demissão *ad nutum*, e deixando de ser um cargo de confiança, se acha esse equilíbrio entre a vontade popular, uma vez que a indicação dos responsáveis pelos Bancos Centrais do Mundo é feita por pessoas eleitas pelo povo, e o tempo fixo de permanência que se dá. Então, se consegue obter essa independência.

A meu ver, esta seria uma solução mais adequada a prevalecer que a de hoje. Realmente haveria esse compromisso, pois é o que vemos em outros países, que parece levar normalmente a uma ponderação maior, a um maior equilíbrio no trato das coisas econômicas.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao nobre Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL — Em alguns países, às vezes, o mandato dos diretores de Banco Central extrapola até o mandato do Presidente da República ele é alternativamente maior ou menor o mandato mas, de

qualquer maneira, o poder político, como V. S^a bem salientou, expresso através dos representantes do povo, deseja realmente um órgão inteiramente, não digo isento mas com a máxima isenção, para realizar as suas tarefas que, muitas vezes, chegam a determinado ponto em que elas estão acima dos interesses imediatos, das autoridades fazendárias, ou daqueles que estão fazendo a política financeira do próprio governo, porque os conflitos sempre existem, as divergências sempre existem, mas o Banco Central fica sempre a salvo de pressões e, estando a salvo de pressões, ele pode exercer melhor as suas funções.

Então, o Banco Central realmente atingiu os seus objetivos. É isso que estamos desejando.

Creio que, no ano vindouro com a reforma da Constituição, esse assunto possa ser levantado e inserido na Constituição, essa autonomia, essa independência do Banco Central.

Levantei a questão para ouvir a opinião de V. S^a porque acho que concorda com a nona posição.

Agora, entro em outro assunto, especialmente objeto desta Comissão.

V. S^a sabe que esta CPI destina-se a investigar a gestão das sociedades de economia mista nas quais a União detém a maioria acionária. Essa questão da privatização das empresas não tem sido, a meu ver, corretamente conduzida, porque há duas maneiras de se privatizar uma empresa estatal: uma, vender a empresa para o setor privado, que me parece tem sido esta a preocupação maior, a intenção maior que está prevalecendo; a outra, realmente popularizar o capital da empresa. Embora ela fique com o controle estatal (o Estado detendo de 15% a 20%), na realidade o seu capital está de tal maneira disseminado que ela, provavelmente, pode não ser considerada uma empresa eminentemente estatal. Ela é estatal, porque tem uma participação maior do Estado.

Há necessidade de haver um posicionamento mais correto a respeito desse assunto, porque, na realidade, há certas empresas estatais que não podem ser privatizadas, não têm condição de privatização. Vou citar, de saída, o caso das siderúrgicas, o problema da SIDERBRÁS. Não há capital, no Brasil, para comprar as siderúrgicas, não há grupo brasileiro capaz de bancar a compra das siderúrgicas. Mas há possibilidade de se dar digamos, uma participação bem expressiva ao capital das siderúrgicas — o capital de participação do público.

Agora o Governo está lançando a PETROQUISA, vai abrir o capital da PETROQUISA e da Distribuidora da PETROBRÁS.

Gostaria de ouvir a sua opinião, como Presidente do Banco Central, sobre estas questões. Na realidade, estamos interessados na formulação de políticas dessas empresas e de como esta Comissão poderá opinar corretamente, tendo em vista a maior adequação do interesse público. Esta, a nossa posição. E, para isso, a opinião do Presidente do Banco Central é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao Dr. FERNÃO BRACHER.

O SR. FERNÃO BRACHER — Não é, propriamente, matéria da minha preocupação diária esta que V. Ex^a levantou. Mas, atendendo à sua solicitação, vou fazer algumas considerações minhas, pedindo a sua vênica para dizer que não são ponderações definitivas, mas fruto de pensamento, valendo-me do espaço que me é dado.

Em primeiro lugar, há um movimento muito saudável — esse, de privatização das empresas, daquelas que não digam respeito à atividade específica do Estado. O Estado brasileiro, a não ser em casos excepcionais, nos quais desponta a encampação das ferrovias depois da Guerra, não teve como regra a nacionalização de empresas de modo a aumentar o poder do próprio Estado; pelo contrário, a interferência do Estado na iniciativa privada deveu-se ao interesse daquele em suprir as ausências desta. Assim foi na siderurgia, claramente; assim foi na PETROQUÍMICA, claramente. E agora que já temos a expansão feita, temos condições de — me parece, é o caminho que se deveria seguir — aos poucos irmos cedendo lugar à iniciativa privada.

Ainda anteontem, o Conselho Monetário Nacional achou conveniente emitir uma regra restritiva de afluxo de recursos para as Bolsas de Valores, porque estávamos assistindo a um afluxo de recursos para as Bolsas de Valores maior do que a capacidade de a economia produzir

papéis e lançamentos de novas empresas. O que fizemos, o que o Conselho decidiu, foi apenas limitar temporariamente esse afluxo, de modo que se pudesse dar um tempo a que surgissem papéis para, então, se poder novamente liberar o mesmo afluxo; apenas para se evitar uma alta artificial, da qual necessariamente não viriam frutos bons, mas uma queda da Bolsa, portanto, uma desorganização do Mercado.

Cito esse fato para mostrar que o mercado de capitais brasileiro, a pouco e pouco, vai-se fortalecendo, e vai-se tornando possível aquilo que até há pouco não era possível: justamente a aquisição, em lotes cada vez maiores, de empresas que se queiram privatizar. Se em alguns casos haveria ou não a conveniência de legislação especial, cuidando de que essas ações ao irem para o público não ficassem nas mãos de alguns poucos acionistas, não sei; seria uma coisa a se examinar caso a caso. Eu me lembro, apenas da experiência internacional, que houve na Alemanha, quando privatizaram a Volkswagen. A Volkswagen era uma empresa de Estado e, ao ser privatizada, se fez uma legislação especial, pela qual se limitou o poder de voto por acionista, de tal maneira que se garantia que nunca um determinado número de acionistas com um certo número de votos pudesse controlar a empresa. Então, se haveria conveniência de legislação especial para evitar manobras menos convenientes ao interesse nacional ou beneficiadoras de grupos que poderiam, por preços não adequados, adquirir controle de empresas, não sei. Apenas deixo aqui esta ponderação, porque me parece que a direção saudável do País, com seu crescimento e com a organização do mercado de capitais, vai, a pouco e pouco, tendo possibilidade de absorver aqueles investimentos que o Estado num determinado momento — corretamente, me parece — fez; as obras estão aí. Deixo em aberto a pergunta que eu mesmo me faço: se em alguns casos haveria a conveniência de uma regulamentação para impedir que houvesse um mau uso dessa abertura.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME — Sr. Presidente, eu não deveria fazer mais perguntas, porque fui obrigado a me ausentar do recinto, mas, como assisti ao início, inteiramente mais ou menos do assunto. Mas cumprimento o Sr. Presidente do Banco Central pela maneira objetiva com que se houve nesta reunião, e apenas perguntar a V. S^a se o Banco Central dispõe de instrumento suficiente para fiscalizar os bancos ou instituições financeiras de quaisquer natureza: como poupança, montepio, etc.

Gostaria que V. S^a dissesse algo a respeito, se for possível.

O SR. FERNÃO BRACHER — Pois não.

Senador, as cadernetas de poupança podem ser perfeitamente supervisionadas pelo Banco Central; já os montepios são sujeitos à inspeção da SUSEP, que é um órgão ligado ao sistema previdenciário e aos sistema securitário — portanto, escapam à competência própria do Banco Central.

O SR. JORGE KALUME — Então, dou ciência a V. S^a que apresentei o Projeto nº 56, no dia 12 de abril de 1985 — há um ano — dando poderes ilimitados ao Banco Central para evitar aquelas fraudes que ocorreram neste País, para o desalento daqueles que confiaram seu dinheiro a esses bancos. Ainda ocorreu no ano passado no COMIND, Auxiliar e Maisonave.

Então, estamos dando poderes ilimitados ao Banco Central, e nosso projeto vai marchando muito bem, para evitar que se repitam aquelas irregularidades que chocaram a Nação brasileira.

Muito obrigado a V. S^a.

O SR. FERNÃO BRACHER — Pois não, Sr. Senador Jorge Kalume. Muito obrigado. Como existe o antigo brocardo de Direito que diz que “o poder e a obrigação são correlatos” — quer dizer: aos poderes ilimitados corresponderá uma responsabilidade ilimitada — Deus nos faça merecedores dessa responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, Srs. Congressistas — em primeiro lugar, meus agradecimentos pela presença, aqui, do Dr. Fernão Bracher, de quem sou antigo admirador.

Apenas farei algumas indagações, a título de curiosidade intelectual, com propósito mais analítico que crítico.

A literatura econômica brasileira tem sido enriquecida por animais semânticos estranhos e novéis. O último é a chamada "inflação inercial". E eu há tempos estou dando tratos à bola para saber o que exatamente isso significa.

Um dos postulados da inflação inercial era que a inflação ordinária — não inercial — estivesse sob controle.

Ora, aquilo a que assistimos em janeiro e em fevereiro foi uma aceleração da inflação. Não havia ali características inerciais. O segundo postulado é que o déficit operacional estaria zerado, restando apenas parcelas do déficit nominal, representado este pelo encargo da dívida externa e pela indexação da dívida interna. Estaria o déficit operacional zerado? As primeiras indicações do mês de março são de uma ressurreição de um déficit anteriormente sepultado.

Há algumas explicações que foram dadas pelo Sr. Fernão Bracher, e uma delas interessante: é que o Banco do Brasil, em deixando de ser autoridade monetária, seria indiretamente um fator gerador de déficit pela introdução de uma decalagem entre a coleta de recursos e sua entrega ao Tesouro.

Não acho que essa brecha de três dias seja particularmente significativa. O mais provável é que tenha havido uma honesta impressão de que o déficit estaria zerado em janeiro e fevereiro, porque habitualmente isso acontece, habitualmente são meses de folga para o Tesouro. E, este ano, de folga anormal pela antecipação de receita com aumento de alíquotas, oriundo do pacote fiscal, e pela anormal inércia das despesas, porque, além da hesitação sazonal, característica de início de período orçamentário, houve mudança de Ministério, que levou alguns Ministérios praticamente a uma paralisia administrativa. Além disso, houve um influxo de caixa resultante da instituição de depósitos compulsórios sobre os depósitos de poupança. Era de se prever, portanto, uma razoável folga para o Tesouro, que, entretanto, não significaria tranquilidade do lado orçamentário.

Será útil se o Dr. Bracher nos pudesse dar alguns esclarecimentos sobre o tema. Para um observador de fora, sem domínio dos dados, o panorama está longe de ser tranquilizante. A expansão de M1, num período de doze meses, de fevereiro a fevereiro, foi de 318,5%, para uma inflação de 264%, se medida pelo IGP, 221%, se medida pelo IPCA. Isso indicaria a existência de um alto grau de liquidez na economia até fevereiro. Em março, houve uma explosão de meios de pagamento. Só no mês de março o M1 aumentou de 74,5%, quando a inflação teria diminuído. Isso indicaria, novamente, um alto grau de liquidez na economia.

A explicação que foi dada, e que é a explicação mais natural, é a mudança na composição de portfólios, uma diminuição apreciável de M2, M3, M4 e sua transformação em M1. Isso tem ocorrido em vários países e é possível, provável até, que ocorra também no Brasil. Mas quanto desses 74% de expansão, em um só mês, representa um simples reliquidificação de economia, e quanto disso representa, realmente, expansão monetária líquida, que agravará as tensões da economia?

O excelente resultado de março, em termos de inflação, nos deixou a todos muito satisfeitos. É uma felicidade geral da Nação. Se isso tivesse sido obtido sem congelamento seria a glória. Tendo sido obtido com congelamento, pode ser meramente uma operação de quebra-termômetro. Quebrado o termômetro, a autoridade pode determinar livremente o grau de febre. Isso é o que nos inquieta a todos, porque todos estamos interessados, inclusive a Oposição, em que o Programa tenha êxito. É um caso em que não cabem vaidades: "a minha teoria está correta e a sua teoria está errada". O importante é que o Brasil esteja com a teoria certa e que a inflação seja contida e a hiperinflação, que já se desenhava, debelada.

Suponhamos, portanto, que é a inflação inercial. Qual é a real posição do déficit? E que déficit? Déficit fiscal? Do Tesouro? Déficit de caixa das autoridades monetárias?, o que inclui também dispêndio das estatais. Défi-

cit nominal? Qual é a dimensão estimada do déficit nominal e quanto foi ele reduzido pelo novo programa econômico?

Qualquer esclarecimento que a este respeito nos possa ser dado pelo Dr. Bracher seria útil.

Tenho duas outras perguntas, Sr. Presidente, mas seria preferível, talvez, passarmos à análise desta.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — O Dr. Fernão Bracher pede que V. Exª faça as outras perguntas, se não forem conseqüência da resposta.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Não, as duas outras são de tipo diferente. A segunda pergunta começaria por uma expressão de admiração, pelo enorme esforço, tensão psicológica, capacidade de debate revelada pelo Dr. Fernão Bracher em favor de um tema que me parece desnecessária: a briga com o Fundo Monetário Internacional. Estamos gastando uma extraordinária energia nesta briga. Apesar de o Brasil ser Membro Fundador do Fundo Monetário Internacional, ter lá um Sr. Diretor extremamente competente e um dos mais respeitados, nos estamos comportando como se o Fundo Monetário Internacional fosse uma espécie de "Khadafi do terrorismo econômico"; seria uma organização expressamente dedicada, viciosamente dedicada à recessão econômica.

Dirijir desta convicção, e, mais do que isto, não consigo entender o racional, às vezes podemos divergir entendendo a razão da posição oposta, mas às vezes não consigo entender a razão. Terá havido da parte do Fundo Monetário Internacional essa obsessão recessiva? Não parece. No caso brasileiro aceitaram sete cartas de intenção, todas descumpridas. Se recessão houve no Brasil, não foi por causa do cumprimento do acordado com o Fundo Monetário Internacional, porque isso nunca foi cumprido, exceto num ponto em que o nosso cumprimento foi fiel. A única coisa que cumprimos realmente foi a adoção de uma política de realismo cambial com minidesvalorizações, que chegaram a ser diárias, e este aspecto funcionou, funcionou muito bem, tanto assim que acumulamos saldos cambiais que, hoje, nos facilitam as negociações externas.

Essa briga, na qual se consumiu tanto esforço, tenho a impressão de que teve um efeito psicológico e publicitário interno; acaricia um orgulho nacionalista ou nacionalero, uma espécie de machismo de puberdade, mas não vejo utilidade prática nisso. Pelo contrário, os aspectos são negativos. Os bancos internacionais, sejam oficiais ou comerciais, que gostariam de ajudar mais o Brasil, sentem alguma hesitação, porque a recusa total em conversar com o Fundo Monetário Internacional dá a impressão de que o Brasil não quer disciplina monetária e financeira. Se queremos essa disciplina monetária e financeira, deve haver possibilidade de um debate racional, e acredito, aliás, que o Plano Cruzado fosse aprovado pelo Fundo Monetário Internacional em uma hora ou duas horas. Eles fariam duas perguntas, provavelmente. A primeira: por que o congelamento? Responderíamos que o congelamento é uma imposição psicológica e política. Seria impossível adotar uma política de salário austera, fazendo o uso da volta da média sem congelamento e, certamente, o Fundo Monetário Internacional se renderia a este argumento, como se rendeu no caso argentino, não objetou este aspecto do Plano Austral.

A segunda pergunta que provavelmente faria é: por que fixar a taxa de câmbio? Por que não deixá-la flutuante? Responderíamos que há certa vantagem em utilizar a taxa de câmbio com uma variável paramétrica que traria uma impressão adicional de estabilidade paralelamente ao congelamento de salários e de preços e, provavelmente, eles se renderiam a este argumento, com alguma exortação para que observássemos o assunto prudentemente.

A única coisa que criaria dificuldades com o Fundo Monetário Internacional, e cria com todos os economistas que não acreditam muito, pelo menos, são suficientemente ignorantes para não entenderem a inflação inercial — e estou nesta categoria, sou suficientemente ignorante para isso — a única pergunta embaraçosa seria se foram realmente contidas as causas primárias da inflação, principalmente o déficit orçamentário.

Esta pergunta teríamos que responder, mas acredito que teríamos respostas satisfatórias.

Em suma, o Plano Cruzado seria aprovado, como foi aprovado o Plano Austral. As auditorias periódicas do

Fundo Monetário Internacional poderiam ser compactadas na consulta anual, se quisessem uma consulta, porque não somos obrigados, pelo Estatuto do Fundo Monetário Internacional, a ter uma consulta anual. Poder-se-ia inventar um outro nome, como "Consultive Corporation", ou qualquer coisa que acariciasse o nosso orgulho, mas isso não nos iria incomodar particularmente. Lembramo-nos que houve, no passado — apesar de descumpridos os acordos com o Fundo Monetário Internacional — certa utilidade.

A primeira e grande utilidade é que o Brasil não sabia a dimensão do déficit público. Parece estranho, mas foi só depois de entrarmos em entendimento com o Fundo Monetário Internacional que passamos a medir o déficit público, e, a partir daí, surgiram várias definições: o déficit nominal, o déficit de caixa, o déficit operacional, e assim por diante. Não sabíamos qual o montante da dívida interna.

Segunda vantagem, já indiquei, é o realismo cambial. Há uma desvantagem séria nessa atitude de briga permanente com uma entidade de que somos sócios. É que — o Dr. Bracher sabe disto tanto quanto eu, senão melhor — as negociações para consolidação da dívida foram consideravelmente retardadas e o Brasil teve que pagar um spread maior do que o necessário. Lembra o Dr. Bracher que ao fim do Governo Figueiredo, o Dr. Pastore havia, em princípio, acordado com os bancos, o acordo não foi firmado, mas já havia um assentimento bancário para consolidar toda a dívida brasileira, e não apenas dois anos da dívida, não apenas 85, 86, a dezesseis anos de prazo, com oito de carência, com uma redução de spread, para, se não me engano, exatamente o mesmo que agora se obteve: 1,8.

O que faltava era, exatamente, a carta de intenção ao Fundo Monetário, explicitando o programa brasileiro. Afinal de contas, ao se dar uma consolidação, é justo que os bancos queiram uma visão panorâmica, prospectiva, da economia brasileira. Não demos prosseguimento a essas negociações, subseqüentemente o Dr. Bracher, com a competência que lhe é peculiar e que é reconhecida pelos banqueiros internacionais — mantenho bastantes contatos com comissões econômicas internacionais, e é unânime o respeito que eles expressam pelo Dr. Bracher —, depois de longas e penosas negociações, o que é que obteve? Obteve-se um arranjo de consolidação da dívida de dois anos, 85, 86, a sete anos de prazo, e não dezesseis, com cinco anos de carência, e não oito anos, e com um spread igual àquele que podíamos ter obtido praticamente um ano antes. Isso foi o custo da operação "macheza", um custo psicológico, custo social, custo financeiro. Inútil acrescentar que nada disso tem a ver, não significa nenhuma reserva pessoal para com o Dr. Bracher, ninguém teria podido nas circunstâncias fazer melhor negociação. Eu, certamente, teria feito uma negociação provavelmente pior, mas apenas houve um erro de enfoque. Em troca da obtenção de um impacto psicológico interno, incorreu-se num custo financeiro, num custo social, muito real.

Terceiro comentário que faço, diz com a intervenção do meu caro e ilustre colega, Senador Milton Cabral, sobre o problema de privatização. É uma tendência mundial a busca de eficiência, cerceamento do Estado invasor e agressor, tendência que espero vingue no Brasil. Permitir-me-ia apenas expressar uma divergência em relação ao Senador Milton Cabral: e S. Exª parece preferir ao sistema de privatização de controle o sistema intermediário de disseminação de ações de empresas públicas, mantido o controle governamental. A meu ver, isso não é privatização, isso é negativo, significa sugar recursos do mercado privado, sem transferência de controle ao setor privado. Ora, uma das principais vantagens da privatização é exatamente a cessão do controle, é a angariação da capacidade e flexibilidade gerencial do setor privado. Temos um público como acionista minoritário da PETROBRÁS, ELETROBRÁS e TELEBRÁS, uma coisa, a meu ver, pouco atraente, não é repelente, não é algo repugnante, mas, também, não é algo entusiasmante. O entusiasmante é que, realmente, o setor público ceda o controle, porque somente assim, realmente, teremos uma afirmação de pluralismo econômico, uma democratização do poder econômico, hoje excessivamente concentrado nas mãos do Estado.

Divergiria, também, da idéia de que não há recurso para privatizar. Como não? De onde o Governo tem os

seus recursos? O Governo não gera recursos *ab nihilo*, o Governo extrai recursos, o Governo tem uma capacidade de extrativa de recursos, não geradora de recursos. Extrai recursos de onde? Da iniciativa privada. De que forma? Por impostos, taxas e contribuições. Basta o Governo ou aliviar a carga fiscal ou permitir que os contribuintes paguem, mediante certificados de compra de ações de empresas públicas, e podíamos privatizar aquilo que quiséssemos, na medida da receita fiscal captada pelo Tesouro. O Tesouro continuaria captando receita; o que ele quer é receita. Apenas, em vez de obter receita e nada dizer ao contribuinte, ele entregaria papéis ao contribuinte. Não vejo nenhum problema de recursos de privatização; liminarmente é uma questão mecânica. O contribuinte paga o seu imposto opcionalmente ou em dinheiro vivo ou em ações daquelas empresas que o Governo puser à venda em licitação.

Seria mais radical ainda. Não é preciso nada disso. O que o Governo devia fazer, inicialmente, é doar essas empresas aos contribuintes. Por que mecanismos? As ações das empresas do Estado em mãos do Tesouro deveriam ser entregues a um grande fundo de contribuintes. Os contribuintes não teriam acesso à ação fisicamente. Teriam uma fração ideal do fundo, que seria administrado pelo Governo. Mas os contribuintes seriam os proprietários de frações ideais de um fundo onde estariam concentradas todas as ações do Tesouro em empresas estatais. Haveria uma privatização patrimonial, eu diria uma restituição. O que o Governo estaria fazendo é restituir um patrimônio que foi criado com impostos do público; restituiria aos contribuintes; essas ações, enquanto retidas no fundo, seriam meramente patrimoniais; não dariam direito a voto nem à gestão. Isso só ocorreria quando o fundo efetivamente comercializasse essas ações. Aí, então, elas passariam a ser ações no sentido do Direito Comercial, ações podendo envolver gestão ou voto. Enquanto estivessem retidas no fundo de contribuintes, elas seriam ações meramente patrimoniais, título patrimoniais. As vantagens iniciais seriam psicológicas. O povo se convenceria de que a empresa pública é do povo. Eu, você, a, b, c ou d, todos saberíamos que a PETROBRAS, a ELETROBRAS nos pertencem através de um fundo global, do qual teríamos frações ideais imaginárias, coisas perfeitamente possíveis na era do computador.

Não sei se esta idéia atrai o Dr. Bracher, que também me parece interessado em privatização, mas é óbvio que se deve pensar.

O último comentário é mais um pensamento. O Dr. Bracher mencionou que o Banco Central, se bem o entendi, porque eu estava chegando no momento em que S. S. falava, o Banco Central, criado à época do Presidente Castello Branco, era um Banco Central independente; a rigor o Governo era minoritário, no sentido de que havia três representantes da empresa privada, dois ministros de Estado, quatro diretores e o Presidente do Banco Central, mas todos com os mandatos, mas o Governo só tinha, real e inquestionavelmente, dois votos certos: tinha quatro votos altamente prováveis, porque ele havia nomeado os diretores do Banco Central. Mas, como tinham mandatos, eles retinham certo grau de independência. Os outros seriam representantes do setor privado. O Governo, portanto, não podia impor uma política monetária. Teria que coordenar uma política monetária com o Banco Central.

É pena que logo no primeiro teste de transição do Governo revolucionário essa idéia tenha perecido. Espero que ela ressuscite e que o novo Presidente de um Banco Central independente seja o Dr. Fernando Bracher.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Dr. Fernando Bracher.

O SR. FERNÃO BRACHER — Muito obrigado, Senador Roberto Campos. É um prazer ouvi-lo. Pena que desta vez eu o ouço como sendo vidraça e não assistente. Em todo caso, muito apreciei os seus comentários.

Com referência ao primeiro ponto, confesso que não entendi bem a sua observação relativa à sua não compreensão do conceito de inflação inercial. Tenho absoluta certeza que o Senhor a entende. Deve haver alguma dificuldade de vocabulário. Pode ser que julgue não estivessemos vivendo uma inflação inercial. Saio desse entendimento quando o Senhor diz que inflação inercial é essa em que nós tínhamos um crescimento da inflação

nos meses de janeiro e fevereiro. De modo que acredito que a dificuldade não é com o conceito...

O SR. ROBERTO CAMPOS — Havia uma aceleração inflacionária e não uma inflação inercial.

O SR. FERNÃO BRACHER — ... da inflação inercial, não é simplesmente se o diagnóstico de que nós estaríamos vivendo apenas uma inflação inercial é correto ou não. Naturalmente, como em qualquer doença — e a inflação é uma doença —, podemos discutir sobre os diagnósticos. O entendimento do Governo, no caso, é que a aceleração inflacionária que se presenciava e que se vivenciava nos meses de janeiro e fevereiro era sobretudo devido ao grande choque de oferta ao lado do setor agrícola, em virtude da seca que estávamos vivendo. Medidas foram tomadas no sentido da importação de bens e da formação de estoques reguladores. Julgava-se com isso ter já passado a razão efetiva desse aumento inflacionário. Portanto, havia efetivamente um problema de demanda, no caso do aumento de preço, devido à crise da seca, o que seria a principal justificadora dos aumentos ocorridos.

Além do mais, vínhamos vivendo uma aceleração inflacionária proveniente ainda do início de 1984, quando, aí sim, tínhamos tido durante esse ano, uma grande expansão monetária. Durante todo o ano de 85 foram feitas diversas tentativas de controle dessa situação, sobretudo em meados do ano, através de um controle de preços, principalmente daqueles controlados pelo Estado, como os da energia elétrica, do aço e do petróleo, o que, efetivamente, trouxe uma desaceleração inflacionária. Entretanto, trouxe consigo mesmo o seu contramedio, uma vez que aumentou o déficit público, incluindo nesse déficit o das empresas estatais.

A partir de setembro de 85, na reposição dessa situação, paulatinamente, que se iniciou, teve-se de novo uma pressão inflacionária, a qual, entretanto, seria contra-arrestada pelos cálculos do Governo, pela reforma tributária de dezembro. De forma que havia, assim, elementos de pressão inflacionária, com o que V. Ex. está perfeitamente correto. Entretanto, esses elementos de pressão inflacionária já teriam deixado de existir, uma vez que, de um lado, a reforma tributária de dezembro e, de outro lado, as medidas de suprimento de alimentos de janeiro e fevereiro teriam feito extinguir essas causas primárias.

De modo que nós, pelo menos é meu entendimento, efetivamente estávamos vivendo principalmente, primordialmente — nada é puro, não se consegue ter o estado puro das situações —, mas primordialmente uma inflação inercial, pelo que se justifica, então, o tratamento a ela dado.

No que concerne ao déficit e à expansão monetária que tivemos no último mês, eu remeteria às explicações já dadas ao Senador Virgílio Távora.

Com relação ao segundo ponto que o Senador Roberto Campos levanta, que é o da nossa briga com o Fundo Monetário Internacional, eu diria que não me parece que poderia caracterizar a situação como briga. Em nenhum momento houve um rompimento do Brasil com o Fundo. Somos Membros do FMI, participamos das suas reuniões, comunicamos ao Fundo nossos problemas a posteriori, depois de termos tomado as decisões, o Fundo sobre elas se manifesta, como o fez recentemente aos banqueiros, e se manifesta favoravelmente às medidas que vimos tomando. Apenas não temos necessidade de recorrer ao Fundo agora. Não estamos pedindo mais dinheiro aos bancos, não temos porque pedir um *stand by*, ou seja, um novo empréstimo ao Fundo Monetário Internacional.

Compara V. Ex. os êxitos obtidos por este Governo na negociação com os bancos aos êxitos obtidos pelo Governo anterior, em que, num caso, teríamos obtido um prazo de 18 anos e, noutro caso, teríamos obtido prazos sensivelmente menores. Apenas o que me ocorre dizer no caso é que a negociação no Governo anterior não houve, não existiu, ela não pôde se materializar, porque nessa hora faltou-lhe um elemento essencial, que o Governo anterior foi incapaz de suprir. De modo que é uma intenção, é um documento de intenções, é uma minuta muito bem trabalhada, muito bem elaborada, mas, efetivamente, é uma intenção, uma vontade, mas não é um fato. O fato concreto é que, como estavam as coisas, o

Governo de então não conseguiu produzir o requisito básico, que era o acordo com o Fundo.

V. Ex. diz que, como nós não cumprimos as cartas de intenção do Fundo Monetário, não se pode culpar a recessão havida ao Fundo Monetário. Também aí podemos, eventualmente, divergir. Se pensarmos que, em fins de 1983, assinou-se uma carta de intenção, e se sabe que estas cartas de intenção com o Fundo Monetário não são elaboradas unilateralmente, são negociadas, e, portanto, consubstanciam a vontade das duas partes, elas consubstanciam, em si mesmas, o compromisso já, então essa carta de intenção brasileira previa uma expansão dos meios de pagamento em 50% para 1984, quando a taxa de expansão, efetivamente, foi de 220 ou 230, se não me engano.

Imagine V. Ex. qual teria sido o comportamento da economia no sentido de crescimento do produto — não estou falando no sentido da inflação nem de outras medidas —, qual teria sido, efetivamente, se tivéssemos atendido à expansão prevista na carta de intenção? De modo que a circunstância de nós não termos atendido ao Fundo não significa que a ele não se possa imputar, ou ao seu programa, características nitidamente recessivas. Mas agora me parece que esta discussão passa a ficar cada vez mais com o passado. O nosso relacionamento com o Fundo é bom, como sempre o foi, somos Membros dele, vamos às reuniões, temos entrevistas com eles, recebemos elogios do Fundo. Ainda foi essa a situação verificada na última reunião, quando o Gerente-Geral, que é uma pessoa, como V. Ex. bem disse, de extrema competência, de extrema capacidade, que foi capaz de levar o Fundo, nesses tempos difíceis, a se adaptar às mais diferentes circunstâncias da economia internacional, elogiou a atuação nossa, elogio este que é partilhado pela Comunidade Financeira Internacional por um plano que foi feito no Brasil, por brasileiros, e dentro do entendimento daquilo que corresponde à nossa conveniência, à conveniência nacional. O Fundo, por seu lado, vem mudando de atitude dentro de uma postura também proclamada pelo Secretário de Estado Baker, dos Estados Unidos. A ênfase é dada ao crescimento. Se V. Ex. ler os documentos do Fundo, verá que não se fala mais apenas em ajustamento. A ênfase antigamente, era primeiro o ajustamento, para se criar bases sólidas para o crescimento depois. Hoje em dia já vem o Fundo — será, quem sabe, alguma contribuição brasileira — dizer não. É necessário o crescimento para, durante ele, se proceder ao ajustamento.

De modo que me parece que essa posição de confrontação não é a posição que corresponde à realidade. Usamos o Fundo para termos aquilo que dele precisamos e aquilo que nos convém.

A sua terceira observação é relativa à criação, à aceleração da privatização das empresas estatais, utilizando-se nessa aceleração do artifício ou do expediente da criação de um fundo, o qual, posteriormente, teria suas partes vendidas ao público em geral. Eu acho que é um expediente engenhoso, aliás, teria que ser para vir de V. Ex. V. Ex. mesmo disse que esse artifício; esse engenho seria apenas um artifício psicológico, para dar consciência à população que é dela esse patrimônio, e que dele ela participa e está convidada a participar, através da subscrição de quotas desse fundo. É uma idéia que, confesso, não a recebo. Gostaria de poder pensar mais nela, porque, realmente, ela não apresenta características técnicas e, sim, de vendagem, ou melhor, de técnica de vendagem. De modo que é uma coisa que precisamos ponderar um pouco mais para ver se é útil ou não para atingir os seus fins. Engenhosa é, sem dúvida alguma.

E, finalmente, a sua observação final, de um Banco Central independente, que parece, eu acreditaria ser um pensamento razoavelmente difundido e, V. Ex., na sua situação, não só advoga essa idéia, como já a implementou no seu devido tempo. De modo que noto com satisfação a sua manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o nobre Senador Roberto Campos.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Muito obrigado pelas informações que nos transmitiu, Dr. Bracher. O Senhor, entretanto, não abordou o problema que mencionei. Se o déficit está zerado, como disse, que tipo de déficit é esse? É o déficit nominal, é o déficit operacional, é o déficit de caixa? Qual o déficit que foi zerado? Há várias

maneiras de zerar o déficit, um deles é não pagar. O déficit de caixa pode ser zerado simplesmente não pagando. E parece que há um acúmulo de dívidas nas estatais que, eventualmente, desabará no Tesouro, enorme, em relação ao setor privado e à empreiteira. A NUCLEBRÁS parece que não paga há seis meses. A SIDERBRÁS, há um pouco menos do que isso. A ELETROBRÁS é que parece que está sem atrasos mais marcantes. Quando se fala em zerar o déficit, que significa? É o déficit em termos de competência e despesa, ou déficit em termos de caixa? Essas coisas me confundem um pouco.

Segunda observação. Como diz o Dr. Bracher, não foram cumpridas as cartas de intenção para com o Fundo Monetário Internacional, de modo que a contra-ção de meios de pagamentos não ocorreu. Então, deveríamos ter até uma expansão do produto. Então, tivemos uma recessão. Por que tivemos uma recessão? Simplesmente porque a economia passou a assistir a um crescimento exagerado no setor público. O que queria o Fundo Monetário era uma diminuição do ritmo de expansão monetária, em função do corte de despesas públicas, para abrir espaços para a iniciativa privada, a qual, então, passaria a crescer. Era uma receita de crescimento. Apenas uma receita de crescimento do setor privado, e não uma receita de crescimento no setor público. Vejamos o paradoxo. O Fundo recomendou em 1985, se não me engano, que a expansão monetária se confinasse a 50%. O Ministro Funaro quer uma expansão zero. Se uma expansão de 50%, que, aliás, nunca foi mantida nesses limites, geraria uma recessão, segue-se, sequencialmente, que uma expansão zero, é o que promete o Ministro Funaro, não emitir cruzados, e nos primeiros seis meses não emitir papel-moeda, promessa que, tudo indica, já violada, seria, então, uma violenta recessão. No ano passado, o que é que tivemos? Um déficit operacional de 3,9% do PIB. Se for realmente zerado esse déficit, significa que mais que 3% do PIB terão que ser buscados em algum lugar. Serão transferências do setor privado para o setor público, por via do pacote fiscal, ou outros mecanismos. Isso significaria uma recessão muito apreciável no setor privado, e o Programa nos está sendo apresentado e despertou grande charme, exatamente por ser um Programa anti-recessivo. Sob certos aspectos, o Ministro Funaro é mais radical do que o Fundo Monetário Internacional. Ele queria uma expansão monetária de 50%, este quer uma expansão monetária de zero.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao Dr. Fernão Bracher.

O SR. FERNÃO BRACHER — Senador, quando nós falamos em déficit operacional, desculpe não lhe ter esclarecido, falamos não em déficit de caixa, mas em déficit operacional. É o déficit que inclui inclusive, evidentemente, os dispêndios e as deficiências das empresas estatais. Recentemente, inclusive, o Banco Central tem desenvolvido um novo conceito de déficit operacional, no qual, para se ter um termo de comparação mais exato, utiliza-se, inclusive, a moeda do dólar como um parâmetro fixo. Hoje em dia já não será mais necessário o recurso a isso, nós poderemos mesmo nos valer do cruzado para essa comparação. E é, sob o aspecto operacional, não de caixa, que se tem uma perspectiva de tê-lo gerado. Efetivamente, os recursos oriundos por isso vêm de diversas fontes. Uma delas é, como o Sr. bem indicou, a reforma tributária de fins do ano passado. Outros é, em grande parte, a monetização da nossa dívida, que deve ocorrer, na medida em que poderemos trocar agora a dívida onerosa de juros pela dívida não-onerosa do papel-moeda, uma vez que o povo está preferindo dispor agora de um maior número de papel-moeda do que no passado.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Um último comentário. É apenas uma divergência de fato. Entendo que o Acordo Pastore era informal, não era expressão de intenção. Eu ouvi de vários banqueiros a enunciação dessas condições, como sendo condições aceitáveis para os banqueiros. Era um acordo informal, digamos um acordo condicional. Era necessária a carta do Fundo, obviamente.

O SR. FERNÃO BRACHER — Talvez não haja divergência nesse sentido, nobre Senador.

Talvez haja uma divergência de fundo, sim. Existiam pontos importantes ainda em aberto, certamente não era

o prazo, talvez um pouco a taxa de juros, mas havia outros pontos importantes ainda em aberto. Agora, quando eu digo era um acordo de intenção, é porque estava todo ele subordinado à ocorrência de um evento que não ocorreu. De modo que podemos chamar de intenção, ou condicional. Realmente, é um acordo que não houve, porque a condição essencial para a sua existência era que houvesse uma coisa que o Governo não foi capaz de produzir.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Antes de passar a palavra ao Senador Carlos Lyra, que fará a pergunta do Relator, tenho uma pergunta de natureza política, e penso que a resposta pode ser rápida.

Na realidade, no mês de outubro, 16 Congressistas brasileiros, entre os quais o Senador Milton Cabral, que chefiava a delegação em termos latino-americanos, era um dos Diretores do Parlamento Latino-Americano, o Senador Carlos Lyra, e o Presidente desta Comissão, estiveram em outubro do ano passado, como disse, em Montevideu, em uma reunião extraordinária do Parlamento Latino-Americano sobre a Dívida Externa. Na ocasião, os vários países da América Latina que lá compareceram apresentaram suas ponderações sobre a dívida externa da América Latina. Inclusive temos de reconhecer que um dos exercícios mais objetivos foi apresentado por Cuba, que mostrava em uma planilha a dívida externa de cada país e as várias hipóteses de pagamento. Praticamente em consenso, a América Latina, através dos parlamentares, entendeu a América Latina de que não há condições de pagar a dívida externa, uma vez que a dívida foi feita com nível de juros, esses juros cresceram, e os preços das matérias-primas baixaram. Aliás, este aspecto do baixo preço das matérias-primas, eu já dizia no Governo autoritário a que servi, do Presidente Figueiredo, quando em Nairóbi, no Quênia, na Conferência sobre Fontes Renováveis, usando da palavra, perante representantes de mais de cem países, disse que o ponto de vista brasileiro, e eu dizia com convicção, era que o preço baixo das matérias-primas minerais, e eu lá falava sobre a área que me estava afeta, era uma segunda forma de colonialismo.

Entendo, e creio que a América Latina também entende, que não há condições de pagamento da dívida externa com essas taxas de juros e com os baixos preços das matérias-primas, entre outras coisas. Entendemos, naquela ocasião, que a dívida externa deveria ser uma negociação política, e que os parlamentares da América Latina, até uma sugestão do Brasil neste sentido foi levada por meu intermédio, os parlamentares deviam fazer a explicação a outros parlamentos que a América Latina, em particular, o Brasil entre outros, não podia pagar a dívida externa, não porque não quisesse, e sim porque não tinha condições, porque, explicando ao Parlamento Europeu, ou explicando ao Congresso norte-americano, ou dos países credores, dava condições ao Executivo de buscar uma contraproposta global. Levei essa sugestão ao Presidente José Sarney, inclusive que criasse um Ministério Extraordinário da Dívida Externa, para que procurasse uma contraproposta da América Latina, porque alguém tem que fazer essa proposta. Se é política, alguém tem que fazer, não podemos esperar que os credores façam essa contraproposta. Depois dessa minha audiência com o Presidente José Sarney, tomei conhecimento da criação de uma Diretoria do Banco Central para a Dívida Externa. Evidentemente, acho que dificilmente poder-se-ia fazer a fundo duas mudanças de política, como o baixo preço das matérias-primas e a mudança da taxa de juros, sem ser uma decisão global de uma política dos países credores. A minha pergunta é muito simples: acha o Presidente do Banco Central que há condições de pagar a dívida externa do Brasil, não vamos falar da América Latina, do Brasil, mantendo a política de preços de matérias-primas baixos, em juros internacionais neste nível?

O SR. FERNÃO BRACHER — Sr. Presidente, a resposta já ficou bem mais fácil, porque V. Ex^a limitou a pergunta ao Brasil, embora ainda tenha deixado duas variáveis que complicam um pouco a resposta, que são a do preço das matérias-primas e a do nível das taxas de juros. O das taxas de juros continua em níveis historicamente elevados, quando se pensa em taxas de juros reais. Ou a inflação americana tende a cair e taxa de juros perto de 7%, como está agora, a taxa de juros sem os adicionais cobrados pelos bancos, faz com que as taxas de ju-

ros continuem ainda em níveis extremamente elevados para a situação tradicional do mundo. Por outro lado, o preço das matérias-primas está extremamente deprimido. Veja V. Ex^a o que ocorre este ano com o Brasil, com uma matéria-prima muito importante, que é o petróleo, que no caso nos favorece, tem o seu preço deprimido. E a única matéria-prima que faz exceção, ao conjunto das commodities, é o café, que está com o preço razoavelmente favorecido.

De modo que a pergunta, em tese: é se as taxas de juros se apresentarem em níveis anormalmente altos e as matérias-primas se apresentarem em níveis anormalmente baixos, é possível pagar? A resposta é não. Agora, esta é uma construção teórica. Não é esta teoria que estamos vivendo na prática. Na prática, nós vivemos, no Brasil, uma situação diferente. É que o Brasil, diferentemente de muitos outros países — nós vamos examinar apenas o nosso caso — efetivamente investiu o dinheiro que tomou emprestado. De sorte que é graças a estes investimentos que foram feitos que estamos tendo condições de ter um extraordinário desempenho na balança comercial externa. Nenhum outro país do Mundo — do Terceiro Mundo, do mundo subdesenvolvido, do mundo em desenvolvimento — tem apresentado os resultados de balança comercial que nós temos apresentado e muito menos o percentual de produtos manufaturados, em relação às matérias-primas. V. Ex^a vê que, hoje, o Brasil já apresenta mais que 60% do total das suas exportações em produtos manufaturados, portanto, tirando em parte desta dependência dos preços das matérias-primas dos mercados internacionais. De modo que, para lhe dar uma resposta, em teoria, a sua pergunta poderia ser respondida negativamente, quer dizer, não há condições de pagar a dívida, mas, na prática, analisando-se a situação brasileira, deve-se dizer que, até o momento, os dados disponíveis não nos autorizam uma resposta negativa. É bem verdade que não é, por outro lado, de se esperar que o Brasil, sem uma limitação de tempo, fique sem obter qualquer refinanciamento externo, a pagar a totalidade dos juros devidos, portanto, a exportar mais de 10 bilhões de dólares de suas poupanças. Isto aí, certamente, dentro de uma normalização de mercado é uma situação que não deve estender-se por muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Senador Carlos Lyra.

O SR. CARLOS LYRA — Sr. Presidente desta Comissão, Senador César Cals, Sr. Presidente do Banco Central.

O nobre Senador João Calmon passou-me a tarefa de fazer suas perguntas, como Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Tinha S. Ex^a uma audiência com o Presidente José Sarney, e este foi o motivo da sua ausência.

Passo, então, Sr. Presidente, a fazer as perguntas do Relator desta CPI.

É tema permanente de controvérsia o volume da dívida externa do Brasil. Como não devemos ser nem ufanistas delirantes nem arautos da catástrofe, eu pediria, como Relator desta CPI, que o Banco Central nos enviasse completas informações do total da nossa dívida externa com relação aos empréstimos para investimentos da mais alta prioridade para o desenvolvimento do País, o que tornou possível o aumento espetacular de nossas exportações e a redução das nossas importações. Esta é a primeira pergunta.

No total de nossa dívida externa geral, qual o total destinado às obras de interesse nacional e qual a destinação de cada uma? Isto é uma solicitação. Aliás, a segunda.

Qual a posição, diante da informação de que o total da dívida externa de 18 bilhões de dólares jamais entrou no Brasil, conforme revelação feita e ontem pelo Chefe da Divisão de Pagamento do Banco Central, Sr. Paulo Jean — de acordo com recorte anexo.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao Dr. Fernão Bracher.

O SR. FERNÃO BRACHER — Não conheço esse Chefe do Departamento... Em que jornal está isso?

O SR. CARLOS LYRA — O Dr. João Calmon deixou aqui comigo...

O SR. — Às vezes aquilo que o jornal diz e o que dizemos é mera coincidência!

O SR. CARLOS LYRA — Sr. Presidente, acho que esta pergunta não deve ter resposta imediata. Pelo jeito são informações.

O SR. FERNÃO BRACHER — Mas eu só posso lhe dizer que certamente há uma impropriedade técnica. Acredito que o nosso funcionário, Sr. Jean, não tenha feito essa declaração, deve haver uma infelicidade no entendimento das declarações dele. Em segundo lugar, tecnicamente, é impossível ter ocorrido isso que aí está dito, porque a dívida só existe na medida em que é registrada. Para ser registrada, é necessário que os dólares tenham sido vendidos. De modo que, necessariamente, toda dívida brasileira, por uma necessidade física, entrou no País. De modo que me parece haver uma impropriedade provavelmente conceitual e física na declaração. Poder-se-ia dizer que, posteriormente, os investimentos aqui realizados por ela foram bons ou não. Aliás, gostaria de fazer esse comentário à solicitação que nós é feita pelo Senador, no sentido de que me parece um pouco difícil esta categorização e, data máxima venia, um pouco, não levaria ao atingimento dos objetivos a que se desejaria atingir, porque, na realidade, a poupança interna se acrescenta à poupança externa e, então, é necessário verificarmos onde a poupança interna foi aplicada durante esse período de tempo, porque ela resultou do somatório dos investimentos no País. Então, foi a existência desse fluxo adicional de poupança externa ao País que permitiu, ao longo desses anos, se realizarem investimentos globais, nos montantes em que foram realizados. De modo que a comparação parece-me deve ser feita, entre os montantes investidos nas obras e o montante da dívida, sem necessariamente procurar-se a ligação de um com o outro, porque as duas se ligam necessariamente macroeconomicamente.

O SR. CARLOS LYRA — Antes de passarmos a palavra ao Presidente, para que encerre, quero dizer, como substituto eventual do Relator, da minha satisfação pela brilhante exposição e também elogiar nossos Pares, principalmente o Senador Roberto Campos pela aula que aqui nos deu, as perguntas inteligentes do Senador Virgílio Távora e do Senador Milton Cabral.

Senador Roberto Campos, em passant, pergunto a V. Ex^a, a última vez que estive nos Estados Unidos, assisti a um debate Paul Volker no Senado. Ele chegou com "M". Então, perguntou-lhe um Senador: Sr. Paul Volker, o que quer dizer "M"? Ele respondeu: I don't know exactly, I have the idea, deve ser "MQ". Isso estou lembrando, para dizer que para mim a verdade é aquilo testado pela experiência. E, como é muito subjetiva toda essa parte econômica, acho que o plano cruzado em 45 dias é uma realidade nacional.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Antes de encerrar, passo a palavra ao Senador Milton Cabral, que deseja fazer uma observação.

O SR. MILTON CABRAL — Não queria estender mais este debate, mas apenas deixar uma encomenda com o ilustre Presidente do Banco Central, para que nos remetesse a explicação com justificativa técnica sobre as duas questões que vou colocar — digo com justificativa técnica, porque não sou economista, sou engenheiro e precisamos ter as coisas bem explicadas, para que possamos entender melhor: com a estabilização da moeda, agora, quando será praticado o câmbio único no País? É inconveniente manter a separação entre o câmbio oficial e o câmbio livre?

Quando, anteriormente, se falava sobre a internação dos dólares de brasileiros depositados no exterior — porque se comenta muito que existe uma fortuna colossal, não sei quantos bilhões de dólares, esses são os comentários que ouvimos — o grande obstáculo era exatamente a falta de uma estabilização no País. Pergunta nº 2: se essa estabilização está conquistada, é possível haver uma mudança dessa política para que os dólares, os recursos de brasileiros depositados no exterior retornem ao País com segurança e tranquilidade?

Eram essas as duas questões.

O SR. FERNÃO BRACHER — Senador, permita-me, eu serei rápido nas considerações sobre elas, porque são questões de tal maneira complexas que respondemos rapidamente ou, então, passamos o dia sobre elas discorrendo, mas talvez eu possa tentar fazer um esforço de concisão para atender à sua solicitação.

No nosso entendimento, nós temos um câmbio único no País. O único câmbio é aquele que é oficial, em que compra dólares no valor de 13,77 o cruzado o dólar. V. Ex^a possivelmente estará fazendo referência ao mercado paralelo. O mercado paralelo é um mercado que tem a mesma existência, que tem a nota fria no comércio.

É um mercado ilegal, é um mercado alimentado pelo quê? Por operações ilegais, por superfaturamentos, por fraudes fiscais, no sentido do dinheiro sobre o qual não se paga imposto. Este é o grosso do mercado paralelo e é um mercado realmente marginal. O mercado paralelo também serve para eventualmente atender a pequenas necessidades, muitas vezes legítimas, de válvulas de escape que ou não existem ou foram fechadas. Como, por exemplo, a listagem de um adicional de viagem ou a necessidade de uma remessa para compra de um determinado bem ou uma assinatura de um livro, enfim, mas são razões efetivamente marginais.

O cruzado é uma moeda não conversível, moeda não conversível significa que evidentemente do que ocorre com o dólar americano, como franco suíço, onde V. Ex^a vai a um guichê de um banco, pede para trocá-lo por uma outra moeda e é feita sem nenhum outro elemento, a não ser a própria moeda. No caso do cruzado, V. Ex^a necessita acompanhar o pedido de troca de moeda com alguma autorização, com algum papel, com algum requisito qualquer. Se V. Ex^a só usa cheque para viajar, V. Ex^a deve acompanhar o seu passaporte a sua passagem; se for para pagar ao exterior, a sua guia de importação e a comprovação de que a mercadoria entrou, e assim por diante...

A legislação cambial brasileira se fez, ao longo do tempo, uma pragmaticidade que as coisas exigiram, mais ou menos se formam uma colcha de retalhos e há algumas deficiências próprias de uma legislação não estruturada e também da própria realidade das coisas, que nem sempre se deixa capturar pela Lei.

De modo que este mercado paralelo que existe que eu saiba, ninguém sabe dimensioná-lo. Eu tenho feito força para procurar dimensioná-lo, o Banco Central tem feito força, tem perguntado, mas eu creio que mesmo os chamados cambistas ou aqueles que nesse mercado praticam não tenham uma idéia por falta de dados exatamente. Mas tudo nos leva a crer que é um mercado relativamente pequeno. E por ser relativamente pequeno, portanto, sujeito a grandes flutuações, qualquer pedido de compra que entre no mercado, ele joga a taxa lá para cima, qualquer fator de oferta de recurso que vem ele joga o mercado para baixo; quer dizer é um mercado que realmente tem muito pouca utilidade ou nenhuma utilidade como parametração da taxa cambial efetiva. Querer acabar com o mercado paralelo é a mesma coisa que querer acabar não digo com o jogo do bicho, mas eu diria, com a sonegação fiscal. É um objetivo permanente da autoridade.

O SR. MILTON CABRAL — Então, não seria vantajoso.

O SR. FERNÃO BRACHER — Não, eu estou dizendo que é impossível acabar com ele, mesmo porque causa... E esse mercado paralelo V. Ex^a vê em todos os países onde V. Ex^a vê uma moeda não conversível, em todos. Não há nenhum país com moeda não conversível onde o Sr. não tenha, ao mesmo tempo, um mercado paralelo. A alternativa que nós teríamos é da plena conversibilidade ao cruzado. O que é um exercício muito mais difícil, todo o nosso escalonamento da nossa dívida já deixaria de ter possibilidade de implementação. A Argentina fez isso. V. Ex^a não pode ter, enfim, os vencimentos certos da dívida, porque com o mercado totalmente livre se tem grande dificuldade. Num país em desenvolvimento somos sujeitos a boatos incontroláveis, há corridas, há buscas, há uma necessidade muito grande de volume de reservas para se poder intervir no mercado, manter uma certa estabilidade na taxa de câmbio, coisa que mesmo os países desenvolvidos têm dificuldade na

manutenção de uma certa taxa que os governos mais ou menos acham convenientes. Há grandes discussões a respeito. Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto é a internação dos dólares de brasileiros existentes no exterior. Pelas notícias que se têm, o Brasil é um dos países que menos teve evasão de capitais. E mesmo pelo conhecimento factual que temos da sociedade, das pessoas, o que notamos é que há muitos poucos brasileiros que investem no exterior. Há alguns brasileiros que têm parte, ou uma parte pequena de seus haveres, como diversificação, no exterior, mas não é nada semelhante com aquilo que se sabe que ocorre em outros países, em que há realmente investimentos no exterior, por falta de possibilidade de investimentos no país. E isso se deu, justamente, porque o Brasil, ao longo dos anos, ofereceu melhores possibilidades de investimento no País do que no exterior. Qualquer homem dotado de razoável sentido de negócios percebia que ganhava mais, que lhe era mais proveitoso investir no País que lá fora. Quem investiu lá fora provavelmente perdeu dinheiro, deixou de ganhar tanto quanto ganharia tendo investido no País. De modo que fez mal negócio.

O que é necessário é dar-se uma perspectiva maior de futuro para que venham alguns desses capitais de lá; outros não virão nunca, porque foram por outras razões que não tem nada a ver com a estabilidade monetária.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Agradeço ao Dr. Fernão Bracher e o cumprimento pela maneira clara e competente com que respondeu às perguntas e fez os comentários.

Destaco que o Dr. Fernão Bracher fez um esforço muito grande para estar aqui hoje. Ainda ontem ele buscava uma negociação para adiantar, mas disse-lhe que viesse, porque teria satisfação, já que o Plenário queria informar-se e colocar suas observações. Cumprimento-o e agradeço sua presença nesta Comissão.

A próxima reunião será quarta-feira. Estará aqui o Dr. Mário Bhering, Presidente da ELETROBRÁS.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(LEVANTA-SE A REUNIÃO ÀS 12 HORAS e 25 MINUTOS.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a investigar a gestão das sociedades de economia mista nas quais a união detenha maioria acionária.

30ª REUNIÃO, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1986

Às nove horas e cinquenta minutos, na sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Srs. Senadores César Cals, Presidente, Jorge Kalume, Relator Eventual, Martins Filho, Jutahy Magalhães, Milton Cabral e Roberto Campos, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito "destinada a investigar a gestão das Sociedades de Economia Mista nas quais a União detenha maioria acionária".

Havendo número regimental o Sr. Presidente declara aberta a reunião e convida o Senhor Mário Penna Bhering, Presidente da ELETROBRÁS, para proferir o juramento de praxe.

Com a palavra, o depoente faz sua exposição sobre o setor elétrico.

Antes de facultar a palavra aos Senhores Senadores, o Sr. Presidente solicita ao depoente alguns esclarecimentos.

Na fase interpelatória, usam da palavra, pela ordem, os Srs. Senadores Martins Filho e Milton Cabral.

Finalizando, o Senhor Presidente, agradece a presença do Sr. Mário Bhering, e determina que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação.

ANEXO À ATA DA 30ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1986, DESTINADA A INVESTIGAR A GESTÃO DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA NAS QUAIS A UNIÃO DETENHA MAIORIA ACIONÁRIA, A FIM DE OUVIR O DEPOIMENTO DO SR. MÁRIO PENNA BHERING, PRESIDENTE DA ELETROBRÁS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Cesar Cals
Relator: Senador João Calmon
(Íntegra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Na ausência ocasional do Relator, convindo o nobre Senador Jorge Kalume para servir de relator, e, de acordo com o Regimento, havendo Presidente e Relator, podemos iniciar a tomada de depoimentos do Dr. Mário Penna Bhering.

Declaro, portanto, abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a gestão das estatais em que a União é majoritária.

Hoje, teremos a satisfação de ouvir o Dr. Mário Penna Bhering, engenheiro formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com curso de pós-graduação nos Estados Unidos; e fundador da CEMIG, tendo sido seu Diretor e Presidente, portanto, exerceu as funções de direção desde de 1951 até 1967, quando foi eleito Presidente da ELETROBRÁS, que exerceu cargo de 67 até 1975. Tive a particular satisfação de trabalhar com o Dr. Mário Bhering alguns meses em 75. Foi Consultor da Itaipu Binacional e também Consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento, até que o Presidente Tancredo Neves o levou de novo para Presidente da CEMIG em 1979, onde permaneceu até ser nomeado Presidente da ELETROBRÁS de 1975 até esta data.

Convindo o Sr. Mário Bhering para, de pé, prestar o juramento.

O SR. MÁRIO BHERING — “Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a gestão das sociedades de economia mista, nas quais a União detenha a maioria acionária.”

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Com a palavra o Sr. Mário Bhering.

O SR. MÁRIO BHERING — Sr. Presidente, Srs. Membros desta Comissão, Srs. Senadores, meus colegas da área de energia elétrica: iniciarei fazendo uma rápida exposição, sobre o setor elétrico; muitos dos dados aqui são do conhecimento da maioria dos Srs. especialmente do Senador Cesar Cals, que foi Ministro e Diretor da Companhia.

Esses são os elementos que estruturam o setor de energia elétrica. A ELETROBRÁS é uma empresa *holding*, relativamente pequena se comparada com a PETROBRÁS, uma empresa de mil e oitocentos empregados, criada em junho de 1962 e que tem aquelas principais subsidiárias: a ELETRONORTE, CHESF, FURNAS e ELETROSUL, que são subsidiárias mais de produção, em grosso, de energia e mais duas empresas de âmbito estadual que são a Light e as Centrais Elétricas do Espírito Santo, ESCELSA, que são, vamos dizer, atípicas ao setor, porque, na realidade, a filosofia atual é que a ELETROBRÁS se mantenha apenas na área de grosso, tendendo a ter essas subsidiárias tipo ELETRONORTE, FURNAS, e que negocia, eventualmente, a passagem do controle dessas últimas companhias estaduais para os governos estaduais, como fez, aliás, com a subsidiária AMOFORD. Além disso, ela tem contatos, coordena e participa do capital de várias empresas estaduais, que são designadas como coligadas, com vinte e seis concessionárias. Essas concessionárias vão desde as companhias grandes como a CESP, COPEL e CEMIG, que têm geração, até as companhias que só fazem distribuição, como as companhias do Nordeste e do Norte. Isso aí não dá para se ver devido à distância mas apenas foi feito para mostrar como a ELETROBRÁS funciona; ela participa de um grande número de comitês e entidades para poder coordenar sua atividade. Então, são várias empresas federais e estaduais e vários comitês co-

mo: de planejamento, de operação, relações com a indústria, vários tipos de entidades em que temos um interrelacionamento constante e uma das características dessa administração tipo *holding* da ELETROBRÁS, é um sem número de reuniões e de comitês, é uma companhia que não possui propriedade, ela é dona de outras companhias, ela é basicamente um banco que empresta dinheiro, coloca capital e faz planejamento e controle e supervisão operativa.

Esse é o potencial hidrelétrico do Brasil, acredito que seja bem conhecido dos Srs. O que é importante notar desse mapa é que grande parte desse potencial do Centro-Oeste e Nordeste está utilizado ou em processo de utilização. Realmente, onde há muita energia ainda disponível, que é essa cor rosa, na Amazônia, então, grande parte do suprimento de energia elétrica do Brasil até, vamos dizer, a primeira década do próximo século, deverá vir do resto do potencial hidrelétrico disponível no Sul e dos aproveitamentos dos grandes rios da Amazônia, principalmente os afluentes da margem direita que são: o Tocantins, Tapajós, Xingu, que têm um potencial muito grande.

Claro está que o Brasil tem um potencial hidrelétrico da ordem de 213 milhões de quilowatts disponíveis, dos quais ele já captou cerca de 42 milhões, mais ou menos, e está em processo de captação de outros 40. Nem toda essa energia disponível, esses 120 milhões de quilowatts, que ainda faltam, serão possíveis de captação, porque há muitos problemas que vão interferir, problemas de natureza econômica, ecológica e técnica. A energia hidrelétrica que é limpa, não polui, tem uma série de vantagens, entretanto, a formação dos reservatórios apresenta problemas de outra natureza. Hoje é muito difícil fazer uma barragem com uma grande inundação numa região altamente habitada ou que possua um desenvolvimento agrícola muito grande. Então, temos problemas, por exemplo, no aproveitamento do rio Uruguai, no Sul, em que há grandes plantações de soja; no projeto de Ilha Grande, que inundará muita parte agrícola, e no Norte, na Amazônia, temos problemas de natureza ecológica, da floresta, dos índios, da fauna, da necessidade de retirar os animais de dentro do reservatório, como ocorreu em Tucuruí e do problema da inundação da floresta, como há perspectiva em Balbina; enfim, quero dizer que a hidroeletricidade não resolve tudo. Então, parte desse plano para frente compreende uma participação importante das usinas a carvão do Sul e do programa nuclear brasileiro, que depois podemos conversar sobre esse que é um problema, hoje, de difícil solução.

Em 1985, nesse ano que terminou, a produção do Brasil foi mais ou menos, 180 bilhões de quilowatts/hora, o consumo de 170, o Brasil gerou 92% de sua energia hidráulica, 1,8 carvão e, apesar dos percalços de Angra I, ela gerou 1,8%, quer dizer, a geração da Usina Nuclear Angra I, apesar dos problemas, foi igual à geração de todas as usinas a carvão do Sul, que mostra que uma usina nuclear, depois que ela entra em funcionamento, é uma fonte de quilowatt hora muito importante, porque ela opera continuamente e fornece muita energia. Compramos de Itaipu, que é parte nossa e parte do Paraguai, 3% da energia, 3,2.

Quer dizer, esta compra de Itaipu tenderá a crescer percentualmente, e, depois, vai diminuir. Quando Itaipu tiver todas as máquinas funcionando, vai gerar 70 mil gigawatts/hora. É claro que, nessa ocasião, a produção geral do Brasil não será 180, será muito mais que isso.

Outra coisa que é característica do Brasil é que seu consumo industrial é altíssimo. Os Senhores vêem, o residencial representou 17%, o comercial, 9%, a indústria levou quase a metade dessa energia. O Brasil tem uma economia, hoje, em que o conteúdo de energia elétrica é altíssimo, por causa do alumínio, do ferro-liga, dos fertilizantes. Então, na realidade, têm sido dito várias vezes, o Brasil, nas exportações que está fazendo de alumínio, de ferro-liga e de aço, está na realidade exportando um percentual da sua hidroeletricidade. Estamos em escala de desenvolvimento intermediária. Antigamente, exportávamos minério, em grande parte, café e outros produtos. Hoje, estamos exportando produtos semiindustriais. O ideal seria que, em vez de exportar todo esse alumínio estivessemos exportando outras coisas feitas com o alumínio. Este é um dos problemas que inquietam o Governo e o setor elétrico: até quando devemos usar essas tarifas subsidiadas para fazer alumínio? Um assunto que tem sido discutido muito no passado, e o Senador

César Cals conhece bem o assunto, o Dr. Miguel, que está aqui, sabe quais são as implicações de a Eletronorte gerar energia a um preço, e vender para o alumínio a um preço bem mais baixo. E o Brasil é um dos grandes produtores de alumínio. O ideal seria que parte desse alumínio virasse outras coisas, virasse lata. Porque só ficar exportando alumínio para ser industrializado no Japão e na Europa, não é um negócio muito bom.

As características regionais são também conhecidas.

A Região Sudeste tem um dos índices mais altos, o *per capita* é de 1.850, que é comparável com alguns países, já a nível da Espanha e da Argentina; e o Sul tem um *per capita* de 1.000 e, depois, baixa o consumo *per capita* no Nordeste, que é de 600, e no Norte, que é de 400. Se bem que esses *per capita* são sujeitos, também, a certas deformações. Por exemplo, um grande bloco de usina de alumínio que entre no Maranhão fará subir o *per capita* daquele Estado de uma maneira anormal. Isso não significa que o consumidor residencial daquele Estado esteja consumindo num nível parecido com o do Sudeste. Aquilo é um ponto que depois tende a equilibrar-se, mas há esse tipo de deformação.

A participação da energia elétrica na energia total é um fato importante. O Brasil, há alguns anos, tinha uma participação muito importante do petróleo, era, portanto, muito vulnerável. A proporção que o choque do petróleo foi tornando a situação mais difícil, não só a biomassa entrou para reduzir o coeficiente do petróleo, como a eletricidade entrou de maneira crescente, e calcula-se que, hoje, mais de 1/3 do consumo energético brasileiro seja suprido pela participação da energia elétrica. Nem todo esse terço é hidro, mas a maior parte dele é hidro. Uma parte dele é carvão, que vira eletricidade, e uma parte é nuclear, que vira eletricidade. Isso é bom, de uma maneira geral. A tendência do mundo é isso mesmo, aumentar a participação da energia elétrica e depender menos do petróleo. Embora o petróleo atualmente esteja em baixa, todos os especialistas acham que isso daí é algo que pode durar um tempo, mas que depois ele sobe o preço outra vez.

Agora, vamos falar um pouco sobre o que aconteceu com o setor elétrico e com o Brasil, de uma maneira geral, nestes últimos anos e, realmente, isso é extremamente preocupante. O que aconteceu é que aquela linha amarela, o consumo, continua a crescer. O investimento, de uma maneira geral, começou a cair. Os recursos próprios, que são decorrentes da venda de energia, portanto, da tarifa, vêm caindo desde de 1975 de maneira acentuada. Houve alguma recuperação entre 1980; 1981, 1982, depois caiu outra vez. E a dívida do setor aumentou de uma maneira espantosa, passando de 100, em 1973, para 1.100, em 1984. Esse endividamento do setor foi causado pelo fenômeno de que nós usamos demasiado os empréstimos externos para suprir deficiências de recursos internos. Esta ainda é a situação hoje. Mesmo sabendo que essa é a situação, no início do Governo José Sarney, houve uma tendência, primeiro, para conter a inflação contendo os preços de energia elétrica; e, depois, agora, com a nova legislação do pacote econômico, os preços ficaram congelados. Então, o que vai ocorrer. Para poder financiar a expansão nós vamos ter de contar com recursos do capital do Tesouro mais empréstimos externos, e, ao mesmo tempo, acertar com a União uma rolagem desses empréstimos externos. Grande parte desses empréstimos externos foi contraída pela União para resolver problemas dela, inclusive de balanço de pagamentos. Foram as famosas “operações casadas” dos pacotes, em que se compravam equipamentos e o grupo de países que recebia aquela encomenda adicionava um empréstimo, que era o dobro do daquele equipamento, para o Tesouro Nacional utilizar. E isso foi feito com muita intensidade no Governo Figueiredo, e chegamos a essa enorme dívida. O setor, hoje, tem uma dívida da ordem de 15 bilhões de dólares, se incluirmos Itaipu, o que é maior do que a dívida do Peru. Evidentemente que uma curva como essa é a curva parecida com a curva do Brasil, só que o Brasil tem uma curva dez vezes maior.

A tarifa média, em moeda constante, caiu. Os Srs. vêem que, hoje, nós temos uma tarifa média de 167 cruzeiros, em 1985, quando a tarifa média, em 1975, era de 269 cruzeiros. Quer dizer, realmente, viemos com uma queda quase que constante, tivemos uma recuperação em 1980 1981 e 1982, depois a tarifa continua caindo. E hoje continua caindo, também. Isso afetou a rentabilidade

de setorial, que despencou dos 10, 12% para um nível, atualmente, entre os 4 e 5%.

Aqui se verifica o que ocorreu.

Se nós considerarmos os anos desse decênio, o IGP evoluiu de 128 para 118 mil. A energia elétrica foi reajustada na metade do índice do IGP: passou de 136 para 52, a residencial. A energia elétrica industrial acompanhou um pouco o IGP, um pouco menos. O GLP, também, junto com a energia elétrica residencial foi fortemente subsidiado. São os dois que menos cresceram, por motivos de impacto social. A energia elétrica residencial, 52 mil, contra um IGP de 118, e o GLP 62. O óleo diesel cresceu mais do que o IGP, e o óleo combustível, muitíssimo mais. Então, realmente, o problema do setor elétrico está expresso nessas curvas e nesses índices de crescimento que foram insuficientes por várias razões.

A situação física econômica do setor é essa que está aí e que faz parte do PRS: indisponibilidade de recursos financeiros para acompanhar um crescimento muito elevado, da ordem de 9 a 10% ao ano; um endividamento externo muito grande, ao mesmo tempo o crescimento está aumentando, 12,4, em 1984, 11% em 1985. E nós estamos com níveis de racionamento elevados, por falta de investimento e por hidrologia desses (inaudível), principalmente no sistema Sudeste/Sul, e, a partir de 1987, 1988, no Nordeste. Temos muitas obras atrasadas por falta de recursos, principalmente linhas de transmissão. O setor participou muito, no passado, em cargas especiais, quando foi necessário conter o aumento de derivados de petróleo, e, hoje, essa participação terá que ser suspensa, porque a situação do petróleo melhorou, bem como o balanço energético brasileiro e nós precisamos de mais recursos de origem interna. A contenção de tarifas fez com que o investimento caísse para cerca, diz ali, de 3,4%. Nós achamos que em 1986 — eu estive conversando com o diretor do DINAM — ele deve estar entre 4,5 e 5% de rentabilidade. E espera-se que no ano que vem isso suba um pouquinho para 6%, que ainda é insuficiente, mas bem melhor do que a situação atual. Então esse o retrato do setor, hoje, retrato extremamente preocupante.

Bom, vamos olhar um pouco para a frente. Existe um plano em andamento, esse plano foi calçado em vários estudos do passado e, nesses estudos, as hipóteses de crescimento do Brasil e as hipóteses máximas e mínimas podem conduzir a situações extremamente diversas. Se nós estamos, neste momento, em 1986, e tentamos saber o que vai ocorrer com o consumo de energia elétrica no ano 2.000, que afinal de contas não está tão longe, está de hoje a 15 anos, se nós utilizarmos um crescimento de taxas altas, digamos 12%, no ano 2.000, nós vamos precisar gerar quase 800.000 GW/h, que é um número enorme. Se nós fizermos uma média, já baixa para 500, se nós adotarmos hipótese de crescimento econômico mais baixo, com taxas mais baixas, nós reduziremos ainda mais. O PRS atual adotou essa hipótese, que fica entre a média e a baixa. E nós estamos fazendo um novo estudo para substituir esse plano 2.000, que provavelmente vai dar um resultado entre esse e essa projeção do GCPS, que é o grupo de planejamento feito em 1983. Agora, esses erros e as incertezas do planejamento futuro nós temos cometido no Brasil, os Estados Unidos, todos esses países têm cometido, também, porque é muito difícil. É necessário ir revendo esse planejamento de 5 em 5 anos para poder ajustar. Um dos problemas resultantes do acordo nuclear é que foi adotado pela NUCLEBRÁS e pelo Governo Geisel uma hipótese máxima correspondente àquela alta, o que dava a necessidade de instalação de um número enorme de usinas nucleares. Hoje, com as hipóteses que existem, o número de usinas nucleares necessárias até o ano 2.000 é muito menor, de modo que os próprios fundamentos do programa nuclear estão sendo revistos atualmente pela NUCLEBRÁS e pelo Governo.

Olhando até 1989, nós devemos elevar nossa capacidade instalada de 43 milhões de kw no fim deste ano para 57 milhões de kw, com um incremento anual que valia ali em torno de 3 a 4 milhões de kw por ano. Esse é o programa atual com obras que estão em andamento, quer dizer, é um programa quase certo de ser cumprido, a menos que exista problema financeiro agudo.

Quais são essas obras que devem estar prontas até 1989? São basicamente as obras que estavam em construção anteriormente. É motorização quase total de Tucuruí até 1989, colocar Itaipu na linha em fins de 1987, colocar as máquinas todas, terminar Balbina, ter-

minar Samuel, colocar 12 máquinas de Itaipu, todas as máquinas de Itaipu praticamente até 1989 e as usinas de São Paulo, também: Rosana, Taquaracú, Três Irmãos e mais a Térmica de Presidente Médici. Essas não são as únicas obras que estão em construção, são as que entrarão em funcionamento, em geração, até 1989. E mais todo sistema de corrente alternada, corrente contínua de Itaipu, e o sistema de transmissão de 500 kw de Tucuruí. Agora, na realidade, isso não é possível, vamos botar extra, isso é apenas para mostrar que todo esse programa físico de obras deverá ser iniciado e começar a gastar dinheiro em 1989, porque nesse período nós temos necessidade de iniciar novas obras, como Nova Ponte, no Sudeste, como Capim Branco; prosseguir a Nuclear II e III.

Essas aí são as obras que estarão gastando dinheiro no período de 86/87/88 e 89, mas muitos delas só entrarão em funcionamento depois de 1989. Tem térmicas a carvão no Sul, como Jorge Lacerda IV, Presidente Médici etc., tem as usinas nucleares previstas para 1992 e 1996, são módulos importantes e uma série de outras obras, no rio Uruguai, como a Itá, Da. Francisca, no Rio Grande do Sul, Segredo, no Iguaçu, e mais obras na área da CHESF e da ELETRONORTE, como Xingó, uma grande usina, e outras usinas também no Norte do País, que estão indicadas aí, além de algumas usinas térmicas, menores, mas de importância regional muito grande para a Amazônia, Rondônia e Roraima.

Isso tudo foi reestimado agora em cruzados e discutido com o Banco Mundial, com o Banco Interamericano e com as nossas autoridades, o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento, e resultou nessa previsão de que o programa revisto custará no período 1985/1989, deve custar 350 milhões a dólar de cruzado, 13,84. Está em um investimento médio aí de 4 a 5 bilhões de dólares por ano. Muito dinheiro, mas temos de pensar que é muito difícil reduzir isso, pelas razões seguintes: se o Brasil tem quarenta e tantos milhões de Kw e está crescendo quatro milhões de Kw por ano,... (inaudível)... todo mundo sabe que pelo menos mil dólares vai gastar por ano, porque quatro mil Mw vezes mil dólares por Mw que é pouco, dá quatro milhões de dólares. Na realidade, deveria até gastar mais. O Banco Mundial achou que esse programa é modesto, porque foi feito com hipóteses de carga média do setor de crescimento, de carga relativamente modesto. Mas o pessoal do Planejamento e da Fazenda pressionou fortemente para a redução do programa. Hoje esse programa é considerado apertado, de mínimo. Muitas obras aí, o Dr. Miguel sabe, foram adiadas, obras necessárias tanto de geração como de transmissão por falta de mais recursos. De onde virá esse dinheiro previsto? O dinheiro para 1986/1987 está mais ou menos equacionado do seguinte modo: o Banco Mundial e o BID deverão entrar com uma participação relativamente alta nesse programa. O número final não foi ainda acertado, mas é qualquer coisa entre 1,4 e 1,8 bilhões de dólares por ano. E o Governo Federal entrará com recurso de capital também ponderável, para cobrir o déficit tarifário resultante do congelamento de tarifas. O Governo Federal deverá entrar sobre vários processos. Um processo é ele ficar com algumas das dívidas que o setor contraiu, principalmente aquelas que contraiu por conta da União. Então, ele assumiria parte dessa dívida. Uma coisa que melhorará a situação do setor é que alguns desses empréstimos do Banco Mundial, talvez do BID, entrarão como dívida do Tesouro, e serão repassados ao setor elétrico em forma de capital. Isso melhora muito o balanço capital/empréstimo, porque a ELETROBRÁS e as suas empresas estão com dívidas demais em relação a recursos próprios.

Então, é basicamente isso que está sendo discutido, foi acertado em princípio, mas existem alguns detalhes ainda em discussão. Espera-se que o primeiro contrato com o Banco Mundial, no valor de 500 milhões de dólares, ou 400 milhões de dólares, e que seriam todos eles, vamos dizer, destinados à capitalização setorial via Tesouro, seja assinado em junho deste ano; quer dizer, negociado em maio e assinado em junho. E há várias pressões para que isso ocorra, não só nós necessitamos muito desse recurso, como o Tesouro brasileiro precisa muito, porque seria um recurso em dólar de moeda nova, no momento em que o Brasil está recebendo só rolagem de dívida, e não está entrando nenhum dinheiro novo nesse período. Quer dizer, o Governo está fortemente interessado em que o Brasil conclua essa negociação nesse período.

Então, em linhas gerais, a situação é essa. Agora, existe um problema aqui — principalmente o Senador César Cals teve esse problema durante o Governo passado, e nós herdamos — é como financiar aquelas nucleares dois e três. Porque aqui dentro desse tema todo, elas estão incluídas no esquema, mas o recurso para NUCLEBRÁS não está equacionado, e todo mundo sabe que a NUCLEBRÁS não tem geração própria, e é muito difícil a NUCLEBRÁS levantar recursos externos. Então, para prosseguir ANGRA II e III, que são duas usinas importantes, de 1 milhão e 200 mil quilowatts; elas são necessárias, realmente, que entrem nos períodos previstos, isto não está equacionado de uma maneira correta, e o Governo incumbiu um grupo de industriais e de técnicos para preparar um relatório sobre a situação da NUCLEBRÁS, relatório esse que foi entregue, foi noticiado ao Presidente da República na semana passada, e por enquanto nós não sabemos exatamente o que o relatório recomendou; sabemos que recomendou o prosseguimento de ANGRA II e III, nós todos sabemos que o equipamento todo da II e da III está empilhado aí no Brasil — turbina, gerador, condensador, tudo isso, e que a obra civil se arrasta por falta de recursos. Então, esse é um dos problemas complicados do setor elétrico.

Então, são essas notícias assim, muito rapidamente, que eu tinha para dar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Cals) — Alguém deseja fazer alguma declaração?

Antes de passar a palavra ao Relator, uma vez que o Senador Martins Filho tem um compromisso em outra Comissão, nós Senadores pertencemos a 6 ou 7 Comissões ao mesmo tempo.

Mas eu faria algumas perguntas ao Dr. Mário Bhering, a quem quero cumprimentar pela maneira como expôs o seu profundo conhecimento do setor, é claro que um homem que desde 1951 está ligado ao setor conhece não só a história, mas os porquês, não só know how, mas o know why. De maneira que nós queremos cumprimentá-lo pela maneira clara e objetiva como fez a sua exposição.

Eu tenho algumas indagações, que não são minhas, mas ao longo da comissão, algumas dúvidas foram levantadas sobre o setor de energia elétrica, e outras são minhas, de maneira que faço indagações porque nós temos de apresentar um relatório sobre a participação da União nas Estatais.

A primeira indagação, é sobre o que mencionam os jornais, e foi objeto de um discurso ontem, de um pronunciamento no Senado do Senador Gabriel Hermes, Presidente da Comissão de Minas e Energia, sobre o Programa Nuclear. Os jornais noticiaram que as subsidiárias da NUCLEBRÁS, inclusive no ramo industrial, fabricação de elementos combustíveis, enriquecimento, a própria NUCLEP, elas passariam para a ELETROBRÁS. O nobre Senador Gabriel Hermes mostrou a sua perplexidade com relação às notícias nesse relatório.

Eu pergunto o seguinte: por lei, qual é o objetivo da ELETROBRÁS? É suprir de energia elétrica? Poderia a ELETROBRÁS, sem modificação da sua lei, entrar no ramo industrial como esse de enriquecimento, fabricação de elementos combustíveis, fabricação de componentes pesados, de reatores, estaria dentro do escopo da ELETROBRÁS? Inicialmente seriam essas as perguntas.

O SR. MÁRIO BHERING — Vamos por parte, porque isso é muito importante.

Como o nobre Senador sabe a ELETROBRÁS iniciou-se por uma lei do tempo de Getúlio Vargas, onde a ELETROBRÁS é uma empresa total de transmissão, geração e distribuição de energia, e até para fabricar equipamentos. Essa lei foi modificada durante 10 anos. A carta de Vargas diz: "a ELETROBRÁS foi obstada ao desespero". O projeto da ELETROBRÁS ficou no Congresso Nacional retido por várias forças e só foi, realmente, sancionado muito tempo depois. Hoje, a ELETROBRÁS não tem mais nenhuma dessas atribuições; como disse o nobre Senador Cesar Cals, a função dela é produzir, financiar energia elétrica. Eu tenho a impressão de que está havendo uma certa confusão nesse noticiário. O que me parece que está sendo discutido é que a parte de engenharia, planejamento e construção de centrais passasse para o setor elétrico, mas de fabricação não, não tem sentido. A parte de fabricação poderia se

discutir se vai ou não para a indústria privada, isto sim, mas para a ELETROBRÁS não. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — A segunda indagação é pessoal.

A esta altura do conhecimento de como opera o setor, como V. S.^a vê o problema da eletrificação rural que está de certo modo, entregue ao Ministério da Agricultura, através das cooperativas de eletrificação rural, V. S.^a acha que essa política deve ou não ser modificada?

O SR. MÁRIO BHERING — Essa é uma pergunta para o Ministro Sayad, que está sendo discutida há 10 anos.

Em alguns Estados do Brasil, a eletrificação rural, através de cooperativas, foi um sucesso, Rio Grande do Sul, parte de Santa Catarina e o Estado de São Paulo, mas em outros lugares não funcionou, e as companhias de eletricidade, principalmente as estaduais, a CEMIG e a COPEL são exemplos recentes, elas praticamente tomaram para si todo o programa de eletrificação rural, e passaram a executar todas as redes rurais com recursos próprios e com recursos do Banco Mundial e do BID, e com recursos de terceiros.

Então, no momento não existe, continua a não existir, vamos dizer, uma diretiva clara. O Ministro Aureliano Chaves criou, agora, um grupo para poder estudar de novo e equacionar como deve prosseguir o programa. Considerando o êxito do programa da CEMIG e da COPEL, que ligaram 70 mil fazendas e propriedades rurais num período muito curto, e com a participação muito menor do fazendeiro, do usuário, 2/3 foram financiados pela empresa, diretamente, ou com empréstimo do Banco Mundial, a ELETROBRÁS está preparando um novo projeto que inclui vários Estados e várias companhias estaduais para a eletrificação rural. Então, o que acho é que podem coexistir as duas soluções, dependendo da formação econômica em algumas dessas áreas. Pode ser que a solução que se aplique em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul continue a ser em grande parte através de cooperativas, e que em Minas Gerais, no Paraná e na Bahia sejam feitos, basicamente, pelos sistemas da COELBA, da CEMIG e da COPEL. É em nenhum momento está definido, a não ser que o diretor do DNAEE queira acrescentar alguma coisa sobre essa situação.

Tem mais alguma coisa, Getúlio, do que essa definição?

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Antes de prosseguir nas minhas indagações, passo a palavra ao nobre Senador Martins Filho.

O SR. MARTINS FILHO — No quadro referente ao consumo de energia de 85, V. S.^a diz que o setor industrial consumiu 48,8%. Desse total, seria possível o senhor nos esclarecer quanto foi consumido pela indústria de alumínio?

O SR. MÁRIO BHERING — Não tenho exatamente o total da indústria do alumínio, mas posso lhe dar depois.

Quanto que você acha, Miguel, que ela consumiu de quilowatt/hora, no ano passado? Você tem idéia?

O SR. MIGUEL RODRIGUES NUNES — Olha, não é um número muito significativo, mas alguma coisa abaixo de 10%. Está naquele relatório.

O SR. MÁRIO BHERING — Uns 10% talvez, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Por falar em indústria de alumínio, aqui há uma pergunta decorrente do depoimento do Dr. Antônio Ermírio de Moraes. Então, eu gostaria de um esclarecimento a esta Comissão, se a energia subsidiada para o setor de alumínio, pela ELETRONORTE, ela é compensada pela reserva global de garantia? Gostaria de que o Sr. Mário Bhering me respondesse.

O SR. MÁRIO BHERING — É o seguinte: no Brasil o preço da energia de alumínio da ELETRONORTE é um; o preço pelo qual a ALCOA está comprando energia da CEMIG, em Poços de Caldas, é completamente outro — porque, tendo havido uma equalização tarifária, o preço da energia que a CEMIG vende à ALCOA, que é uma companhia, vamos dizer, prima dessas daqui, é muito mais alto.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Mas foi decidido integrar a Amazônia com a população economicamente ativa. Quero saber se a reserva global de garantia cobre a diferença de receita que a ELETRONORTE teria com o subsídio da energia para as indústrias de alumínio no Norte do Brasil.

O SR. MÁRIO BHERING — Deixa o Sr. Miguel responder, porque ele sabe mais do que eu.

O SR. MIGUEL RODRIGUES NUNES — Cobre contabilmente. Para um nível de remuneração, no caso da ELETRONORTE, zero por cento.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Cobre contabilmente.

O SR. MÁRIO BHERING — Contabilmente, dentro de uma rentabilidade baixíssima.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Pergunto ao Dr. Mário Bhering se faz suas as palavras do Presidente da ELETRONORTE, Dr. Miguel Rodrigues Nunes.

O SR. MÁRIO BHERING — Ele tem razão. Cobre contabilmente, mas o Ministro sabe que a reserva global de garantia, no momento, é uma solução em crise — porque São Paulo, principalmente a ELETROPAULO, deixou de recolher e então criou uma crise seriíssima, com que nós todos estamos preocupados. O que significa que recursos que entram na ELETRONORTE, não estão entrando.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Quero explicar que o Dr. Antônio Ermírio de Moraes foi contra a energia subsidiada, e eu mostrei que ele também tem indústria no Maranhão com energia subsidiada, porque a tarifa única, a equalização de tarifa tira do bolso de um para o bolso de outro. Não tem recursos inventados, parece claro, porque foi uma decisão de Governo de fazer a integração da Amazônia com população economicamente ativa.

Agora uma pergunta minha: V. S.^a entende que para um sistema radial como o do Nordeste, linhas de 740 km, ou mais, caberia ou não uma usina na ponta da linha, na outra extremidade da linha, ou acha que deve ficar só na base do complexo hidrelétrico São Francisco e o complexo hidrelétrico de Tucuruí? Não caberia, por exemplo, lá em Fortaleza, ou coisa semelhante, uma usina para fornecer energia? Inclusive por questões de segurança das longas linhas de transmissão.

O SR. MÁRIO BHERING — Bom, ali é uma questão de recursos; tecnicamente, vamos dizer, teria sentido colocar uma coisa desse tipo. No momento, nós mal temos recursos para fazer o programa normal da CHESF com as linhas e duplicar a linha de 500 kw da ELETRONORTE, que está prevista no programa.

Existe uma usina muito interessante, que é na Bahia, Pedra do Cavalo, que foi feita para abastecimento de água — o Sr. conhece bem o problema — e que na qual, ao se motorizar aquela usina, como ela é próxima de Salvador, ela poderia ter esse papel.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Eu digo é na ponta da linha, da longa linha radial; Itaparica, por exemplo, ou Sobradinho ou Fortaleza.

O SR. MÁRIO BHERING — É, mais ali não tem usina, a não ser que fosse uma usina térmica, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Ou usina nuclear, por exemplo.

O SR. MÁRIO BHERING — Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Por exemplo: Iguape I, e Iguape II. Poderia crer que é preferível ficar no núcleo de São Paulo, ou em uma ponta de linha como essa?

O SR. MÁRIO BHERING — Isso nós temos que estudar em detalhe. Eu nem sei se vão fazer Iguape I, Iguape II.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Essas ainda não estão nem aí no programa. Mas, uma usina nuclear no futuro?

O SR. MÁRIO BHERING — EU sei que o Sr. Gostaria, como cearense...

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — O que quero saber é como, tecnicamente.

O SR. MÁRIO BHERING — Tecnicamente, temos que ver onde que essas nucleares serão colocadas no futuro. Isso para se fazer parte desse programa do ano 2000. No momento, acho que não está claro o que que se vai fazer. Eu opinaria de se continuar a fornecer energia para o Nordeste, no momento, com o resto do São Francisco, quer dizer, o Xingó, e as usinas da ELETRONORTE sobre o Tocantins, que são muitas mais baratas — elas custam pelo menos a metade de uma usina nuclear.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Mesmo deixando vulnerável todo o sistema de transmissão.

O SR. MÁRIO BHERING — É, mas aí nós duplicamos o sistema de transmissão.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Bom, e finalmente, como pergunta minha: Crê V. S.^a que a ELETROBRÁS tem capacidade de pagar essa dívida externa? Já foi dito mais ou menos que não, mas eu gostaria...

O SR. MÁRIO BHERING — Não, ela não tem capacidade de pagar essa dívida externa com o nível praticado de tarifas. O Governo Federal terá que ficar com uma parte da dívida, e capitalizar uma parte dessa dívida. Do contrário não é possível; porque, por razões perfeitamente entendíveis, o Governo congelou os preços públicos para combater a inflação — é o grande programa — mas apanhou o setor elétrico em um nível extremamente baixo. Então ele mesmo, Governo, reconhece isso, que ele terá que fazer esse esforço.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Tem a palavra o Sr. Senador Milton Cabral.

O SR. MILTON CABRAL — Sr. Presidente; Dr. Mário Bhering, é uma temeridade fazer a V. S.^a indagações de natureza técnica. Temos que respeitar o grande técnico patricio que orgulha a Engenharia nacional. Vou tentar me limitar a perguntas que são próprias da finalidade desta reunião; porque cheguei atrasado por razões de saúde — não estou passando bem, e tive que fazer uma medicação. Mas ouvi aqui perguntas todas de natureza técnica, e a finalidade da presença de V. S.^a aqui não é para esse assunto, é para debater a gestão das sociedades de economia mista, nas quais as União detêm a maioria acionária.

Confesso ao ilustre depoente que não me preparei para esta reunião por falta absoluta de tempo, e também por razões políticas: há dois dias que o Governador da Paraíba está em Brasília e aí ficamos inteiramente mobilizados, tratando de assunto de interesse do Governo do Estado junto a Ministérios; então não tive tempo de me aprofundar nas questões que poderiam ser debatidas aqui, e aproveitamos a oportunidade de explorar muito a sua presença, o seu conhecimento, a sua experiência.

Mas, lendo os jornais — que uma das obrigações do político é amanhecer o dia, tomar café e depois ler o jornal para saber o que é que está acontecendo no País — vi que tem saído com certo destaque esses últimos acidentes de Angra I. E eu, rapidamente em uma leitura dinâmica, verifiquei que esses acidentes estavam relacionados, comentados pelo menos, à fadiga de pessoal, e à utilização de pessoal desqualificado; quer dizer, pessoal trabalhando no interior de uma usina nuclear, lidando com material radioativo, ou trabalhando em áreas que poderiam ser contaminadas por acidente, ou qualquer coisa desse tipo, mas gente recrutada de empresa fornecedora de mão-de-obra — um assunto que me deixou até espantado! Eu nunca poderia imaginar que no interior de uma usina nuclear entrasse gente contratada de uma empresa fornecedora de mão-de-obra, que é um pessoal recrutado praticamente no meio da rua, e que passa a entrar na usina nuclear! Então isso me fez lembrar as longas discussões que tivemos aqui no Senado, do Programa Nuclear Brasileiro, do qual fui Relator, e que naquela ocasião foram exibidos aqui numerosos casos e todos comprovados, porque foi o que o inquérito comprovou. E eu, como Relator fui obrigado a dizer que a administração de FURNAS falhou consideravelmente na época da construção da usina de Angra I, no início das obras de construção civil e outros fatos relacionados. Enfim, passados alguns anos, lembro-me perfeitamente do começo daquela história da má administração do canteiro de obras, do despreparo da execução de obras com projetos

inacabados, autorização de serviços sem projetos adequados, reformulação de projetos constantemente. Foi um quadro que retardou a construção durante algum tempo, mais de dois anos com aumento de custo, até a intervenção no contrato de uma terceira empresa para ajudar na administração. Agora, para espanto meu, vejo novamente esses dois fatos na imprensa.

Também, naquela ocasião, nós discutimos, face a uma tentativa de criar-se uma estrutura muito especial para administrar o sistema núcleo-elétrico, levantamos até a idéia de se debater — que é um outro assunto no qual gostaria de ouvir a opinião de V. S^a — a organização de uma empresa específica para administrar o sistema núcleo-elétrico exatamente para criar uma especialização vertical no setor. Essa foi apenas uma sugestão de relatório que não prosperou, que não sei se foi levado em conta.

O terceiro aspecto é que o Senado aprovou uma resolução — o que considero muito sério, Sr. Presidente seria interessante que V. Ex^a levasse em conta, pois resolução do Senado tem força de lei — determinando que o Ministério das Minas e Energia anualmente mandasse ao Congresso Nacional um relatório sobre a execução do Programa Nuclear, dando amplas informações sobre as realizações do ano vencido etc., etc. Se, por acaso, este relatório chegou aqui, eu desconheço.

Naturalmente, se o Ministério das Minas e Energia mandasse um relatório para o Congresso Nacional, este relatório naturalmente sairia da ELETROBRÁS ou da assessoria do Ministro ou da NUCLEBRÁS, enfim, sairia desse setor. Este é um assunto que queria lembrar a V. Ex^a porque estamos precisando desse relatório.

O SR. MARIO BHERING — Esta resolução é data de ...?

O SR. MILTON CABRAL — De 1983, eu acho.

— A comissão terminou em 1982. Mas a discussão no Congresso durou mais de um ano, foi sucessivamente alterada. Mas, questão de data não tem importância, o fato é que em relação a 1985 não tenho conhecimento.

Então, inicialmente com relação a essas questões, gostaria de ouvir a opinião do eminente Professor Mário Bhering. É o que me ocorre no momento Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO BHERING — Senador, o programa nuclear, agora ANGRA I, é conduzido por uma empresa que é, vamos dizer, irmã da ELETROBRÁS, a NUCLEBRÁS, subordinada ao Ministro das Minas e Energia.

Naturalmente, lembrarei ao Presidente da NUCLEBRÁS e ao Ministro essa questão da resolução do Senado para que S. Ex^a mande um relatório, dizendo o que está acontecendo, inclusive é oportuno agora, porque foi feito um relatório sobre a situação do setor nuclear e gostaríamos de saber quais seriam as soluções recomendadas. Então é um relatório de alto interesse para o Senado. Vou tratar do assunto hoje mesmo. Em relação a Angra I, alguns desses problemas imediatos que ocorreram duvido — e vou apurar direito com a Direção de Furnas — se havia gente de mão-de-obra contratada, podia ter técnicos de empresas, contratistas, mas não mão-de-obra contratada, que como disse o Senador é um pessoal desqualificado. Acredito que nas operações de troca de combustível e de troca de tubos exista um grande número de técnicos da Westinghouse neste momento porque, como se sabe, o fornecedor é responsável por corrigir uma série de deficiências desse projeto. E toda a tubulação de condensador teve que ser substituída por tubos de outra formação, de outro metal diferente. Em todo caso, vou apurar e depois trarei uma informação mais definida. Agora, a questão, nuclear toda que é mais complicada, o que aparentemente poderia ser uma solução, e parece que este relatório abordou, eu não o li pois está com o Presidente da República, é modificar um pouco a estrutura que foi imaginada para o NUCLEBRÁS, numa hipótese de número de centrais, em construção muito maior do que está ocorrendo e o que vai ocorrer. Existem algumas subsidiárias da NUCLEBRÁS, que poderiam aparentemente ser extintas, e o pessoal passar para a própria NUCLEBRÁS vamos dizer, simplificar o esquema de administração. Há várias subsidiárias que, talvez, se fossem incorporadas na própria NUCLEBRÁS, simplificaria. Existem outras subsidiárias da NUCLEBRÁS que aparentemente poderiam passar para a indústria privada. Então, parece que o Re-

latório aborda esse aspecto. E existe a parte de planejamento de construção de usinas, sendo que uma das sugestões é para que passe para a área da ELETROBRÁS, porque a ELETROBRÁS é que pode dizer: "vou precisar de uma usina nuclear em mil novecentos e tanto". E não como estava sendo imaginado até agora: "aqui está um programa de 8 usinas, e você coloca as usinas onde você puder". Isto é que está sendo discutido no momento e vão ocorrer modificações. Tenho discutido muito com o Presidente da NUCLEBRÁS, com o Ministro Aureliano Chaves, que conhece profundamente o assunto, foi relator, presidente da Comissão de Minas e Energia, e eu acredito que dentro de poucos meses o assunto ficará definido de forma mais clara.

Angra I foi uma usina comprada com a idéia de que seria uma usina para o Brasil também se familiarizar com este tipo de energia. Infelizmente, como disse o Senador, a construção e montagem não foram feitas do melhor modo, e o projeto feito pela Westinghouse não era dos melhores, várias usinas do mesmo tipo 6000 MWatts, que a Westinghouse forneceu no mundo tiveram problemas, uma na Iugoslávia, muitos problemas. Então é um projeto que não é bom. Agora, o pessoal de FURNAS tem sido de uma dedicação enorme em fazer operar esta usina, porque é uma usina difícil, tem vários problemas complicados de equipamentos inadequados e a Comissão de Energia Nuclear de Viena, que esteve em Angra no ano passado, elogiou o desempenho operativo. Disseram mais ou menos que esta usina tem tantos defeitos de projeto de construção que só um pessoal extremamente competente consegue operá-la. Entendo, no entanto, que a maior parte dos problemas de Angra I não foram na área nuclear, houve muitos problemas na área convencional, transformadores, bombas, etc. Na hora que se corrigir esse problema do condensador e colocar Angra I de volta, ela vai ser muito importante, a partir do próximo mês, por que ela é muito bem situada, encontrada no Rio então, ela é uma usina de grande importância. Resumindo, vou lembrar ao Ministro a questão dos relatórios, e vou ver esta questão de mão-de-obra contratada. Tenho a impressão de que deve ter havido uma confusão entre os contratistas da própria Furnas, e a questão da mão-de-obra contratada, não sei, vou apurar isto direito.

O SR. MILTON CABRAL — Sr. Ministro, o que lhe falei, por acaso está nos jornais de hoje, salvo engano meu, porque já li quatro jornais hoje, parece-me que o *Correio Braziliense* cita até o nome da empresa que forneceu a mão-de-obra. São dois acidentados, são duas pessoas que estão em tratamento no hospital: um é empregado de Furnas, de Angra I, e o outro é de uma empresa fornecedora de mão-de-obra. Esse é o único que se contaminou. É uma coincidência; o trabalhador contratado, fornecido por uma empresa fornecedora de mão-de-obra, é o que se contaminou. O outro teve um acidente, caiu de uma escada e deu uma pancada na cabeça, gerando um coágulo. A informação é de que ele já estava há muito tempo reclamando, porque estava trabalhando uma média de doze horas por dia, e isso tinha afetado a sua eficiência. Mas o importante aqui é saber se V. S^a endossa aquela idéia de se criar dentro da ELETROBRÁS uma empresa especializada em operar usinas nucleares, verticalizar o setor?

O SR. MÁRIO BHERING — Essa idéia, Senador, é correta. Talvez não se precisasse criar uma empresa. Uma das idéias é que simplesmente se pegasse a NUCLEN, que é uma empresa que faz isso, se ampliasse um pouco as atribuições dela e a passasse para o controle da ELETROBRÁS. Existem muitos méritos numa idéia dessa, o êxito do programa nuclear francês é muito bom, comparado com o programa nuclear americano. Não sei se V. Ex^as acompanharam isso, mas os países que tiveram mais êxito em energia nuclear foram a França e o Japão. O programa nuclear americano, de onde se originaram todas essas usinas, está em crise. As críticas foram feitas. Essa crise ocorreu em grande parte pela dispersão da condução do projeto e da contratação. Os Estados Unidos adotaram um processo de fazer usina nuclear como faziam usina térmica; contratavam engenharia com um, contratavam o gerador com outro, contratava a construção com outro. No fim tinha uma salada de contratistas, de projetistas dentro do projeto. O que a França fez foi uma coisa unificada. Ela disse: vamos pa-

dronizar o projeto, vamos verificar que as fontes de suprimento serão essa e essa, e vamos congelar essas orientações e esse tipo de usina durante um certo período. Então o programa nuclear francês andou numa velocidade muito grande. Hoje parece que seria melhor fazer isso, como os franceses fizeram: ter uma companhia que projetasse, comprasse e fizesse a supervisão de construção, tudo dentro da mesma companhia, e entregasse aquilo a uma companhia operadora pronta. Uma das idéias que hoje parece ter maior viabilidade é essa a que o senhor se referiu.

O SR. MILTON CABRAL — Quer dizer que o senhor vê com simpatia essa idéia?

O SR. MÁRIO BHERING — Eu vejo com simpatia essa solução.

O SR. MILTON CABRAL — V. S^a sabe que são três estágios importantes: projeto, construção e operação. Quando eu acompanhei o esforço de organização da NUCLEN, por exemplo, de mobilizar engenheiros brasileiros, mandar treiná-los na Alemanha, trazer alemão para o Brasil, montar a empresa aqui e passar a fazer o processo de transferência de tecnologia e conhecimento na área de projeto, realmente foi um esforço admirável. A NUCLEN, em determinado momento, tornou-se uma empresa possuidora de um volume de informações e conhecimento na área de projeto de engenharia muito importante. Quando eu passei a examinar o assunto dentro de uma ótica empresarial, de uma ótica sumamente prática, verifiquei que a ELETROBRÁS estava carente de ter dentro da sua estrutura uma organização de projetos de usinas térmicas — térmicas em geral, nuclear, carvão, petróleo, etc. Nós imaginávamos que, na realidade, teria que haver um tipo de estrutura que aproveitasse as empresas privadas de consultoria — porque nós não somos favoráveis à estatização — que poderiam desempenhar um papel muito importante na área de projetos. Mas haveria necessidade de haver uma organização com um bom nível de conhecimentos para administrar projetos. Quer dizer, pelo menos dar as diretrizes, as condições básicas, essa coisa toda, porque, na realidade, o Brasil vai ter, mais dia menos dia, que entrar pesadamente na produção, no projeto construção e operação de unidades térmicas. Isso é inevitável. O potencial hidrelétrico é finito e o negócio aí está... a Amazônia, o aproveitamento do potencial da Amazônia ainda é discutível.

Muito bem! Então agora vem essa Comissão e propõe isto. Eu não conheço o relatório que essa Comissão indicada pelo Ministro Aureliano Chaves fez. Seria interessante, Sr. Presidente, que V. Ex^a pedisse uma cópia desse relatório. Muito bem! Mas se essa Comissão não propõe isto, eu pergunto: o Sr. acha que a ELETROBRÁS está organizada, já tem hoje essa estrutura de administração de projeto de usinas térmicas dentro dessa amplitude que nós estamos aqui...?

O SR. — Senador, a ELETROBRÁS propriamente dita é uma holding. Ela só planeja as coisas em linhas gerais. Aonde existe o maior conhecimento de térmicas são nas duas subsidiárias da ELETROBRÁS: FURNAS, que construiu e opera Santa Cruz, que é uma usina térmica grande. Então, sabe muito de usina térmica convencional; e a ELETROSUL, onde está concentrada uma maior experiência das usinas a carvão. Então a ELETROSUL tem já quase 15 anos de operação de usina a carvão no Sul. Ela tem um conhecimento razoável. E como no Sul nós teremos outras usinas a carvão, eu acho que a ELETROSUL é onde isso será concentrado, quer dizer, o conhecimento, o projeto, compra e operação de usinas a carvão que têm lá suas características diferentes. O nosso carvão não é bom, o Ministro Cesar Cals conhece bem, é preciso de uma série de precauções para que as usinas térmicas a carvão funcionem bem. Bom, então existe, vamos dizer, um know how, um reservatório de gente competente em térmica a carvão e térmica a óleo. O que não existe em escala grande é esse grupo dentro de FURNAS em projeto de usina nuclear. Existe uma turma muito boa em operação de usina nuclear. Como diz o pessoal: quem opera Angra I com todos aqueles problemas tem que ser muito bom. Essas usinas alemãs são muito melhores do que Angra I, muito melhores, muito mais modernas, muito mais bem projetadas. Não foram projetadas tão apertadas em questão de custo etc, de modo que elas serão usinas, espera-se,

muito mais fáceis de serem operadas. Mas eu acho essencial que ou dentro de FURNAS ou numa subsidiária separada, a ELETROBRÁS deve ter um grupo de pessoas desse tipo a que V. Ex^a se referiu. Eu acho a idéia absolutamente correta.

O SR. — Finalmente, para não estender mais a minha participação nesta Comissão, o Sr. sabe que há um debate muito grande no País sobre a questão da privatização das empresas estatais. Este é um dos assuntos centrais do objetivo desta Comissão, porque quando ela se propõe a discutir, a analisar a gestão da empresa pública, tem mais como objetivo opinar e debater com o Governo realmente as áreas que devam ser privatizadas e aquelas áreas que devam continuar sob domínio do Governo. E aí também abre-se outro tipo de discussão: até que ponto o Governo deve ter o capital total da empresa, abrir o capital, como agora que estamos assistindo com relação à PETROBRÁS; o Governo pretende lançar ações da PETROQUISA e subsidiárias da PETROBRÁS, que são rentáveis. Eu creio que o Governo vai ter um grande êxito nisso, porque são empresas que estão com liquidez muito boa. A gente sempre imagina que também o setor elétrico chegasse a esse ponto, de ter uma tal liquidez que, quando abrisse o seu capital, também recebesse adesão da opinião pública e o povo subscresse as ações do sistema. O Sr. enxerga essa possibilidade de o sistema elétrico chegar a esse ponto depois de solucionar o problema do endividamento interno e externo? O Sr. acha que há condições para isso? De que maneira até nós poderíamos colaborar nisso? Esta Comissão pretende discutir todas essas questões com os Ministros e com o Governo...

Qual seria a opinião de V. Ex^a a esse respeito?

O SR. — Senador, o setor elétrico, como V. Ex^a sabe, é altamente descentralizado. O conjunto PETROBRÁS é um conjunto muito mais fechado em uma empresa só, como também a Vale do Rio Doce. Essas duas empresas têm uma rentabilidade muito boa, como V. Ex^a disse, elas podem vender usinas. O setor elétrico tem hoje essas companhias da ELETROBRÁS, que estão fortemente endividadas, e tem algumas companhias estaduais que estão endividadas e algumas que estão em excelentes condições.

Então, uma das companhias que vende ação fácil é a CEMIG, a COPEL, todas duas podem vender; são controladas pelo Governo de Minas e pelo Governo do Paraná. São duas companhias em condições muito boas. Outra companhia que está em condições muito boas, também, é a EXCELSA, que é da ELETROBRÁS, mas é uma companhia pequena que distribui no Espírito Santo.

Acredito que se pode começar um movimento desse tipo em algumas empresas do setor, não necessariamente em algumas empresas federais, mas em algumas empresas do setor.

A questão da privatização do setor elétrico em larga escala, ele me parece inviável. Os capitais a serem mobilizados são enormes. V. Ex^a viu o programa atual que estamos conduzindo, um programa equivalente a 4 bilhões de dólares por ano. O setor elétrico, na maioria dos países, é um dos grandes gastadores de dinheiro, um dos grandes investidores. É assim na América, no Canadá, etc. Agora, existem algumas companhias privadas brasileiras eficientes, pequenas, como V. Ex^a sabe, Cataguases, Leopoldina, Bragantina, são companhias diárias, pequenas e bem operadas.

Existem atividades de geração de energia elétrica para indústria própria. É o caso do Sr. Antônio Ermírio de Moraes, que tem geração própria, para produzir alumínio. Agora, é extremamente difícil imaginar um grupo privado que faça uma usina de um milhão de kw, para vender ao público, com energia elétrica sujeita às restrições de preços e controladas pelo Governo. Porque uma das primeiras coisas que o Governo faz é controlar os preços públicos. Ele logo baixa a tarifa, baixa a rentabilidade, fica muito difícil de vender. Por outro lado, o Brasil, no passado, fez uma opção. No Governo João Goulart, seguido do Governo Castello Branco, o Brasil, qual foi a opção? Comprou a FORP, comprou as companhias da FORP, transferiu-as para a ELETROBRÁS e, depois, essas companhias foram vendidas, na sua maioria, para os Estados. Depois, o Brasil fez uma segunda opção: comprou a LIGHT, no Governo Geisel.

Transferiu uma parte da LIGHT para São Paulo e uma parte é da ELETROBRÁS. Todas as nossas opções, no passado, foram no sentido de que o Governo fosse assumido, mais e mais, entrando mais no setor elétrico por razões várias, inclusive que algumas dessas empresas estavam servindo muito mal, porque não tinham recursos, não se interessavam, os acionistas não mandavam dinheiro, não tinham tarifas e tudo isto. Então, acho que, no setor elétrico, realmente, o que seria viável seria uma venda de ações das companhias, dentro do setor, que tiverem condições de rentabilidade boas. Existem algumas boas, se bem que a nossa legislação hoje limita esta questão, porque quando a rentabilidade sobe acima da média, começa a transferir recursos de uma empresa para outra.

Uma privatização em grande escala do setor elétrico brasileiro não vejo viabilidade. Porque, verificando, olhando o Mundo, a não ser os Estados Unidos, o Canadá, é tudo governo, Argentina, Governo, Índia, Inglaterra, França, Suécia, muito poucos lugares em que, afora dos Estados Unidos e de um pedaço da Alemanha, e no Japão, também, as companhias de eletricidade quase todas ou são do Governo federal ou são de governos estaduais. No Canadá são todas de governo estadual.

O SR. — V. S^a sabe que, com essa reforma monetária, o Governo terá, necessariamente, que limitar os seus investimentos. Ele está ainda muito longe de zerar o seu endividamento interno, ele tem que evitar. V. S^a não acha que seria uma boa política estimular a privatização, ou melhor, a exploração dos pequenos potenciais das empresas privadas onde há possibilidade de capitalização?

O SR. — Acho a idéia correta, Senador. O Ministro autorizou já algumas concessões desse tipo. Uma foi solicitada exatamente pelo grupo da Cataguases-Leopoldina e outro por industriais. Acho que um aproveitamento menor, como V. Ex^a sabe, de 10.000 Kw, 2.000 kw, de uma empresa privada, suprir a área dela, ou para suprir uma indústria dela, perfeitamente correto.

O SR. — Essa pergunta, mas a minha intenção era fazer uma pergunta anterior, quando V. S^a estava falando sobre aquela empresa que trabalha com carvão, a ELETROSUL. A política do Governo e da ELETROBRÁS abandonou aquele projeto da construção de três unidades termoeletrica a carvão de 330 kw.

O SR. — Não. Elas estão sendo construídas. Todas as três. O que estamos definindo é a próxima etapa. Essa próxima etapa, Senador, estamos estudando junto com a Vale do Rio Doce, para ter uma solução correta do ponto de vista da utilização do carvão. A Vale vai produzir carvão para exportação, para a indústria cimenteira, para a metalurgia e um pedaço do carvão para queimar em energia elétrica.

O SR. — Mas eram treze unidades. Treze ou doze. Uma coisa assim.

O SR. — Uma unidade está sendo montada pela CE do Rio Grande do Sul. Uma outra unidade que é a Jorge Lacerda Costa. É da ELETROSUL e a outra é o Jacuí, que está sendo montada também. Havia um projeto, em Santa Catarina, que chamava Jorge Lacerda Cinco. Esse projeto está sendo reestudado, pois, talvez, ele possa ser localizado em outro lugar. Mas continua o problema de instalação de usinas térmicas à carvão, continua em falta e vão ter que ser feitas.

O SR. — Voltando ao tema da privatização da gestão da empresa pública. Qual é a idéia de transferência da Light? A Light é possível de ser transferida para o Governo do Estado do Rio, como pretende o Sr. Leonel Brizola?

O SR. — É um assunto que está com o Ministro Aureliano Chaves e com o Sr. Governador Brizola.

O SR. — A privatização da Light também seria possível?

O SR. — Se alguém iria comprar a Light, eu não sei. A ELETROBRÁS executa a política

do Governo. Se o Governo decidir por um lado ou para o outro, ele nos diz apenas o fazer. Estamos atualmente — vamos dizer — suprimindo recursos à Light, para essa dar um serviço bom no Estado do Rio.

O SR. — Mas ela seria privatizável?

O SR. — Quer dizer, um grupo privado organizado. Tenho as minhas dúvidas. Pode ser.

O SR. — Então, V. S^a não acredita que, no setor elétrico, a privatização possa avançar e assumir uma responsabilidade maior?

O SR. — Acho que ela possa avançar em certas empresas a nível de pequeno porte.

O SR. — A nível de pequeno porte?

O SR. — Não digo de pequeno porte, mas sim de distribuição. Uma empresa tipo CEMIG, COPEL, ou mesmo a Light possa participar significativamente. O que tenho as minhas dúvidas é que isso possa ocorrer numa empresa tipo FURNAS ou ELETRO-NORTE.

O SR. — Nas distribuições a V. S^a admite, na geração, não.

O SR. — Na distribuição de uma empresa eficiente, porque tem empresas de distribuição, Senador que são muito insuficientes.

O SR. — Mas ela passa a ser eficiente, não é?

O SR. — Se me permite, o Senador Milton Cabral dar um pequeno esclarecimento. Naturalmente, é que a empresa de geração leva oito anos fazendo investimento para ela começar a ter rentabilidade, ao passo que a empresa de distribuição colocou o transformador no dia seguinte.

O SR. — Está faturando.

O SR. — Está faturando. Então, ela tem muito mais possibilidade de dar rentabilidade.

O SR. — Sr. Presidente, comecei dizendo que não tinha me preparado para este debate e para fazer arguições. Mas, em todo caso, eu gostaria que o Dr. Brerling, conhecendo as nossas deficiências, ele mesmo, com a sua imaginação criadora, que nos fizesse uma breve exposição do ponto de vista dele, porque o que estamos interessados, aqui, é aproveitar a experiência do eminente depoente, sobre, exatamente, essa questão da gestão da empresa pública, porque esse é o objetivo central do trabalho desta comissão. Se realmente, no setor elétrico, há necessidade de uma reformulação ou não, se satisfaz, se essa estrutura atual convém. Tentei inocular algumas coisas, como essa questão de privatização, limitação da privatização, até onde pode entrar o capital privado, a limitação hoje do Governo de investir pelo menos por algum tempo. As consequências disso no setor elétrico que não pode parar. É um setor que não pode parar. Se parar o setor elétrico, pára o Brasil. Esse problema da defasagem de tarifa, a necessidade imperiosa de zerar, porque, agora, todos querem zerar as coisas, então, tem que se zerar, também, o setor para ser mais rentável, remunerar melhor os seus engenheiros e superar tais problemas de remuneração e se há possibilidade de criar novas condições para o setor, diante desses problemas que estamos aqui debatendo.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Acredito, nobre Senador Milton Cabral, que na exposição e nesses quadros, já muitas dessas indagações estão esclarecidas, principalmente a evolução de tarifas, a parte de investimentos e S. S^a, inclusive, disse que com esses sistemas de investimentos e empréstimos haveria necessidade do Tesouro tomar empréstimos tipo Banco Mundial e Banco Interamericano e repassar à ELETROBRÁS sob forma de capital, para que pudesse ter um maior equilíbrio de capital e de endividamento. Portanto, creio que muitas dessas indagações já foram citadas. Acho que o Dr. Mário Gomes gostaria de adicionar mais algum dado.

O SR. MÁRIO GOMES — Eu posso adicionar mais alguma coisa além da que eu já vinha falando. Nobre Senador, o que está acontecendo é que sem dúvida, o setor elétrico é um grande investidor como V. Ex^a chama —

isto é verdade no Brasil e em qualquer país, principalmente num país em que o setor elétrico está crescendo em torno de 8 a 10% ao ano. Isso é uma coisa absurda e há necessidade de se agregar...

O SR. — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a

O SR. — Lembro-me que nós, aqui, quando examinamos o crescimento do consumo, havia uma curva que mostrava que se o setor consumo se mantivesse a 8% ao ano, o esgotamento potencial elétrico aconteceria fatalmente entre o ano 2.000 e 2.005.

O SR. — A 12%, durante muito tempo. Essa hipótese, hoje, é que a curva faça assim e, depois, comece a cair, porque isto é normal em quase toda a economia, vai-se crescendo, digamos a 11, 10, 10, 9, 8, 8 — esses países mais adiantados crescem a 2, 3 a 4% ao ano, só, e já é considerado um crescimento razoável. Há países até com crescimento negativo. A Inglaterra, durante muito tempo, regrediu — passou a crescer 1% a menos, porque as medidas de economia, principalmente na época do petróleo, foram muito importantes. Nós estamos introduzindo, agora, uma série de medidas de economia por causa da situação hidrológica no Sudeste, que é muito séria. Mas, todos esses países fizeram um programa de economia extremamente interessante, porque aquilo afetava diretamente o problema de geração térmica a óleo. Então, eles incentivaram, de todos os meios, e conscientizaram o consumo interno para gastar menos energia. Assim, temos um setor básico para a economia brasileira, crescendo a taxas altas e que está com problemas financeiros sérios — problemas causados por uma série de congelamento de tarifas, que vêm atrás e se agravaram ultimamente e que se terá necessidade de mobilizar recursos para expandi-los numa escala enorme, porque são recursos da ordem ao equivalente de bilhões de dólares. O Banco Mundial propõe, agora, junto com o BIRD, emprestar ao Brasil cerca de 1.5 ou 1.8 bilhão de dólares por ano e que o Governo brasileiro coloque outro tanto que eles querem e pergunto: de onde vem esse tanto, se os Srs. congelaram a tarifa? Então, tem que se dizer que um pouquinho vem da tarifa e o pouco vem do Governo, com a participação acionária. É esse o grande problema do momento. Agora, levantar recursos desse montante na iniciativa privada — que é o tema principal — é possível em certo tipo de companhia que tem uma rentabilidade mais alta, que tem uma tradição de bolsa, tipo Cemig ou Light. Essas poderão fazê-lo. Acho difícil, de uma maneira geral, por exemplo, lançar ações da Eletrobrás como fossem ações da Petrobrás, porque a rentabilidade é muito baixa, e o setor não tem, vamos dizer, o grande interesse da participação privada. Então, acredito que em algumas empresas do Governo haverá êxito ou por parte das empresas do setor elétrico.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — O setor não oferece. O Sr. disse que não tem interesse.

O SR. — Não, tem interesse. Não todo o setor, algumas companhias têm. Estava imaginando que não será o momento de se lançar no mercado, mas seria importante uma política que conduzisse a isso.

O SR. — Entendo.

O SR. MILTON CABRAL — Uma política que conduzisse a isso. O Governo vai ter que aplicar dinheiro a fundo perdido para sanear o setor, porque se o senhor está precisando de mais empréstimo e já está endividado, qualquer empresa privada não resolveria esse assunto, a não ser com injeção de recursos próprios. Eu, por exemplo, tenho que botar recursos próprios.

O SR. — O que aconteceu foi o seguinte: o primeiro PRS que fizemos antes da reforma...

O SR. MILTON CABRAL — Não sei. É para sanear o setor.

O SR. — ... esse documento azulzinho era um documento que saneava o setor em quatro anos. Ele era baseado na seguinte hipótese: financiamentos externos aliados a recursos de geração, quer dizer, recursos de tarifa, e uma elevação da rentabilidade setorial dos

4% iniciais para 10% em cinco anos. Agora, quando o Governo fez essa reforma, chegou à conclusão de que não podia expandir o setor assim desse jeito: 50% tarifa, 50% de empréstimo. O que está sendo proposto aí é um modelo mais ou menos assim: 30% de capital, 30% de recursos externos e 30% de recursos da tarifa. Com isso a rentabilidade setorial só vai atingir os 10% não em 1989, mas lá para 1992. Quer dizer, quando isso ocorrer o setor estará em condições de captar recursos, mas até lá estará muito baixo.

O SR. MILTON CABRAL — Só para encerrar este debate sobre este tema: o senhor citou a França como modelo no campo nuclear, na geração e operação de empresas. O sistema de eletricidade da França é todo baseado no apelo à poupança. Eles lançam ações no mercado e os planos de investimentos franceses, em grande parte, se apoiam na mobilização de recursos com colocação de ações...

O SR. — São obrigações do Governo. Do mesmo modo na Inglaterra...

O SR. MILTON CABRAL — Não. Especificamente o setor elétrico.

O SR. — Se bem que a Eletricité de France seja do Governo.

O SR. MILTON CABRAL — Sim, é do Governo, mas é essa empresa que tem o crédito popular e que lança ações no mercado e afluente recursos para investir.

O SR. — Ela lança muitos debêntures também.

O SR. MILTON CABRAL — Exatamente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME — Sr. Presidente — o Dr. Mário Bhering, eventualmente, respondendo pelo colega João Calmon, como Relator desta CPI — quero congratular-me com o estimado engenheiro e mestre pela exposição que fez sucinta, objetiva e que correspondeu à nossa expectativa.

Como sou da região amazônica, vejo que aquele continente de águas e vegetação dispõe de um potencial de 97 milhões e 800 mil quilowatts. O equivalente, portanto, a 46% do potencial hidrelétrico do Brasil, segundo estudos que tenho em mãos. Sei que desse total apenas 4,5% estão sendo aproveitados. Pergunto a V. Ex^a: na programação está inserido o aproveitamento de Ituchi, que foi um estudo iniciado nos idos de 1950 no rio Purus e no rio Moa, no Vale do Juruá? Esta é a minha primeira pergunta.

O SR. MÁRIO BHERING — Vou pedir o Diretor-Presidente da ELETRONORTE que responda, porque S. S^a conhece bem a Amazônia, se V. Ex^a permite.

O SR. MIGUEL NUNES — Não tenho informações sobre o rio Moa. Foi feito um estudo preliminar por uma empresa privada de consultoria, não diretamente para a ELETRONORTE, a (illegível) fez um estudo muito inicial. Sobre o rio Ituchi não tenho nenhum registro.

O SR. — O Ituchi foi um estudo feito antes de existir a ELETROBRÁS e a ELETRONORTE, foi nos idos de mil novecentos e cinquenta e poucos. Já na administração do estimado colega Cesar Cals, quando Ministro das Minas e Energia, teria mandado fazer um novo estudo, reiniciar um novo estudo. Era isso que eu queria saber.

Eu gostaria de agradecer o Sr., Dr. Miguel Nunes, esta sua intervenção e aguardo para que, oportunamente, V. S^a me dê qualquer esclarecimento sobre esse assunto. Tenho o maior interesse em saber. Sei que V. Ex^a como foi um grande Presidente da RIONORTE, correspondeu aos anseios do Ministério ao qual V. S^a estava subordinado, estou certo de que agora também, à frente da ELETRONORTE, que atinge todo aquele continente de águas e vegetação, V. Ex^a irá, mais uma vez, nos proporcionar uma administração à altura da região e da sua capacidade profissional, juntamente com a sua equipe. É o que eu desejo.

Sr. Presidente, apenas quero exaltar a exposição feita pelo estimado Professor Mário Bhering, já conhecido no

Brasil inteiro pela sua atuação quando exerceu pela primeira vez a Presidência da ELETROBRÁS e que foi muito útil lá, quando eu gerenciava aquela unidade da federação. Quero aproveitar a oportunidade para agradecer a V. S^a pela maneira elegante e educada que nos recebia.

Era Ministro do Interior, também nesta época, o General Costa Cavalcante, que nos deu um grande impulso. Era só isto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Algum Senador ou Deputado deseja fazer alguma pergunta ao depoente? (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Hamilton Queiroz, prefeito de Registro.

O SR. HAMILTON QUEIROZ — A Amazônia tem um potencial de biomassa muito grande. No Acre, a geração de energia é feita ainda através do óleo diesel que hoje, mais ou menos, está na ordem de uns 500 milhões por dia. Por que não se transforma em lei, na Amazônia, a geração de energia, se através de lenha ou de carvão vegetal? Talvez fosse objeto de uma lei ou de um estudo mais detalhado. Existem alguns lugares na Amazônia em que se gera energia na base de carvão vegetal e de madeira. A própria ELETRONORTE tem usinas queimando cavaco de madeira e as companhias estaduais também têm. Uma parte do abastecimento de óleo diesel e de óleo pesado é feito para as grandes usinas térmicas que estão situadas em Manaus e em Belém. Esse recurso, vamos dizer, térmico é amplamente utilizado para esse tipo de usinas maiores.

Mas, talvez o Dr. Miguel Nunes queira acrescentar mais alguma coisa sobre isso.

O SR. — Vamos dizer, a energia de biomassa é muito grande. Vejam o caso do Acre. Rio Branco, para gerar energia, gasta na ordem 500 milhões de cruzeiros por dia. Inclusive uns dizem que é importado, que vem da Arábia. A minha pergunta é no sentido de estimular a termoeletrônica a carvão vegetal ou a lenha, porque aí diariamente, distribuir-se-ia para a Zona Rural do Rio Branco, na ordem de 500 milhões, estimulando, realmente, o aproveitamento do potencial que está se decompondo e beneficiando as populações rurais.

Seria uma forma de estimular, de capitalizar a nossa região. Porque hoje importa-se diesel e gasta-se uma média de 500 milhões, por dia, de óleo diesel. Poderia circular por dia em Rio Branco 400 milhões na zona rural, na aquisição de lenha em carvão vegetal. É esta a minha pergunta. Acho que seria normalizar, seria estimular, porque a nossa biomassa, a lenha está realmente se decompondo, está apodrecendo, está se exaurindo.

O SR. — Uma observação que acho tem de ser levada em consideração. Naturalmente, vou estudar melhor o assunto e pedir à ELETRONORTE também que participe desses estudos. Aliás, ela já tem uma série de estudos sobre usinas a lenha e a carvão. Não sei se V. Ex^a quer acrescentar alguma coisa.

O SR. — Não. Nobre Deputado, eu apenas acrescentaria — não sei se V. Ex^a se recorda — um fato com repercussões econômicas. Quanto às usinas, o que temos verificado aqui, é possível que a energia da Amazônia, utilizando-se lenha dentro do critério de utilização de mão-de-obra local é apenas para unidades muito pequenas. A partir de um certo volume de utilização e de potência de usina, nós já temos que ingressar numa exploração muito mecanizada, que começa a retirar o uso da mão-de-obra do homem local e começa a utilizar equipamento diesel, tratores e perras a diesel que voltam a consumir energia. Ou seja, para uma produção muito grande de geração de energia em grande escala, nós voltamos novamente a utilizar o combustível e isso restringe a possibilidade de uso de mão-de-obra local. Essa experiência que temos tido.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Eu gostaria também de lembrar ao nobre Deputado que, na realidade, só é válido como manejo florestal como reflorestamento. Porque à medida que esse corte de madeira vai se afastando da usina tem também o transporte, gastando o óleo diesel. De maneira que é um projeto adequado como diz o Dr. Mário Bhering mas que precisa ser estudado para cada caso.

O SR. — O que existe atualmente na Amazônia, quer dizer, todo esse potencial energético ele é decomposto. E acredito que se houver realmente um estudo não vai haver uma depredação do potencial, só a derrubada que é feita anualmente nessas práticas agrícolas, se bem aproveitada ela vai dar para atender. Porque hoje, pelo que estou sabendo, a Europa está importando carvão vegetal do Pará e do Amazonas. E estamos importando o óleo diesel do Acre. Está certo?

O SR. — São as deformações da economia administrando.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Só para efeito da Comissão o Dr. Mário Bhering faz suas as palavras do Dr. Miguel Nunes?

O SR. MÁRIO BHERING — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — O Sr. deseja acrescentar mais alguma coisa?

O SR. MÁRIO BHERING — Vamos continuar estudando mas, como o Ministro disse, é difícil fazer isso de uma maneira geral. Local, talvez.

O SR. PRESIDENTE (Cesar Cals) — Não havendo mais nenhum Sr. Congressista que deseje fazer mais alguma indagação ao Dr. Mário Bhering quero agradecer ao Dr. Mário Bhering em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, pela sua exposição, pela maneira franca e prática como respondeu a todas as indagações. Aliás,

quem conhece o Dr. Mário Bhering não podia esperar nenhum outro tipo de exposição senão esta com a sua grande experiência, seu grande conhecimento no assunto, um dos técnicos mais competentes do Brasil no seu setor.

Antes de dar por encerrada esta reunião, eu gostaria de avisar ao Plenário que no próximo dia 6 de maio, terça-feira, deverá comparecer, a esta Comissão, o Presidente da SIDERBRÁS.

Nada havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às horas e minutos.)